

Ana Karina Morais de Lira
Ana Maria Monte Coelho Frota
(Organizadoras)

P R O J E T O



UFC inclui

N. Cham.: 371.9 I33

Título: Inclusão de alunos com
deficiência na Universidade Federal



14213479

Ac. 159535

BCCE

Alunos com Deficiência
Federal do Ceará:

Inclui em Debate



EDIÇÕES
UFC

Ao focalizar o *Projeto UFC Inclui*, este livro resgata uma parte da história recente da educação inclusiva na Universidade Federal do Ceará (UFC): uma história cuja vivência, nos anos de 2005 e 2006, é hoje vista como o cultivo de sementes férteis em terra adubada, pronta para a reprodução de belas flores e frutos.

O *Projeto UFC Inclui* tem sido desenvolvido no âmbito do *Programa Incluir*, do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de promover a inclusão de pessoas com deficiência/acessibilidade nessa universidade. Em sua história inicial, constam três edições em que o Projeto foi aprovado pelo MEC depois de haver sido submetido a editais ou chamadas públicas concorrenciais lançadas pelo *Programa Incluir*: uma primeira, que é focalizada neste livro; uma segunda, desenvolvida em 2007-2008; e uma terceira edição, desenvolvida em 2010-2011. A partir de 2012, em um segundo período da sua história, o Projeto passou a assumir um caráter contínuo, desde que o *Programa Incluir* começou a atender todas as universidades e institutos federais brasileiros, ano a ano, tentando estimular a elaboração e implementação de política de acessibilidade nestas instituições.

No que tange a inclusão de pessoas com deficiência/acessibilidade em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no nosso país, a UFC assume hoje uma posição de destaque por ser uma das poucas universidades brasileiras que possui um órgão responsável pelas ações na área de acessibilidade: a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Esta secretaria, que é uma estrutura administrativa vinculada a Reitoria da UFC, foi criada em 30 de agosto de 2010, a partir das políticas de acessibilidade propostas pela Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn), instituída pelo Reitor em 25 de novembro de 2009. Observe-se que a manutenção do termo *UFC Inclui* no nome da Secretaria indica que há uma continuidade entre as ações que fazem a história da educação inclusiva da UFC, o que certamente a fortalece.

Ac 159535

12,45

R 14213479 / 2016

19/10/2016

Inclusão de Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Ceará:

O Projeto UFC Inclui em Debate

PERGAMUM
BCCE/UFC

371.9

I 33

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Universidade Federal do Ceará – UFC

Reitor

Prof. Jesualdo Pereira Farias

Vice-Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Diretora da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclusi

Prof. Vanda Magalhães Leitão

Edições UFC

Diretor e Editor

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof^ª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof^ª. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Ana Karina Morais de Lira
Ana Maria Monte Coelho Frota
(Organizadoras)

Inclusão de Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Ceará:

O Projeto UFC Incluir em Debate

PERGAMUM
BCCE/UFC



EDIÇÕES
UFC

Fortaleza

2014

Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o projeto UFC inclui em debate

© 2014 Copyright by Ana Karina Morais de Lira e Ana Maria Monte Coelho Frota

Todos os Direitos Reservados

Editora da Universidade Federal do Ceará – UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85) 3366.7766 (Diretoria) 3366.7499 (Distribuição)
3366.7439 (Livraria)

Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Moacir Ribeiro da Silva

REVISÃO DE TEXTO

Leonora Vale de Albuquerque

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3-801/98

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Adilton Lima Ribeiro

CAPA

Valdiano Araújo Macedo

Ficha Catalográfica

Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3 801 / 98

Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o projeto UFC Inclui em debate / Ana Karina Morais de Lira, Ana Maria Monte Coelho Frota [organizadoras] – Fortaleza: Edições UFC, 2014.

252 p.: il.

Isbn: 978-85-7282-631-0

1. Educação especial 2. Inclusão 3. Acessibilidade I. Lira, Ana Karina Morais de II. Frota, Ana Maria Monte Coelho III. Título

CDD: 371.9

Editora Filiada à



**Associação Brasileira das
Editoras Universitárias**

SUMÁRIO

Dedicamos este livro:

a Heleninha,
que enche nossas vidas de alegria e luz

a André Luiz Gomes,
ex-aluno cego da Faculdade de Educação, autêntico
facilitador da inclusão e nosso parceiro em várias ações
inclusivas na UFC

e aos nossos alunos e bolsistas,
com e sem deficiência que, entre tantas benesses, alimen-
tam e dão sentido as nossas ações e produções.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Ana Karina Morais de Lira.....11

1ª Parte – Artigos Preliminares

CAPÍTULO I

O PROJETO UFC INCLUI: PROPOSTAS, AÇÕES E RESULTADOS

Ana Karina Morais de Lira 25

CAPÍTULO II

CICLO DE DEBATES NA UFC: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL?

Ana Karina Morais de Lira e Ana Maria Monte Coelho Frota.....79

2ª Parte – Mesas-Redondas do Ciclo de Debates: Temas Diversos

MESA-REDONDA I

TEMA – A IMPORTÂNCIA DO DOSVOX PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL..... 97

DEPOIMENTOS99

SISTEMAS BRAILLE E DOSVOX: LUZES NO CAMINHO DA PESSOA CEGA

Naila Maria de Oliveira.....101

O DOSVOX NA MINHA VIDA

André Luiz Gomes.....105

SISTEMA DOSVOX: DA ALFABETIZAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

Paulo Roberto Cândido de Oliveira.....109

MESA-REDONDA II

TEMA CENTRAL – DIFERENTES OLHARES SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL..... 113

TEMAS	115
A CEGUEIRA DO OLHO QUE VÊ: SIGNIFICAÇÕES DAS PERDAS VISUAIS PARA A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE	
<i>Valton Miranda Leitão</i>	117
NÍVEIS DE DEFICIÊNCIA VISUAL: DIFERENTES NECESSIDADES?	
<i>Fernando Monte</i>	125
MESA-REDONDA III	
TEMA – INCLUSÃO NA UFC: ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA SALA DE AULA.....	135
DEPOIMENTOS	137
REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFC	
<i>Luciana Lobo Miranda</i>	139
ENXERGANDO A UFC PELOS OLHOS DE UMA ESTUDANTE CEGA	
<i>Ana Kristia da Silva Martins</i>	147
RELATO DE VIVÊNCIA COMO PROFESSOR DE UM ESTUDANTE CEGO DA PEDAGOGIA	
<i>Cláudio Albuquerque Marques</i>	153
A INCLUSÃO DE UM ALUNO CEGO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC	
<i>Donaldo Bezerra de Lima</i>	161
MESA-REDONDA IV	
TEMA – A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS.....	165
TEMAS	167
ATENDIMENTO ESPECIAL NO VESTIBULAR	
<i>Ana Célia Clementino Moura</i>	169

A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE SURDOS: CONTROVÉRSIAS METODOLÓGICAS	
<i>Vanda Magalhães Leitão</i>	177
MESA-REDONDA V	
TEMA – ACESSIBILIDADE FÍSICA COMO FATOR DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE	189
TEMAS	191
METODOLOGIA DE ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
<i>Maria Elizabeth Lopes</i>	193
UMA VISÃO PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE FÍSICA NA UNIVERSI- DADE FEDERAL DO CEARÁ	
<i>Regina Lúcia Lopes da Souza da Cunha</i>	201
DEPOIMENTOS	211
ACESSIBILIDADE RIMA COM LIBERDADE	
<i>Clemilda dos Santos Souza</i>	213
MINHA TRAJETÓRIA NA UFC	
<i>Nadja Soares de Pinho Pessoa</i>	227
ANEXO	237

Apresentação

Tenho grande prazer em apresentar este livro, que intitula-mos *Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em Debate*. Como uma coletânea, ele reúne artigos referentes ao Projeto UFC Inclui e a temas abordados em mesas-redondas de ciclo de debates realizado durante o período de abril a dezembro de 2006, nos *campi* do Benfica, Pici e Porangabussu, da Universidade Federal do Ceará (UFC)¹. Direcionado a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, esse ciclo de debates abordou questões associadas ao tema da inclusão de alunos com deficiência na UFC, focalizando também experiências inclusivas que vêm sendo desenvolvidas nessa Universidade.

O processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior vem recebendo incentivos contínuos do governo brasileiro nos últimos tempos. Uma iniciativa relevante tem sido, por exemplo, o *Programa Incluir* lançado, por três anos consecutivos, pelo Ministério da Educação, por intermédio das Secretarias de Educação Superior e de Educação Especial (MEC – SESu/SE-ESP), em cumprimento ao Decreto Presidencial nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2005; 2006; 2007).²

Considerações sobre a gama de universidades cujos projetos têm sido financiados anualmente pelo *Programa Incluir* e sobre os recursos que o MEC tem destinado para esse fim revelam a

¹ Para uma rica discussão sobre este ciclo de debates, ver no Capítulo I o artigo intitulado “Ciclo de debates na UFC: acessibilidade atitudinal?”, da autoria de Ana Karina Morais de Lira e Ana Maria Frota.

² BRASIL. Ministério da Educação. SEESP/SESu. Edital n. 2, de 16 de maio de 2005 - Programa Incluir. *Diário Oficial da União*, Seção 3, n. 93, 17 de maio de 2005, p. 39 e 40.

_____. Edital n. 8, de 3 de junho de 2006 - Programa Incluir. *Diário Oficial da União*, Seção 3, 4 de julho de 2006, p. 30 e 31.

_____. Edital n. 3, de 26 de abril de 2007 - Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. *Diário Oficial da União*, Seção 3, n. 108, 6 jun. 2007, p. 31 a 33.

amplitude desse Programa. A partir do seu primeiro edital, em 2005, cujo recurso orçamentário era de um milhão de reais, treze projetos foram selecionados: das Universidades Federais da Bahia, Ceará, Juiz de Fora, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima, São Carlos e Uberlândia; da Fundação Universidade do Rio Grande, Rural de Pernambuco e Universidade de Brasília.³

No âmbito do segundo edital, em 2006, com recursos de um milhão e cem mil reais, vinte e oito projetos foram selecionados: das Universidades Federais do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ouro Preto, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santa Maria, Sergipe, Tocantins, Uberlândia, Viçosa; da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, Fundação Universidade do Rio Grande, Rural do Rio de Janeiro, Tecnológica do Paraná, Universidade de Brasília, e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) do Pará, Bento Gonçalves e São Vicente do Sul.⁴

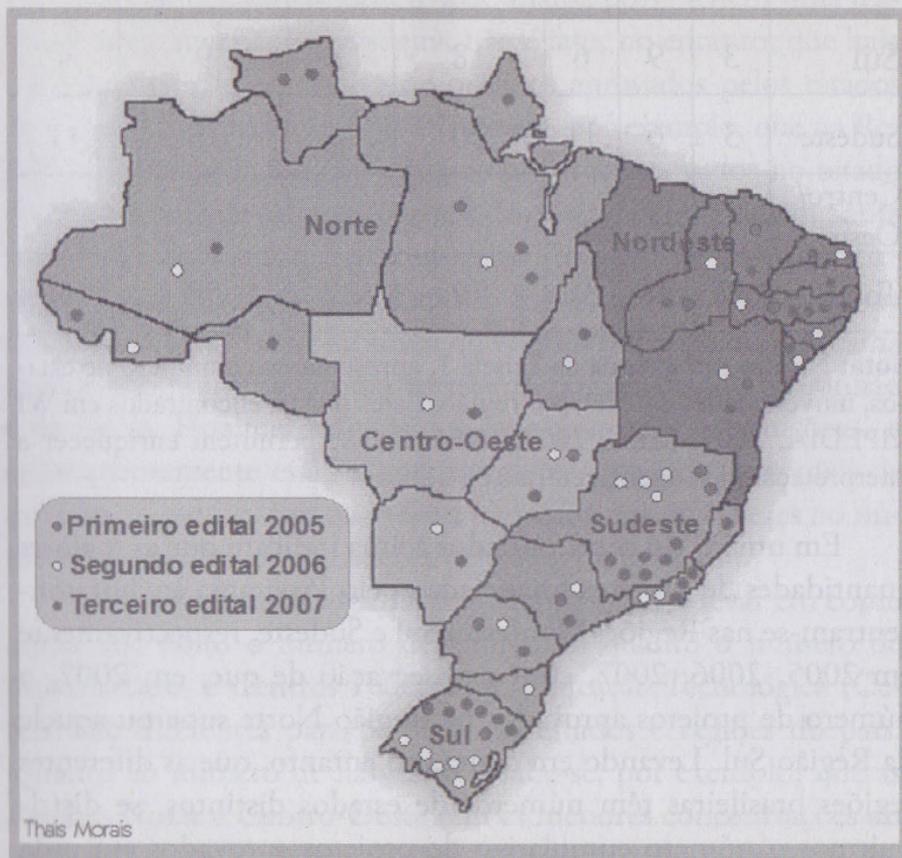
Finalmente, a partir do terceiro edital, em 2007, cujo recurso orçamentário era de dois milhões de reais, trinta e oito projetos foram selecionados: das Universidades Federais do Pará, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Fluminense, Juiz de Fora, Minas Gerais, Alfenas, Triângulo Mineiro, Rio de Janeiro, Santa Maria, do Pampa e Grande Dourados; Rural de Pernambuco e do Semi-Árido; Fundações Universidades Federais de Rondônia, Roraima, Amapá, Acre, Vale do São Francisco, Sergipe, Piauí, Mato Grosso, Brasília, Uberlândia, São Carlos, Pelotas e Rio Grande; Centros Federais de Educação (Cefet) do Amazonas, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, (de Química) de Nilópolis-Rio de Ja-

³ BRASIL. Ministério da Educação. SEESP/SESu. Resultado do Edital MEC/SESu/SEESP. n. 2, 16 de maio 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 2 ago. 2005.

⁴ _____. Resultado do Edital MEC/SESu/SEESP n. 8, de 3 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 30 out. 2007.

neiro, Ouro Preto e São Vicente do Sul; e Universidade Tecnológica Federal do Paraná.⁵

O Mapa 1 ilustra a distribuição, por Estados e Regiões Brasileiras, das universidades com projetos para a inclusão de alunos com deficiência financiados pelo Programa Incluir, ano a ano. Esses dados, agora agrupados em instituições por Região, são apresentados na Tabela 1, para facilitar a interpretação dos mesmos.



Mapa 1 – Distribuição, por Estados e Regiões, das Universidades Contempladas pelo Programa Incluir (MEC – Sese/Seesp), Ano a Ano

⁵ BRASIL. Ministério da Educação, SEESP/SESu. Resultado do Edital MEC/SESu/SEESP, n. 3, de 26 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 30 out. 2007.

Tabela 1 - Número de Universidades Contempladas pelo Programa Incluir (MEC – Sese/Seesp), por Região, Ano a Ano

Região/ Ano	2005	2006	2007	Cumulativo (2005-2007)	Número Estados	Número Universidades	Número Cefet
Norte	2	4	8	14	7	8	3
Nordeste	4	6	10	20	9	14	10
Sul	3	9	6	18	3	9	4
Sudeste	3	6	11	20	4	23	11
Centro/ Oeste	1	3	3	7	4	5	5
Total	13	28	38	79	27	58	33

Nota: Na área sombreada da Tabela 1, apresentamos o número de estados, universidades e Cefet, por região. Estes dados, encontrados em WIKIPEDIA, 2007; MEC, 2007; INEP, 2007⁶, permitem enriquecer a interpretação dos dados centrais da Tabela.

Em uma visão geral, os dados acima indicam que as maiores quantidades de projetos financiados pelo Programa Incluir concentram-se nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste, respectivamente em 2005, 2006, 2007, com a observação de que, em 2007, o número de projetos aprovados na Região Norte superou aquele da Região Sul. Levando em conta, no entanto, que as diferentes regiões brasileiras têm números de estados distintos, se distribuímos o número cumulativo de projetos aprovados em cada região pelos seus respectivos estados, temos as seguintes relações:

⁶ WIKIPEDIA. *Regiões do Brasil*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki>>. Acesso em: 22 out. 2007.

MEC-SESu. Instituições Federais de Ensino Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index>>. Acesso em: 22 out. 2007.

INEP. Lista de Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional>>. Acesso em: 22 out. 2007.

6 projetos aprovados para cada estado da Região Sul; 5 para cada estado do Sudeste; e 2,2; 2; e 1,8 projetos aprovados para cada estado das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente. Sob esta perspectiva, os dados revelam que são os estados das Regiões Sul e Sudeste que concentram as maiores quantidades de projetos financiados pelo Programa Incluir, muito mais do que os estados das demais Regiões, incluído o Nordeste.

Mesmo que essa perspectiva de análise possa refletir uma realidade comum à nação brasileira, não é fato, no entanto, que haja uma distribuição equitativa de projetos aprovados pelos estados dentro de cada região. O Mapa 1 mostra, por exemplo, que na Região Sul destaca-se a quantidade de projetos aprovados no estado do Rio Grande do Sul, muito mais do que no Paraná ou em Santa Catarina. No Sudeste, destacam-se as aprovações em Minas Gerais, muito mais do que no Espírito Santo, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Observe-se ainda que nesses três anos do Programa Incluir não houve nenhuma aprovação nos estados do Maranhão e de Goiás. Finalmente, considere-se que muitas instituições – e consequentemente estados - têm projetos aprovados por mais de um ano, o que faz com que sejam incluídos repetidas vezes no número cumulativo de aprovações pelo Programa Incluir.

Voltando à realidade brasileira, é importante levar em conta ainda que tanto o número de habitantes quanto o número de universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) são diferentes para os distintos estados e regiões do país. Quanto ao número de habitantes, sabe-se, por exemplo, que as Regiões Norte e Centro-Oeste têm as menores concentrações do país, enquanto o Sudeste detém os maiores índices populacionais. Quanto ao número de instituições federais de ensino superior, destaca-se também a Região Sudeste, e principalmente o estado de Minas Gerais, com 11 universidades e 6 Cefets, que representam respectivamente 47,83% e 54,55% do total dessas instituições na Região. Distribuindo o número de instituições federais de ensino superior pelo número de estados nas regiões,

temos as seguintes relações: 8,5 instituições para cada estado do Sudeste; 4,3 para cada estado do Sul; e 2,7; 2,5 e 1,6 instituições respectivamente para os estados das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O fato de haver uma grande concentração de instituições federais de ensino superior no Sudeste e no Sul certamente influenciou os resultados sobre as aprovações de projetos pelo Programa Incluir, também concentradas em estados das Regiões Sul e Sudeste. Essas universidades devem ter inscrito número significativo de projetos, destacando-se já na concorrência aos editais do Programa Incluir. O caso da Universidade Federal do Pampa ilustra a prontidão da Região Sul do país: com 10 *campi* distribuídos pelas cidades de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, São Borja e Alegrete essa universidade foi criada em 2005 no âmbito do Plano de Expansão do Sistema Federal Público de Ensino Superior (MEC, 2007), e teve projeto aprovado pelo Programa Incluir já em 2007.

Sobre o número de projetos aprovados pelo Programa Incluir, merece evidência o aumento significativo de aprovações de ano a ano, sendo importante considerar, em paralelo, os recursos financeiros que o MEC – SESu/SEESP tem destinado anualmente ao Programa. A Tabela 2 apresenta dados para subsidiar essa discussão.

Tabela 2 – Recursos do Programa Incluir, Ano a Ano

Ano do Edital do Programa Incluir	Recursos destinados para o Edital (R\$)	Número de Projetos Financiados	Financiamento médio por Projeto
2005	1.000.000,00	13	76.923,00
2006	1.100.000,00	28	39.286,00
2007	2.000.000,00	38	52.632,00

Os dados na Tabela 2 demonstram que, apesar do número de projetos aprovados pelo Programa Incluir em 2005 haver duplicado em 2006 e triplicado em 2007, a aplicação de recursos no Programa, no entanto, não cresceu na mesma proporção, permanecendo na ordem de um milhão de reais em 2005 e 2006, e duplicando somente em 2007. Isso indica que não houve, de

fato, um aumento no investimento do MEC para a inclusão de alunos com deficiência nas instituições federais de ano a ano, em termos de recursos destinados para o financiamento de projetos pelo Programa Incluir, diferentemente do que somos levados a crer quando consideramos somente o número de projetos aprovados de um ano a outro. Quando estimamos médias de financiamento por projetos aprovados, para cada ano, os dados demonstram uma queda de 50% no financiamento médio por projeto em 2006; e uma diminuição de 30% em 2007, em comparação aos valores médios de 2005.

Mesmo que essa estimativa possa ser útil à comparação dos recursos destinados ao Programa Incluir, ano a ano, não é fato, no entanto, que a aplicação desses recursos seja equitativa entre os projetos aprovados por esse Programa a cada ano. Há diferenças entre os recursos destinados a cada projeto, as quais certamente estão associadas às ações que cada um propõe. O *Projeto UFC Incluir*, por exemplo, obteve um financiamento de 77 mil reais em 2005, sendo uma média de 30 mil para obras arquitetônicas, 20 mil para equipamentos computacionais, e 27 mil para pagamento de bolsas estudantis, serviços, realização de seminários e organização de livro.

Vale observar, inclusive, que os valores repassados pelo Programa Incluir são insuficientes para suprir as necessidades das universidades em termos de acessibilidade, ainda que possam, no entanto, servir de estímulo a ações futuras. Quando consideramos, por exemplo, todas as obras que a UFC necessita executar para permitir a acessibilidade física na instituição⁷, o conjunto das obras

⁷ Para uma rica discussão sobre esse tema, sugerimos a leitura do artigo intitulado *Uma visão perspectiva da acessibilidade física na Universidade Federal do Ceará*, apresentado na segunda parte desta publicação. Neste trabalho, a arquiteta Regina Lúcia Cunha fornece dados e tece análises que podem ser úteis para a definição do orçamento da UFC, guiando ações necessárias à promoção da acessibilidade física na instituição. Por exemplo, um desses dados, que é preocupante, revela que dos 92 prédios com mais de um pavimento na UFC, somente 9% têm elevadores!

financiadas pelo Programa Incluir torna-se pouco significativo. No entanto, à medida que banheiros são adaptados e rampas são construídas no âmbito do Projeto UFC Incluir, a comunidade acadêmica vai percebendo a importância da acessibilidade física na instituição, o que certamente estimula a realização de ações futuras de natureza similar.

O debate sobre as ações propostas e desenvolvidas no âmbito dos projetos aprovados pelo Programa Incluir é certamente indispensável para o enriquecimento dessa discussão sobre a sua amplitude e para a sua avaliação. Por um lado, dado que esses projetos são muito recentes, ainda há pouco conhecimento difundido acerca dos seus objetivos, metas, resultados, considerações teóricas e metodológicas, sugestões etc. Esse quadro pode ser modificado com o estímulo a publicação das experiências desses projetos. Por outro lado, há estudos (MAZZONI e TORRES, 2005)⁸ e também muitos projetos e programas voltados à inclusão de alunos com deficiência em universidades brasileiras, os quais foram iniciados já há alguns anos e têm tido continuidade nas suas ações. Esses, a exemplo do Programa USP Legal (PIRES *et al.*, 2003; GIMENES e FERREIRA, 2005)⁹ e de projetos e ações em desenvolvimento pela PUC Minas, UNICAMP, UnB, UFPR etc., certamente já têm um conhecimento e experiência acumulada na área, de forma tal que em muito podem contribuir com os projetos mais novos.

⁸ MAZZONI, A. A. e TORRES, E. F. A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 30, p. 10 - 17, abr. de 2005.

⁹ PIRES, C.R.; LOPES, M.E. e OLIVA FILHO, S. M. Projeto USP Legal: propondo uma política da USP referida a deficiência. In: SEMINÁRIO ATIID, 2., 2003, São Paulo. *Anais...* Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

GIMENES, C.E.R. e FERREIRA, G.B. O Programa USP Legal como fator de inclusão digital de pessoas com deficiência na Universidade de São Paulo. In: SEMINÁRIO ATIID, 3, 2005, São Paulo. *Anais...* Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

Mesmo reuniões e/ou seminários¹⁰ que possam estimular a troca de experiência entre as coordenações e/ou equipes envolvidas com os projetos são escassos. Fica aqui a sugestão para que a coordenação do Programa Incluir (MEC – SESu/SEESP) organize eventos dessa natureza em esferas regionais e nacionais, estimulando e subsidiando os encontros, discussões e trocas entre os grupos envolvidos. O uso da internet e suas ferramentas, como portal, correio eletrônico e listas de discussão, pode ser muito útil para as interações e cooperações prévias e posteriores aos encontros presenciais.

A publicação deste livro representa uma oportunidade de difundir e discutir o conhecimento produzido e as experiências vivenciadas no âmbito do Projeto UFC Incluir. Assim como o Projeto, esta publicação é resultado do trabalho de muitos parceiros, que, de uma ou de outra forma, se envolveram com a inclusão de alunos com deficiência na UFC.

Eu tive o privilégio de estar à frente do Projeto UFC Incluir, de coordená-lo junto ao MEC-SESu/SEESP, e de formar, junto com as professoras Vanda Leitão e Zilsa Santiago, uma coordenação colegiada para o desenvolvimento dos trabalhos na UFC, grupo esse que é, de fato, responsável pelos resultados do Projeto, certamente bastante positivos. Também foi essencial contar, junto a esse grupo, com a professora Ana Frota, que coordenou o Ciclo de Debates e o Grupo de Sensibilização do Projeto, iniciativas que, sem dúvida, em muito contribuíram para o alcance dos objetivos do Projeto.¹¹

No âmbito da administração superior da UFC, foi muito importante o apoio, desde o início, da Pró-Reitoria de Graduação. Ao longo do período em que o Projeto foi desenvolvido, laços foram sendo estabelecidos também com setores como a Coordenadoria de Projetos e Obras da Superintendência de Planejamento Físico e

¹⁰ A exemplo do 2º encontro das instituições de ensino superior inclusivas, promovido pela PUC Minas em 22 de agosto de 2007.

¹¹ Aqui aproveito para expressar o meu agradecimento às três colegas, com as quais tive o prazer de compartilhar essa experiência com leveza, confiança mútua e tenacidade. Valeu!

Operações - PLANOP, e as Diretorias do Sistema de Bibliotecas e Biblioteca do Centro de Ciências Sociais, o que permitiu uma ampliação e fortalecimento das ações do UFC Inlui. A parceria com o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, também foi importante para a tomada de algumas providências por parte da UFC, garantindo o atendimento a disposições legais a favor das pessoas com deficiência. Entre os demais parceiros do Projeto, a Companhia de Teatro Ponto de Vista, composta por atores com deficiência visual, destacou-se pelo grande envolvimento e presença contínua, fortalecedora. A ONG Movimento VIDA também enriqueceu em muito as ações do Projeto.¹²

A lógica que guia a organização deste livro segue aquela adotada na organização do Ciclo de Debates promovido pelo Projeto UFC Inlui, com artigos agrupados por tipos de deficiência. No entanto, a publicação foi organizada em duas partes. A primeira, introdutória, é composta por dois capítulos, os quais discutem: as propostas, ações e resultados do Projeto UFC Inlui; e o impacto do ciclo de debates na UFC. A segunda parte, referente a temas diversos abordados em mesas-redondas do Ciclo de Debates UFC Inlui, apresenta cinco capítulos, ou melhor, cinco mesas-redondas. Os textos são escritos por profissionais não necessariamente ligados a UFC e abordam temas gerais envolvendo as deficiências visual, auditiva e locomotora. Desejamos que

¹² Uma vez mais, os nossos sinceros agradecimentos a: professora doutora Ana Maria Iório Dias, Pró-Reitora de Graduação; arquiteta Regina Lúcia Lopes de Sousa da Cunha, titular da Coordenadoria de Projetos e Obras da PLANOP; Francisco Jonatan Soares e Ana Elisabeth Albuquerque Maia, Diretores do Sistema de Bibliotecas da UFC e da Biblioteca do Centro de Ciências Humanas e Sociais, respectivamente; doutor Francisco de Araújo Macedo Filho, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão; Hortêncio Pessoa e Ruth Queiroz, Diretores da Cia. Ponto de Vista; e professora Nadja de Pinho Pessoa, Presidente da ONG Movimento VIDA.

estas páginas propiciem a todos uma experiência tão confortável quanto instigante, suscitando muitas reflexões e estimulando inúmeras ações inclusivas futuras.

Ana Karina Morais de Lira
Fortaleza, 27 de novembro de 2007

1ª PARTE
Artigos Preliminares

1^a PARTE

Artigos Preliminares

CAPÍTULO I - O PROJETO UFC INCLUI: PROPOSTAS, AÇÕES E RESULTADOS

Ana Karina Morais de Lira

Neste artigo apresentamos o Projeto UFC Inclui, descrevendo e analisando suas propostas, ações e resultados. Inicialmente, fornecemos um panorama geral, buscando caracterizar o Projeto através de elementos centrais como objetivos, coordenação e equipe de trabalho, recursos financeiros, período de realização, eixos de atuação, propostas e metas. Em seguida, descrevemos detalhadamente as ações realizadas, buscando examinar suas dimensões e definir o corpo que o Projeto UFC Inclui foi adquirindo através delas, gradualmente. Por último, avaliamos os resultados obtidos, buscando verificar o alcance dos objetivos e metas e os impactos gerados pelo Projeto nos espaços da Universidade e da sociedade local.

Panorama Geral

A realização do Projeto UFC Inclui em 2005 e 2006 envolveu o desenvolvimento de ações nos diversos *campi* da Universidade Federal do Ceará (UFC) com o objetivo de promover a inclusão de alunos com deficiência nessa Instituição de Ensino Superior (IES) e preparar alunos de diversos cursos para um mercado de trabalho que inclui pessoas com deficiência.

A coordenação do Projeto foi composta pelas professoras Ana Karina Morais de Lira, Vanda Leitão Magalhães e Zilsa Maria Pinto Santiago, sendo que a primeira assumiu a coordenação geral, a segunda, a coordenação e acompanhamento das ações do Projeto junto à administração superior da UFC e a terceira, a coordenação das ações referentes à acessibilidade

física na instituição. A professora Ana Maria Monte Coelho Frota¹³ assumiu a coordenação do Ciclo de Debates e Grupo de Sensibilização.



Foto 1 - Coordenação do Projeto UFC InClui 2005-2006

O Projeto UFC InClui foi selecionado no âmbito do primeiro edital do Programa Incluir (BRASIL, 2005), lançado pelo Ministério da Educação através das Secretarias de Ensino Superior e de Educação Especial (MEC – SESu/SEESP), obtendo um financiamento de R\$ 77.198,00 (setenta e sete mil, cento e noventa e oito reais). Conforme o seu planejamento inicial, o Projeto seria desenvolvido em oito meses, de outubro de 2005 a maio de 2006, sendo que esse prazo não pôde ser cumprido em função de atraso na descentralização dos recursos orçamentários pelo MEC.¹⁴ De

¹³ Professoras vinculadas, respectivamente, aos departamentos de fundamentos da Educação, Estudo Especializados, Arquitetura e Urbanismo e Economia Doméstica, da Universidade Federal do Ceará.

¹⁴ Ver discussão no final deste artigo.

fato, o UFC Incluir foi realizado em 15 meses, sendo encerrado em dezembro de 2006, ainda que as últimas obras arquitetônicas tenham sido concluídas somente em janeiro de 2007.

Para a realização das ações rotineiras, o Projeto contou com equipe coordenada por Ana Cristina Silva Soares¹⁵, a qual incluía de dois a três bolsistas de trabalho, alunos de cursos de graduação¹⁶. Os vínculos desses alunos com o Projeto tiveram duração variada, nenhuma menor do que três meses, no entanto. Essa equipe, orientada pela coordenação geral do Projeto, constituiu o núcleo básico do UFC Incluir, garantindo o desenvolvimento do mesmo através da realização e acompanhamento de ações tais como atendimento a pessoas, divulgação de atividades através de lista de discussão via Internet e correio eletrônico, apoio ao Ciclo de Debates e eventos de sensibilização e acompanhamento contínuo dos procedimentos institucionais para liberação e aplicação de recursos do Projeto, por exemplo, para a contratação de serviços. Além disso, muitos alunos se envolveram com o Projeto, voluntariamente, atuando principalmente junto ao Grupo de Sensibilização. A este Grupo foram se vinculando, também, pessoas com deficiência, tanto da UFC quanto de instituições parceiras, o que foi essencial para os trabalhos do Projeto. Também foi importante contar com a participação de bolsistas do PET-Pedagogia, duas das quais dedicaram média de seis horas semanais ao Projeto.¹⁷

O Projeto UFC Incluir atuou nos eixos pedagógico, arquitetônico e atitudinal, os quais se referem, respectivamente a: (a) discussão de teorias, métodos e técnicas pedagógicas próprias da educação especial, para favorecer a inclusão e equiparação de oportunidades a alunos com deficiência na UFC; (b) promoção

¹⁵ Mestre em Educação pela UFC.

¹⁶ Lucas Guimarães Bloc, Maria das Graças Holanda, Thais Maria Moraes da Silva, Mateus Frota Freire e Ana Beatriz Colares.

¹⁷ Destaque-se a participação de Samara Bezerra Xavier, vinculada também ao Projeto Acessibilidade e Inclusão, da FACED/UFC.

de mudanças na estrutura física da UFC, a fim de permitir o acesso de pessoas com deficiência física e/ou visual aos edifícios e salas dessa IES; e (c) estímulo à reflexão, por parte de docentes e discentes da UFC, sobre a educação e profissionalização de alunos com deficiência e sobre a necessidade de preparação dos alunos da UFC para um mercado de trabalho que inclua pessoas com deficiência, permitindo a criação de uma cultura inclusiva na UFC.

A principal proposta do UFC Incluir foi criar e manter, na Universidade Federal do Ceará (UFC), um Centro de Educação Inclusiva para alunos com deficiência (CEIN-AD/UFC), permitindo a definição e implementação de ações relacionadas à inclusão desses alunos nas diferentes unidades acadêmicas dessa instituição. Destacaram-se, entre as ações a serem definidas e implementadas pelo CEIN-AD/UFC, aquelas referentes à integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação e capacitação de alunos com deficiência para o trabalho. Associada a esta meta estava a proposta de criação e manutenção de Laboratório de Informática Educativa para alunos com deficiência (LIE-AD/UFC). Além da criação do CEIN-AD e de LIE-AD foi prevista a realização de levantamento sobre alunos com deficiência na UFC – condições pedagógicas; ciclo de palestras; cursos, treinamentos e oficinas de sensibilização. Quanto à acessibilidade física e arquitetônica, foi prevista a execução de adaptações em banheiros e construção de rampas em algumas unidades da UFC, localizadas principalmente no campus do Benfica¹⁸, onde estudava a maioria dos alunos com deficiência.

Estas propostas e metas estavam associadas aos seguintes objetivos específicos do Projeto UFC Incluir: possibilitar ao aluno com deficiência a acessibilidade à informação através do uso de recursos tecnológicos capazes de dar suporte a atividades educacionais e de trabalho; possibilitar aos educandos com deficiência física e/ou visual o livre acesso aos edifícios e salas dessa

¹⁸ A UFC conta com três *campi*, a saber: Benfica, Pici e Porangabussu.

IES; favorecer a equiparação de oportunidades educacionais aos alunos com deficiência na UFC; promover, na UFC, a discussão sobre as deficiências sensoriais, motoras e mentais e sobre problemas que os alunos com deficiência vivenciam na sua educação e capacitação para o trabalho, buscando encontrar soluções possíveis para esses problemas no âmbito da sociedade local; criar oportunidades de trocas entre indivíduos com e sem deficiências, a fim de que, a partir dos contatos e relações estabelecidos, poder difundir o conhecimento sobre as deficiências, levando a quebra de preconceitos, ao respeito às diferenças, atitudes positivas etc.; discutir o papel exercido pela universidade brasileira no que se refere a formação de cidadãos com deficiência e apontar as diversas possibilidades de atuação da academia, de forma a minimizar as dificuldades encontradas pelo aluno com deficiência na sua trajetória universitária; e preparar alunos de diversos cursos da UFC para atuar em mercado de trabalho que inclua pessoas com deficiência, favorecendo, dessa forma, a inclusão social.

Ações Realizadas no Âmbito do Projeto UFC Inclui

Nessa seção, descrevemos e analisamos as ações realizadas no âmbito do Projeto UFC Inclui em 2005-2006, a saber: levantamentos sobre: (a) quem são e como estão os alunos com deficiência na UFC e (b) projetos inclusivos da UFC; lançamento do Projeto; serviço de adaptação de material pedagógico para atender a alunos com deficiência visual; ações para a criação do Centro de Educação Inclusiva; realização de Ciclo de Debates de abril a dezembro, com total de 16 mesas-redondas; execução das obras arquitetônicas previstas, referentes a adaptações em banheiros e construções de rampa em 8 unidades da UFC; realização de eventos, cursos e oficinas para sensibilização da população acadêmica; organização de livro sobre o Projeto UFC Inclui; Projeto para a criação de Centro Digital de apoio ao Aluno com

Deficiência da UFC que envolve biblioteca de livros falados e digitalizados, laboratório de informática, sala de videoconferência e banheiro adaptado; e parceria com o Ministério Público Federal para a conscientização necessária ao cumprimento das leis que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Levantamentos: Buscando Dados Sobre Alunos com Deficiência e Projetos Inclusivos

Neste tópico, discutimos os levantamentos realizados sobre alunos com deficiência e projetos inclusivos da UFC.

(a) Dados sobre alunos com deficiência matriculados na UFC

No documento contendo a proposta do Projeto UFC Inclui (LIRA, 2005, p. 3)¹⁹, encaminhado ao MEC em maio de 2005, tecemos as seguintes considerações sobre os dados e ações inclusivas na UFC:

A inclusão de alunos com deficiência na UFC é urgente e necessária. Conforme demonstra o breve histórico traçado mais adiante, as ações inclusivas nessa IES têm sido realizadas de forma pouco sistemática, pontual, emergente, paliativa (acontecendo somente à medida que há matrícula de aluno com deficiência) e, portanto, pouco consistente e eficaz. Mesmo a informação básica sobre o número de alunos com deficiência matriculados na Instituição não é facilmente encontrada, seja junto as Pró-Reitorias, ou as coordenações de curso de graduação, pós-graduação e/ou extensão. Levantamento realizado pela Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV) em 2004 estima um número de 120 candidatos com deficiência aprovados nessa seleção. No entanto, há necessidade de rever os critérios adotados para definir os tipos de deficiências de cada candidato: afirma-se, por exemplo, a inscrição de aproximadamente 650 (seiscentos e cinquenta) deficientes visuais e

¹⁹ Ver a proposta original do Projeto UFC Inclui, na íntegra, no Anexo I desta publicação.

aprovação de 71 (setenta e um) deles, um número certamente muito alto, que deve envolver pessoas com problemas visuais que não caracterizam necessariamente deficiência visual. Tudo isso demonstra a necessidade de ações que possam favorecer a educação inclusiva na UFC, urgentemente.

Essas considerações informam a situação da educação inclusiva na UFC no ano de 2005. De acordo com elas, até aquele ano não havia, na UFC, registro sistemático sobre a quantidade de alunos com deficiência matriculados, sendo que alguns dados disponibilizados pela CCV indicavam um número muito alto de alunos com deficiência, pouco provável e certamente estimado sem a consideração de critérios habitualmente usados para definir os diferentes tipos de deficiência. Em não havendo registro desses alunos, provavelmente não havia também o acompanhamento pedagógico dos mesmos, o que indicava um problema sério na instituição. De fato, essa situação caracterizava o ensino superior brasileiro em geral, uma vez que, até então, o Ministério da Educação (MEC) também não dispunha de um registro sistemático de dados sobre alunos com deficiência matriculados nas universidades públicas e particulares do país, o que levou a criação de um cadastro nacional desses dados.

Uma das primeiras ações realizadas no âmbito do Projeto UFC Inclui foi um levantamento sobre os alunos com deficiência da UFC, coordenado pela professora Vanda Leitão, membro da Coordenação do Projeto e titular da Coordenadoria de Acompanhamento Discente, órgão da Pró-Reitoria de Graduação da UFC. Esse levantamento correspondia a uma parte do projeto de pesquisa intitulado *Quem são e como estão os estudantes com necessidades educativas especiais na UFC*, o qual estabeleceu os seguintes objetivos: (a) quantificar e localizar os alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFC; e (b) caracterizar as necessidades educativas determinadas pelas condições singulares desses estudantes, bem como investigar as condições pedagógicas oferecidas a eles pela instituição.

A realização desta pesquisa se apoia em teorias, métodos e técnicas da Educação Especial e considera, em princípio, que cada tipo de deficiência é definido pela presença de condições características ou constitutivas. Para a identificação do aluno com deficiência, estas condições são tomadas como referência, verificando-se se as condições que o aluno apresenta são próprias de um determinado tipo de deficiência. Considerando também que condições de deficiência podem se apresentar em momentos distintos e sob circunstâncias diversas para sujeitos particulares - o que determina como estes irão lidar com elas - verifica-se ainda a experiência singular do aluno no que tange ao histórico da deficiência em sua vida, e a forma como lida com ela. O conhecimento sobre as condições de deficiência apresentadas pelo aluno é imprescindível para a organização das situações de ensino-aprendizagem envolvendo este aluno, já que estas condições determinam as necessidades específicas que se colocam nestas situações.

Os resultados do levantamento inicial realizado no âmbito desta pesquisa foram informados ao MEC para compor cadastro organizado pelo Ministério a partir do final do ano de 2005. Naquela época, havia onze alunos com deficiência na UFC, sendo seis com deficiência motora e cinco com deficiência visual. Quase todos estudavam no campus do Benfica, que congrega as Ciências Humanas e Sociais. No Centro de Humanidades encontrava-se a seguinte distribuição por curso: uma aluna *muletante*²⁰ na Biblioteconomia; um com mobilidade reduzida na Comunicação Social – Publicidade; uma *muletante* no curso de Letras; duas alunas com visão subnormal e uma *cadeirante* na Psicologia. Na Faculdade de Educação havia dois alunos cegos e um *cadeirante* no curso de Pedagogia. Na Faculdade de Economia,

²⁰ Os termos *muletante* e *cadeirante* são utilizados em referência a usuários de muleta e/ou cadeira de rodas, sendo associados a pessoas com deficiência motora.

Administração e Ciências Contábeis havia um aluno cadeirante, matriculado no curso de Ciências Contábeis. Finalmente, no campus do Porangabussu, na Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem havia um estudante com visão subnormal, no curso de Farmácia.

Considerando que, em 2005, a Universidade Federal do Ceará contava com um número aproximado de 31.852 estudantes, o número de 11 alunos com deficiência representa 0,03 % da população estudantil, uma percentagem muito reduzida. Isso revela a dificuldade de acesso à universidade por parte de alunos com deficiência, o que reforça a importância de trabalhos como este do Projeto UFC Inclui, que objetivem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na Universidade.

Por um lado, o Centro de Humanidades e a Faculdade de Educação, no campus do Benfica, concentram o maior número de alunos com deficiência da UFC. Por outro lado, os cursos dos Centros de Ciências, de Tecnologia, de Ciências Agrárias, no Campus do Pici, da Faculdade de Medicina, no Campus do Porangabussu, e da Faculdade de Direito, no campus do Benfica, não têm nenhum aluno com deficiência matriculado. Isso indica a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência a esses Centros, o que pode estar relacionado, inclusive, com a especificidade dos cursos ali oferecidos. Um estudo sistemático que considere tanto as disciplinas incluídas no currículo dos cursos quanto as atividades envolvidas no desempenho das profissões é certamente necessário, permitindo ampliar nossa compreensão sobre esse assunto e servir à orientação dos candidatos por ocasião da inscrição no vestibular, como uma espécie de orientação vocacional prévia, anterior ao ingresso às universidades.

(b) Dados sobre projetos voltados a pessoas com deficiência na UFC

Em paralelo a pesquisa acima descrita, foi realizado um levantamento dos projetos inclusivos existentes na UFC, que contemplassem pessoas com deficiência. Para tanto, informa-

R. 14213479

PERGAMUM
BCCE/UFC

ções sobre projetos cadastrados e/ou trabalhos coordenados por docentes da UFC foram buscadas junto às pró-reitorias, chefias de departamento e coordenações de curso. A despeito da pronta disponibilidade de todos os setores contatados, o acesso a esses dados não foi direto, tendo em vista a carência de registro e reunião sistemática desse tipo de informação na UFC, carência que pode ser suprida, certamente, com a criação de Centro de Educação Inclusiva. Entre os meios através dos quais obtivemos respostas efetivas, destacam-se as listas dos projetos cadastrados em cada uma das três coordenadorias vinculadas a Pró-Reitoria de Extensão da UFC, que possibilitaram identificar alguns projetos envolvendo pessoas com deficiência, e contatar coordenadores e equipes para o fornecimento de informações detalhadas sobre os mesmos. Também a coordenação do curso de Odontologia identificou projeto desenvolvido naquela unidade. De resto, alguns projetos foram encontrados por vias mais indiretas, como, por exemplo, a coordenação pedagógica de instituição especializada em deficiência visual, que conhecia núcleo e projeto da UFC atuando nessa área. Com base nessa situação, supomos que há, certamente, projetos voltados a pessoas com deficiência na UFC que ainda não foram identificados, ação que, portanto, merece ser complementada em futuro próximo.

O resultado do levantamento realizado no âmbito do Projeto UFC Inclui indicou a existência de 12 projetos de ensino e/ou extensão, que desenvolvem trabalhos com temática voltada à pessoa com deficiência, os quais estão relacionados abaixo, com o nome de seus coordenadores e contatos eletrônicos. Esses projetos são apresentados na terceira parte dessa publicação, que versa sobre ações inclusivas da UFC:

1. Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP (Medicina)

Direção: Dr. Francisco Sulivan Bastos Mota e Dr. José Lucivan Miranda Nunes

2. Núcleo de Atendimento e Estudos em Pacientes Especiais – NEPE (Odontologia)
Coordenação: Prof. Dr. Fabrício Bitu Sousa (fbitu@hotmail.com)
3. Programa Todos os Sentidos – Rádio Universitária (Línguas Estrangeiras)
Coordenação: Prof. Henrique Beltrão (beltraohenrique@yahoo.com.br)
4. Projeto Acessibilidade e Inclusão (Faculdade de Educação)
Coordenação: Profa. Dra. Ana Karina Morais de Lira (karina@ufc.br)
5. Projeto Saúde Ocular (Enfermagem)
Coordenação: Profa. Dra. Lorita Pagliuca (plagliuca@ufc.br)
6. Curso Pré-Universitário Ludwig Van Beethoven (Convênio UFC e SEDUC-Centro de Capacitação de Profissionais da Educação das Pessoas com Surdez – CAS)
Coordenação: Glória Bernardino (gloriabernardino@baydenet.com.br)
7. Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS (Convênio UFC e UFSC)
Coordenação: Profa. Dra. Vanda Magalhães Leitão (vanda@ufc.br)
8. Diagnóstico Auditivo - NUTEPE (Medicina)
Coordenação: Ana Cristina de Azevedo Souza Vieira
9. Projeto Acessibilidade nas Escolas Públicas (Arquitetura e Urbanismo)
Coordenação: Profa. Zilsa Maria Pinto Santiago, Ms (zilsa@ufc.br)
10. Programa de Educação Permanente e Capacitação Profissional de Cirurgiões - Dentistas (Odontologia)

Coordenação: Profa. Dra. Maria Eneide Leitão de Almeida (eneideufc@hotmail.com)

11. Curso de Especialização lato sensu sobre Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental (Convênio UFC e Laboratório de Estudos e Diversidade da UNICAMP)

Coordenação: Profa. Dra. Rita Vieira de Figueiredo (rvieira@ufc.br)

12. Projeto UFC Inclui (Faculdade de Educação / Arquitetura e Urbanismo)

Coordenação: Profas Dras Ana Karina Moraes de Lira, Vanda Magalhães Leitão e Zilsa Maria Pinto Santiago (projetoufcinclui@yahoo.com.br).

Observe-se que os projetos inclusivos desenvolvidos na UFC são oriundos de diversos centros e unidades acadêmicas, a saber: Arquitetura e Urbanismo, Educação, Enfermagem, Línguas Estrangeiras, Medicina e Odontologia. Note-se ainda que há projetos em convênio com instituições especializadas ou outras universidades brasileiras, o que certamente enriquece e amplia a atuação dos mesmos.

Lançamento do Projeto UFC Inclui

O Projeto UFC Inclui foi lançado na manhã de 18 de janeiro de 2006, em evento de grande porte realizado com a finalidade de apresentá-lo oficialmente à comunidade acadêmica e a população de Fortaleza e de estimular a discussão do seu tema central, a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade. Além da apresentação formal do Projeto, o evento do lançamento envolveu café da manhã, oficinas de sensibilização e shows com grupos formados por pessoas com deficiência e exibição de pôsteres por equipes envolvidas com projetos inclusivos da UFC e instituições parceiras. Aconteceu no campus do Benfica, tanto

em áreas fechadas - como o auditório e o anexo da Biblioteca do Centro de Humanidades - quanto em espaços abertos, como o Bosque das Letras. Isso deu visibilidade ao evento e permitiu a participação também por transeuntes.

Como se pode imaginar, a organização de um evento deste porte envolve o planejamento e realização de muitas ações prévias, de naturezas diversas. Para dar cabo destas ações, a Comissão Organizadora foi constituída no início do segundo semestre de 2011, sendo composta por sete membros, incluída a coordenação colegiada do Projeto, a professora Ana Frota e Ana Cristina Soares, Lucas Bloc e Samara Bezerra Xavier, alunos da UFC. Também foram constituídas as Comissões de Apoio e de Recepção, compostas respectivamente por doze e por seis alunos da casa. Na Comissão de Recepção, todos eram alunos com deficiência da UFC, sendo três com deficiência visual e três com deficiência motora. O Cerimonial da UFC também participou do evento.



Foto 2 - Lançamento do Projeto UFC Inlui

Nota: Comissão Organizadora e Hortêncio Pessoa, representando papel de aluno cego da UFC, através do personagem *Inclusildo*.



Foto 3 - Lançamento do Projeto UFC Inlui - Comissão de Apoio

Em atenção ao objetivo de promover a discussão sobre a inclusão de alunos com deficiência na universidade, ênfase foi dada a divulgação do Projeto UFC Inlui e do seu lançamento. Para garantir que o evento fosse bastante difundido na Universidade, a atuação da Assessoria de Comunicação Social da UFC²¹ foi essencial. Essa divulgação aconteceu nos seguintes momentos: (a) com antecedência de aproximadamente um mês e meio da data do evento; (b) durante os quinze dias que antecederam o evento; (c) durante a realização do evento; e (d) no período posterior à realização do evento.

Na UFC, os meios utilizados para a divulgação do evento eram principalmente a internet e correio eletrônico (Portal da Universidade; listas de discussão e contas de e-mail da comunidade acadêmica, instituições afins e demais interessados) e o UFC FAX, através do qual boletins sobre o evento eram enviados

²¹ Destaque-se a atuação de Carmina Dias, integrante desta Assessoria.

para as diversas unidades da UFC (Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Centros, Faculdades, Departamentos etc.), para a imprensa local (jornais, rádios e TV) e assessorias de imprensa de instituições, como por exemplo, a da ADUFC. O texto a seguir, referente à notícia veiculada no Portal da Universidade, ilustra a divulgação do evento.

Divulgação do Lançamento do Projeto UFC Inclui no Portal da UFC

Quinta-feira, 22 de dezembro de 2005 - UFC lança em janeiro novo projeto de inclusão. Diminuir as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e ideológicas em relação às pessoas com deficiência. Com esse objetivo, a Universidade Federal do Ceará lança, em janeiro próximo, o projeto "UFC Inclui". O projeto é financiado pelo Ministério da Educação e integra o Programa Incluir, com ações voltadas para a inclusão e permanência de alunos com limitação visual, auditiva, motora e outras. A programação de lançamento inclui apresentação do Coral do Silêncio, no Bosque do Curso de Letras. Além de apresentação de teatro e música por pessoas com deficiência, haverá exibição de pôsteres de projetos inclusivos desenvolvidos pela UFC e instituições parceiras e dinâmica conduzida pelo Movimento Vida. A banda de música da APAE e a companhia de teatro Ponto de Vista também estarão se apresentando. Parte das atividades será realizada no Auditório da Biblioteca de Humanidades. Segundo a Prof^a Ana Karina Morais, da Faculdade de Educação, a UFC vai inaugurar em 2006, na Biblioteca de Humanidades, o Laboratório de Informática Educativa para alunos com deficiência. A instituição desenvolve vários projetos inclusivos, como o Acessibilidade e Inclusão, a Licenciatura

em Libras e o Pré-Vestibular Ludwig van Beethoven. Fonte: Coordenação do Projeto (fone: 85 4009 7676 - 4009 7677). (Disponível em: <http://www.ufc.br>).

Na imprensa local, investimos em reportagens ou notas em jornais, entrevistas com a Coordenação do Projeto e grupos de pessoas com deficiência participando dos shows do lançamento em programas de TV e rádio (por exemplo, na Rádio Universitária, os programas Todos os Sentidos, Rádio Debate, Por uma Cultura de Paz etc. e chamadas frequentes sobre o evento).

Seguindo orientações de empresa de comunicação e marketing, recursos foram investidos na criação de material de divulgação do Projeto, a começar pela logomarca, apresentada na capa deste livro. Uma vez definida, esta logomarca passou a ser usada em todos os documentos e materiais referentes ao Projeto, como *folder*, *banner* e camisa preparados por ocasião do lançamento. Durante o desenvolvimento do Projeto foi possível observar que esta logomarca ganhou aprovação e simpatia do público, remetendo a pessoas com deficiência de forma leve e dinâmica. Assim como o nome escolhido para identificar o Projeto, esta logomarca se consolidou como uma ideia feliz.

Para o lançamento do Projeto, cerca de quinhentos convites foram enviados, via fax e entregadores. O convite oficial chegou aos convidados acompanhado de um folder com informações básicas sobre o Projeto. Para as instituições, também foi enviado um cartaz, que devia ser afixado pelo próprio entregador em lugar de fácil visualização. Esses convites tiveram os seguintes destinatários: na UFC – Reitoria, pró-reitorias e demais administradores, desde aqueles respondendo pelas coordenadorias vinculadas as diversas pró-reitorias, até diretores, chefes e coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação, professores, técnico-administrativos e estudantes, via centros acadêmicos. Na

esfera local, externa a UFC - instituições parceiras e afins (ver instituições que participaram da exibição de pôsteres); autoridades como governador e secretários(as), prefeita e secretários(a), deputados federais e estaduais, presidentes da Assembleia Legislativa, da Câmara dos Vereadores, FIEC etc. e outras instituições e pessoas com interesse no tema (empresas e estabelecimentos comerciais afins – por exemplo óticas e oftalmologistas, empresas e profissionais lidando com pessoas com deficiência intelectual, motora e auditiva, órteses e próteses etc.). Nosso objetivo era estimular toda a comunidade da UFC e da cidade de Fortaleza a participar das ações que versavam sobre o respeito à diferença, abrindo um campo dialógico propício à inclusão. Pessoas cegas receberam convite em Braille, e todo o evento foi acompanhado por intérprete de LIBRAS.

O lançamento do Projeto começou com a oferta, para todos os participantes, de um café da manhã, servido em área anexa a Biblioteca do Centro de Humanidades, na qual estava prevista a instalação do Centro Digital de Apoio ao Aluno com Deficiência. A planta do projeto com layout desse Centro, elaborada pela Coordenadoria de Projetos e Obras da PLANOP/UFC, foi exibida em quadro de avisos no local, e discutida com os presentes, e principalmente as autoridades convidadas para a mesa de abertura, com o intuito de conseguir apoio no tocante aos custos para a construção do referido Centro.

A seguir, no auditório da Biblioteca do Centro de Humanidades, com média de 100 lugares, deu-se a abertura propriamente dita, com interpretação dos elementos da natureza contidos na bandeira brasileira e apresentação do Hino Nacional em LIBRAS por Adriano Rodrigues dos Santos, do Instituto Cearense de Educação de Surdos – ICES, e a formação da mesa com autoridades convidadas.



Foto 4 - Parte da Mesa de Abertura da Solenidade de Apresentação do Projeto UFC Incluir

A mesa de abertura foi constituída conforme se segue: professora doutora Ana Maria Iório Dias, Pró-Reitora de Graduação da UFC; deputado federal Mário Mamede, Secretário Nacional de Direitos Humanos; professora doutora Celeste Cordeiro, Secretária de Mobilização e Inclusão Social do Estado do Ceará; professora doutora Ana Maria Fontenele, Secretária da Educação e Ação Social do Município de Fortaleza; deputada estadual Íris Tavares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; Marcius Montenegro, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência; representante da Secretaria de Ação Social do Estado; e professoras doutoras Ana Karina Morais de Lira, Vanda Magalhães Leitão e Zilsa Maria Pinto Santiago, Coordenadoras do Projeto UFC Incluir. As seguintes autoridades não puderam atender ao convite para participar da mesa, havendo justificado suas ausências ao evento: Luiziane Lins, Prefeita de Fortaleza; professor René

Barreira, Reitor da UFC; Secretaria de Educação do Estado do Ceará; deputado federal João Alfredo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; e doutora Maria José Marinho da Fonseca, representante do Ministério Público. Depois que os membros da mesa se pronunciaram, a professora Ana Karina Morais de Lira apresentou o Projeto UFC Incluir através de projetor multimídia e seguiram-se os debates. Na plateia, presenças ilustres como Eunice Damasceno, fundadora do Instituto Pestalozzi.

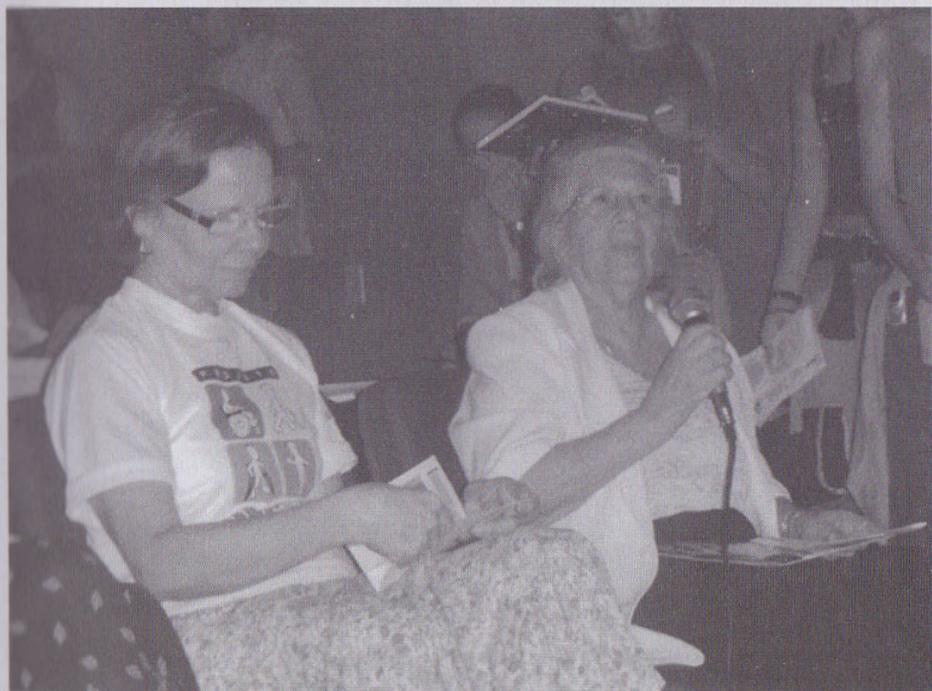


Foto 5 - Com a Palavra, Eunice Damasceno, Presença Ilustre entre os Convidados

Encerrada a solenidade de apresentação formal do Projeto no auditório da Biblioteca do Centro de Humanidades, o evento teve continuidade no Bosque das Letras, espaço no qual haviam sido montados um palco e uma estrutura com biombos, para a

exibição de pôsteres. Houve a apresentação de shows artísticos da Companhia de Teatro Ponto de Vista, com encenação de paródia alusiva ao dia a dia de pessoas com deficiência visual e vários números musicais, como a Banda Marcial da APAE, com repertório de músicas nordestinas e carnavalescas. Ambas as apresentações foram muito bem recebidas pelo público. A fim de sensibilizar os presentes, a ONG Movimento VIDA apresentou um monólogo chamando a atenção para dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência, com a participação do Palhaço Perna de Pau. A professora Nadja Pinho também coordenou dinâmica em que alguns professores e alunos da UFC vivenciaram a experiência de andar em cadeira de rodas pelo Bosque e ler alguns pôsteres exibidos no evento, seguindo-se reflexões e comentários com a plateia.



Foto 6 - Lançamento do Projeto UFC Incluir - Companhia de Teatro Ponto de Vista

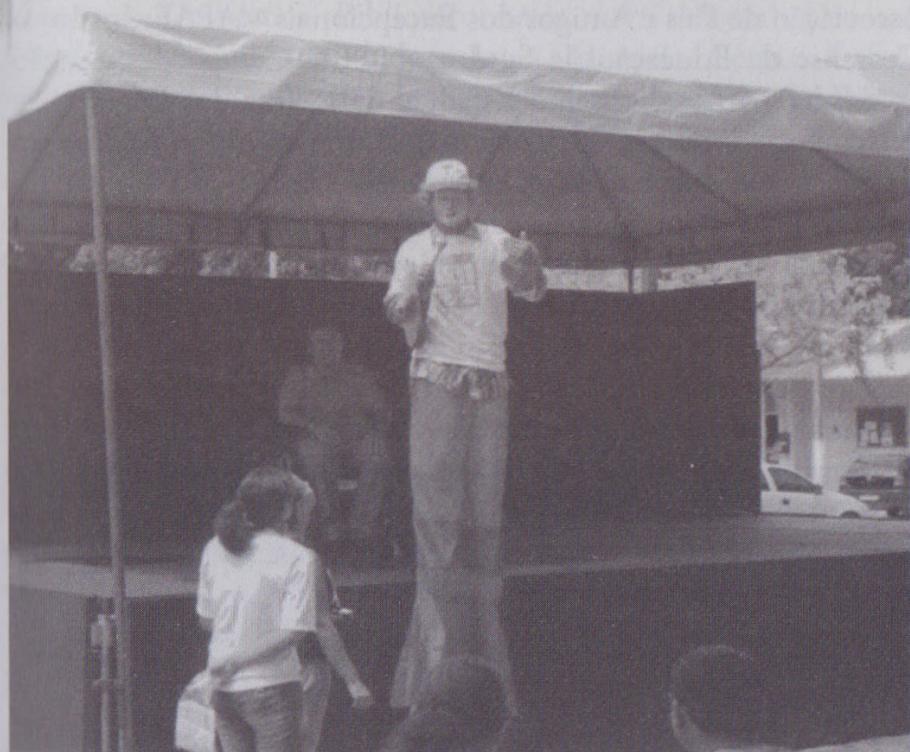


Foto 7 - Lançamento do Projeto UFC Inlui – Monólogo Movimento VIDA

Ao mesmo tempo em que aconteciam os shows e dinâmicas de sensibilização, os presentes puderam participar, em área delimitada por toldos e biombos junto ao palco, de exibição de pôsteres referentes aos projetos inclusivos da UFC e instituições e grupos parceiros e afins. O levantamento dos Projetos Inclusivos para pessoas com deficiência da UFC exigiu trabalho prévio com essa finalidade, discutido no tópico 1b desse artigo, que traz também a lista dos referidos projetos. Quanto às instituições que exibiram seus trabalhos por ocasião do lançamento do UFC Inlui, temos as seguintes: Associação dos Cegos do Estado do Ceará – ACEC; Escola de Ensino Fundamental Instituto dos Cegos e Centro de Apoio Pedagógico (CAP); Sociedade de Assistência ao Cego (SAC); Companhia de Teatro Ponto de Vista; Movimento VIDA (Vida, Independência, Dignidade, Direito e Ação); Associação Elos da Vida; Instituto Pestalozzi do Ceará;

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Instituto Cearense de Educação de Surdos – ICES; Centro de Atenção ao Surdo – CAS; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CEDEF; e Núcleo de atenção a pessoas com deficiência, da Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará. Essa apresentação de pôsteres, que contou, inclusive, com certificado de participação, objetivou a divulgação do trabalho realizado com pessoas com deficiência, tanto na UFC quanto em outras instituições locais. Um aspecto ressaltado pelos grupos que apresentaram seus trabalhos foi a possibilidade de conhecer os demais trabalhos afins e realizar trocas entre si.

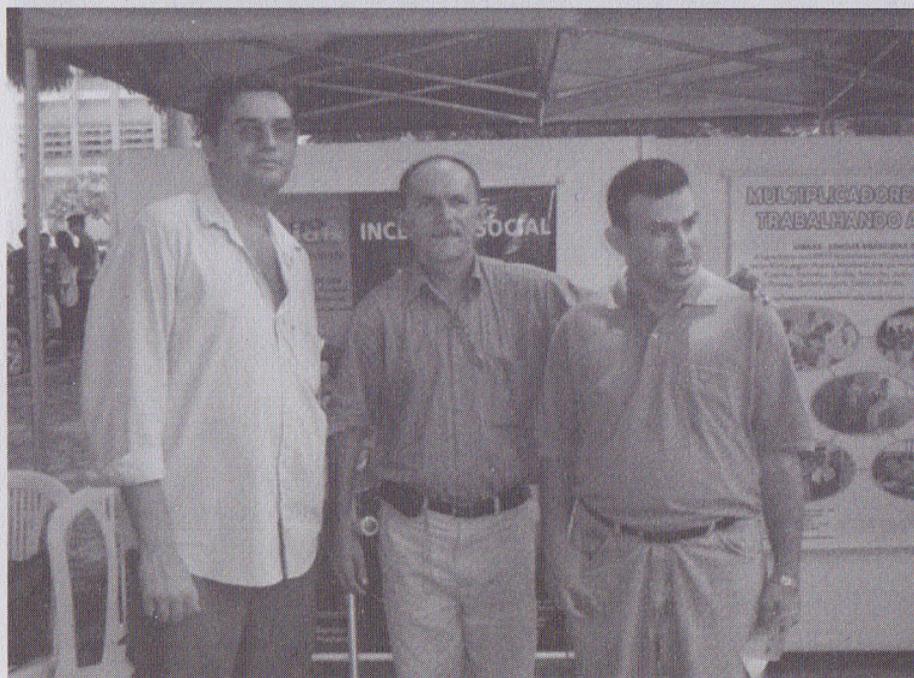


Foto 8 - Lançamento do Projeto UFC Incluir – Exposição de Pôsteres

Estima-se que uma média de 300 pessoas participaram do lançamento do Projeto UFC Incluir, ainda que somente 159 tenham assinado o livro de frequência ao evento. Os dados registrados neste livro demonstram o tipo de atividade dos participantes e a instituição a qual estavam vinculados. Dentre essas instituições, podemos citar: UFC, nos seguintes setores: Faculdade de Educação - FACED, Pró-Reitoria de Extensão, Estilismo e Moda,

Economia Doméstica, Biblioteconomia, UFC Virtual, Direito, Psicologia, Arquitetura, Odontologia, História, Letras, Enfermagem, Medicina, Rádio Universitária, Engenharia de Pesca, Comunicação Social, Superintendência de Planejamento Físico e Operações – PLANOP e Programa de Educação Tutorial –PET- -Pedagogia; Secretaria de Educação e Assistência Social do Município –SEDAS; Secretarias Executivas Regionais da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF); Centro de Referência do Professor –CRP/PMF; Secretaria de Educação Básica do Ceará - SEDUC; Secretaria de Ação Social do Estado - SAS; Movimento VIDA; Associação Elos da Vida; Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES); Centro de Apoio ao Surdo (CAS); Instituto Pestalozzi do Ceará; Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs - de Fortaleza e de Bela Cruz; Instituto dos Cegos; Associação dos Cegos do Estado do Ceará - ACEC; Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC; Associação de Psicologia do Ceará; Projeto Rondon; Associação Internacional de Caridade - AIC; Escola Municipal de Trânsito; ETTUSA; Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; MST/CE; ONG Sólazer do Rio de Janeiro; estudantes e representantes de escolas públicas e particulares.



Foto 9 - Lançamento do Projeto no Bosque das Letras – Plateia Assistindo aos Shows

O lançamento do Projeto UFC Inclui obteve ampla cobertura e apoio da mídia local, com muitas matérias em emissoras de TV, principais jornais impressos de Fortaleza – *O Povo* e *Diário do Nordeste* – programas de rádio etc, como ilustrado a seguir.

Diário do Nordeste

Fortaleza, Ceará - Quinta-feira, 19 de janeiro de 2006

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

UFC Lança Projeto de Inclusão

Batentes altos, portas estreitas, falta de livros em braille, de rampas e de elevadores. São alguns dos problemas enfrentados diariamente por portadores de deficiência física que estudam na Universidade Federal do Ceará (UFC). H

Tentando minimizar as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e ideológicas que prejudicam essas pessoas, a instituição lançou, na manhã de ontem, no Campus do Benfica, um Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência Física- o UFC Inclui.

O evento contou com presença do secretário adjunto da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Mário Mamede, da presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará, deputada íris Tavares, além de diversos representantes do poder público do Estado.

De acordo com a professora da Faculdade de Educação da UFC e uma das coordenadoras do Projeto, Ana Karina Morais, o Ministério da Educação liberou recursos da ordem de R\$ 78 mil para a implementação do programa na Universidade, Segundo ela, o UFC Inclui pretende, com esta Verba, reformular a estrutura física dos seus três campus - em Fortaleza, Sobral e Barbalha - para que seja permitido o acesso dos deficientes físicos às vias de circulação, aos edifícios é às salas da instituição.

Para atender aos universitários que sofrem de deficiência visual, o UFC Inclui prevê a construção de um Laboratório de Informática Educativa (LEI), na Biblioteca do Centro de Humanidades.

A obra está prevista para ser iniciada em junho próximo e o espaço abrigará computadores equipados com softwares especialmente desenvolvidos para deficientes visuais.

Ana Karina informa, ainda, que a Universidade Federal do Ceará tem apenas dez alunos deficientes, que possuem limitação motora ou visual.

LIBRAS — Durante a solenidade de lançamento do projeto, a pró-reitora de Graduação da UFC, professora Ana Maria Monte Coelho, anunciou ainda a criação de um curso de graduação voltado para formação de professores especializados em Libras (Língua Brasileira dos Sinais). “Uma iniciativa pioneira. Futuramente, os deficientes auditivos também serão beneficiados pelo programa, que vai formar professores capazes de atendê-los dentro da universidade”, disse.

A UFC assegura que também criará um Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), que cuidará do acompanhamento dos deficientes físicos da instituição, para que as suas necessidades sejam identificadas. “O NEI objetiva realizar a capacitação continuada dos professores e bolsistas, quanto ao uso de sistemas como o braille, libras, métodos e técnicas de educação inclusiva no Ceará”, garante a professora Ana Karina Moraes.

Para Mário Mamede, a destruição das barreiras culturais que cercam o deficiente também é essencial. “Precisamos aprender a ter respeito por essas pessoas. Ainda temos muito o que avançar nesse sentido, mas o UFC Inclui já é um bom começo”, enfatiza.

O POVO

Fortaleza-CE. Quinta-Feira, 19 de janeiro de 2006

R\$ 78 MIL PARA PROJETO DE INCLUSÃO NA UFC

Pessoas com Deficiência

O programa UFC Inclui foi lançado ontem e pretende promover a inclusão social na universidade de pessoas com deficiência fi-

sica. A partir de recursos do projeto, será inaugurado no próximo semestre o Laboratório de Informática Educativa.

Yanna Guimarães

Especial para O POVO

Ao chegar na Universidade Federal do Ceará (UFC) depois de uma intensa chuva pela manhã, um deficiente visual não percebeu a poça de água em um buraco e acabou com o sapato encharcado. Circunstâncias como esta fazem parte da vida de cerca de 16% da população brasileira que possui algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 25 milhões de cidadãos, segundo estimativa da Associação dos Deficientes Físicos do Ceará (ADFC).

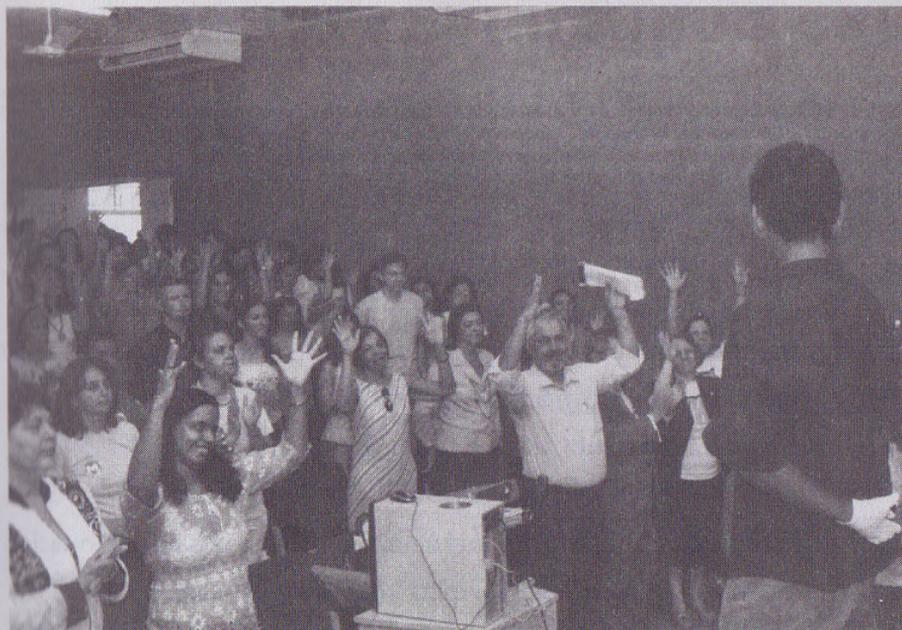
Com o objetivo de diminuir as dificuldades de alunos e visitantes com deficiência, além de promover a inclusão e permanência social dessas pessoas, foi lançado ontem o UFC Incluir. O projeto tem financiamento do Ministério da Educação (MEC), através do 1-Tograma inciuu, e preieiiuc possibilitar o acesso e a permanência de portadores de necessidades especiais na universidade. Com um orçamento de R\$ 78 mil, um dos planos do projeto é desenvolver uma reforma na estrutura física da universidade a fim de adaptá-la às necessidades dos estudantes.

Para começar a implantar as ações do projeto, foi realizado um levantamento do número e das características dos alunos com deficiência na UFC. Apesar de serem apenas dez, temos visitantes e futuros alunos que vão ser beneficiados com o projeto. Fizemos uma aproximação com as coordenações dos cursos desses alunos e um cadastro de cada um para que o contato com a universidade seja maior e melhor”, explica a professora Vanda Magalhães Leitão, coordenadora do projeto



Ano 3, nº 7, Fev/2006.

UFC LANÇA PROJETO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS



O estudante Adriano Rodrigues interpreta o Hino Nacional e recebe aplausos durante lançamento do Projeto UFC Inlui

Em silêncio, mas com gestos largos e um rosto expressivo, Adriano Rodrigues dos-Santos, estudante do Instituto de Educação, portador de deficiência auditiva, interpretou o Hino Nacional no lançamento do Projeto UFC Inlui, no dia 18 de janeiro, no auditório da Biblioteca do Centro de Humanidades. Ao final da apresentação, uma parte da platéia explodiu em palmas e a outra levantou os braços e chacoalhou as mãos abertas. Demonstrações diferentes de uma mesma emoção e um exemplo da convivência com a diversidade.

O Projeto UFC Incluir é um dos 13 financiados no País pelo Ministério da Educação voltados para ações inclusivas nas universidades brasileiras. Seu objetivo é diminuir as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e ideológicas em relação às pessoas portadoras de necessidades especiais. O projeto se integra ao Programa Incluir, do MEC, que busca a permanência de alunos com limitações visual, auditiva, motora e outras. O UFC Incluir também quer preparar alunos de diversos cursos para um mercado de trabalho que envolve pessoas com deficiência e sensibilizar toda a comunidade universitária para essas questões. De início, o MEC destinou R\$ 77 mil ao UFC-Incluir.

A Prof^a Ana Karina Morais de Lira, uma das três coordenadoras do UFC Incluir, diz que o Projeto tem três eixos de atuação: Pedagógico, Arquitetônico e Político-Ideológico-Cultural. O primeiro busca discutir teorias, métodos e técnicas da educação especial que favoreçam a inclusão de alunos especiais. O segundo quer adaptar a estrutura física para facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais às dependências da instituição. O terceiro pretende estimular os demais alunos, professores e funcionários técnico-administrativos a refletirem sobre a educação e profissionalização de alunos com deficiência, possibilitando a criação de uma cultura inclusiva na UFC.

A Coordenação, composta ainda pelas professoras Vanda Magalhães Leitão e Zilsa Maria de Pinto Santiago, prevê, para 2006, diversas ações como a criação do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), do Laboratório de Informática Educativa (LIE) para alunos com deficiência, da Licenciatura em Libras, além de reformas e construções na estrutura física da UFC e realização de ciclos de palestras, oficinas, shows e filmes para fazer a comunidade universitária refletir acerca da inclusão das pessoas com deficiência.



As professoras Zilsa Santiago, Vanda Magalhães e Karina Lira coordenadora da UFC Incluir, com a pró-reitora de graduação Ana Iorio (de preto)

Serviço e Adaptação de Material Pedagógico para Alunos com Deficiência Visual

Serviço de adaptação de material pedagógico foi implementado no âmbito do Projeto UFC Incluir a partir de outubro de 2005, para atender a três alunos com deficiência visual da UFC: dois matriculados no curso de Pedagogia e uma no curso de Psicologia. Esse serviço consiste na transformação de material impresso para o formato digital ou eletrônico. Os textos adotados em disciplinas cursadas pelos alunos com deficiência visual são *scaneados* e salvos em CDs regraváveis ou enviados aos alunos através do correio eletrônico. Dessa forma, podem ser lidos pelo aluno através do Dosvox ou outro sistema computacional para pessoas com deficiência visual. Esses textos são registrados e arquivados para permitir o acesso futuro por outros usuários, razão porque o serviço foi denominado *biblioteca digital*.

Ações para a Criação do Centro de Educação Inclusiva para Alunos com Deficiência

Seguindo exigência do MEC, o documento contendo a proposta do Projeto UFC Incluir (LIRA, 2005), conforme submetido ao Edital 2005 do Programa Incluir (MEC - SEESP/SESu), foi encaminhado às instâncias competentes da UFC, sendo aprovado em 4 de julho de 2005 pelo colegiado do Departamento de Fundamentos da Educação; aprovado *ad referendum* em 20 de setembro de 2005 pelo Conselho Departamental da Faculdade de Educação e encaminhado a Pró-Reitoria de Graduação, via processo número 23067 – P18619/05-99, para criação do Núcleo de Educação Inclusiva da UFC.

Além disso, documento referente ao Centro de Educação Inclusiva para Alunos com Deficiência da UFC (CEIN-AD/UFC) foi elaborado pela Coordenação do Projeto UFC Incluir para subsidiar a criação do Centro na Instituição através de Provimento do Conselho Universitário (CONSUNI). Solicitação para a discussão desse Provimento foi encaminhada ao CONSUNI em outubro de 2006, sendo que a antecipação do início do processo de eleição para Reitor da UFC, gerada a partir da renúncia tanto do Reitor quanto do Vice-Reitor em novembro desse mesmo ano, acabou colocando em suspenso muitos processos da instituição, inclusive o da criação do Centro de Educação Inclusiva.

Apesar dessas ações representarem encaminhamentos necessários, indicando, portanto, o andamento de um processo, elas não foram suficientes para o alcance imediato da principal proposta do Projeto UFC Incluir: a criação e manutenção, na UFC, do CEIN-AD, ou seja, a instituição e institucionalização desse órgão. Sem essa institucionalização, a UFC permaneceu por mais alguns anos sem um setor responsável pelas ações inclusivas que, como descrito no documento do CEIN-AD/UFC, pudesse: “Definir e implementar ações relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência nas diversas unidades acadêmicas da UFC”

(objetivo I). A esse propósito, vale notar que muitos objetivos do CEIN-AD se assemelham àqueles do UFC Incluir, ou seja, a continuidade das ações realizadas pelo Projeto UFC Incluir também dependia da institucionalização desse órgão.

Realização de Ciclo de Debates

Ciclo de debates foi realizado no âmbito do Projeto UFC Incluir para discutir temas sobre a inclusão de alunos com deficiência na UFC e divulgar as experiências inclusivas que vêm sendo desenvolvidas nessa universidade. Iniciado em 19 de abril, o evento contou com um total de 16 mesas-redondas, uma a cada três semanas, em média, encerrando-se em 13 de dezembro.

O Ciclo de Debates UFC Incluir aconteceu conforme programação inicial, sendo complementado com cinco palestras extras. Os debates trataram de deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora, deficiência intelectual ou políticas públicas e legislação sobre os direitos de pessoas com deficiência. Tivemos o cuidado de realizar os debates nos diversos *campi* da universidade uma vez que nosso interesse era ampliar a discussão sobre a inclusão de alunos com deficiência em instituições regulares de ensino, principalmente de nível superior.

Ao todo contamos com o apoio de 38 palestrantes, sendo 26 deles vinculados a UFC e dois a universidades de outros estados, a saber, São Paulo e Rio de Janeiro. Os demais profissionais eram ligados a instituições parceiras do Projeto, como a Prefeitura, o CAS, o Hospital Sarah Kubitscheck, dentre outras. Entre os palestrantes, 13 (34,2%) eram pessoas com deficiência, as quais assumiam papéis de destaque nas mesas-redondas em função da vivência de condições de deficiência, que lhes colocava como autoridade para discutir os temas propostos.

Consideramos a frequência aos debates, de um modo geral, satisfatória. Tivemos um total de 704 participantes distribuídos pelas 16 mesas-redondas, o que corresponde a uma média de 44 participantes por debate. Destes, 47% eram vinculados a UFC,

33% ligados a rede pública de ensino e 20% vinculados a outras instituições que trabalham com pessoas com deficiência.

Por um lado, a maior participação aconteceu nos debates sobre o uso do Dosvox por pessoas com deficiência visual e sobre Educação e Inclusão, os quais tiveram público de 97 e 81 pessoas, respectivamente, composto principalmente por professores da rede pública de ensino. Também contamos com grande número de estudantes do curso de Computação por ocasião da palestra sobre o Sistema Dosvox e de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo na palestra sobre Acessibilidade Física. Por outro lado, a menor frequência aconteceu por ocasião de apresentação dos projetos inclusivos desenvolvidos na UFC. Este aspecto merece atenção, uma vez que revela o pouco interesse demonstrado – tanto pelo público em geral quanto pela própria comunidade acadêmica da UFC – sobre o trabalho realizado por grupos da instituição. Lembrando o ditado *casa de ferreiro, espeto de pau*, ressaltamos a necessidade da realização de ações que divulguem o trabalho da casa, principalmente entre os seus.

Para uma discussão mais detalhada sobre o ciclo de debates sugerimos a leitura do capítulo 2 desta publicação, intitulado *Ciclo de debates na UFC: acessibilidade atitudinal?*, no qual os resultados do evento são cuidadosamente analisados, verificando-se em que medida estimulam a acessibilidade atitudinal na UFC.

Execução de Obras Arquitetônicas

A execução de obras para o alcance da acessibilidade física constitui um dos objetivos centrais do Projeto UFC Incluir em seu eixo de atuação arquitetônico. Sobre esse assunto, o documento contendo a proposta do Projeto UFC Incluir (LIRA, 2005), apresenta diversas experiências desenvolvidas no âmbito da Superintendência de Planejamento Físico e Operações da UFC (PLANOP) e do curso de Arquitetura e Urbanismo, principalmente sob a responsabilidade da professora Zilsa Maria Pinto Santiago, com as seguintes considerações:

A acessibilidade física é hoje uma necessidade básica para que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam desenvolver suas atividades da vida cotidiana com autonomia e mobilidade, bem como usufruir os espaços com segurança e comodidade (p. 7).

Conforme expressa a citação acima, a acessibilidade física é concebida como necessidade básica. Dessa forma, diante das barreiras arquitetônicas que dificultam ou impedem o acesso a UFC por parte daqueles que se encontram em situação de deficiência locomotora e/ou visual, o Projeto UFC Inclui propôs a execução das seguintes obras arquitetônicas: adaptação em dois banheiros do Departamento de Arquitetura – Bloco Principal; construção de duas rampas no Bloco Departamental nº 125; adaptação em banheiro na FEAAC; construção de três rampas na Casa de Cultura Italiana; construção de duas rampas na Casa de Cultura Britânica; construção de duas rampas na Casa de Cultura Hispânica; e construção de cinco rampas e adaptação em banheiro na Casa de Cultura Francesa.

Tendo em vista o atraso na descentralização dos recursos orçamentários destinados ao Projeto UFC Inclui pelo MEC²², quando esses recursos chegaram a UFC, a execução de algumas obras previstas pelo Projeto já haviam sido providenciadas pelas direções das respectivas unidades acadêmicas, a saber: adaptação em banheiro na FEAAC e construção de duas rampas na Casa de Cultura Britânica. Esse fato gerou a necessidade de novo planejamento e redirecionamento de recursos para a execução das seguintes obras: adaptação em dois banheiros e construção de rampa de acesso à entrada principal da Faculdade de Educação; construção de rampas no Departamento de Letras Estrangeiras e construção de rampas no Bloco Departamental 940, da Química. Consideradas as reformulações necessárias, as obras propostas

²² ver discussão no final deste artigo.

pelo Projeto UFC Incluir foram executadas no período de agosto de 2006 a janeiro de 2007, sob a supervisão da Superintendência de Planejamento Físico e Operações da UFC - PLANOP.

Estas obras cumprem papel importante na UFC à medida que indicam que a instituição se encontra não somente atenta às pessoas com deficiência, mas também consciente das suas obrigações para criar condições de acessibilidade na casa, assumindo este compromisso com responsabilidade. A existência de rampas e banheiros adaptados em várias unidades da UFC, além de mostrar que a UFC se importa com a acessibilidade física, certamente estimula a realização de ações futuras de natureza similar. É importante observar, no entanto, que apesar do papel que exercem no tocante a acessibilidade físico-arquitetônica na UFC, estas obras tornam-se pouco significativas quando consideramos a totalidade das obras que a UFC precisaria executar para que a instituição se tornasse totalmente acessível, na perspectiva físico-arquitetônica.²³



Foto 10 - Obra Projeto UFC Incluir: Rampas na Entrada do Bloco Acadêmico – Departamento de Letras

²³ Ver na segunda parte desta publicação o artigo intitulado *Uma visão perspectiva da acessibilidade física na Universidade Federal do Ceará*, de autoria da arquiteta Regina Lúcia Cunha.



Foto 11 - Obra Projeto UFC Incluir: Banheiro Adaptado. Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Realização de Eventos para a Sensibilização da População Acadêmica

Seis eventos de sensibilização foram realizados durante o segundo semestre de 2006 para informar e conscientizar a população acadêmica quanto a condições de vida, educação, saúde, trabalho etc. de pessoas com deficiência. A ideia era criar oportunidades para que professores, alunos e servidores técnico-administrativos da UFC pudessem vivenciar experiências com pessoas cegas, surdas e com deficiência motora, colocando-se no lugar delas e sentindo as dificuldades que enfrentam para executar atividades do dia a dia quando as condições do ambiente não são adequadas. Visávamos, dessa forma, estimular a criação de uma cultura inclusiva na Universidade, de forma a favorecer a criação de condições de acessibilidade na Instituição.

Os eventos de sensibilização aconteceram nos restaurantes universitários do Benfica e do Pici e em cursos de graduação da área de Humanidades, sendo planejados e realizados pelo Grupo de Sensibilização²⁴, coordenado pela professora doutora Ana Maria Monte Coelho Frota. O primeiro evento ocorreu no restaurante universitário do Benfica, em julho, e contou com a participação de dois atores cegos da Companhia de Teatro Ponto de Vista, os quais, acompanhados pelo Grupo de Sensibilização do Projeto UFC Incluir, foram almoçar no restaurante. A dinâmica consistia na simples presença dos atores cegos na situação do almoço, compartilhando com estudantes e funcionários do restaurante as dificuldades encontradas para seguir a fila, para escolher a comida e a bebida servidas no bandeirão etc. Dessa forma, estudantes puderam interagir com os usuários cegos, observando as dificuldades que enfrentavam para o acesso aos alimentos e bebidas, dividindo a mesa do almoço com eles e familiarizando-se com a maneira como se sentam, comem, bebem, enfim, como se portam à mesa. Com apoio de microfone e caixa de som, propusemos a discussão e reflexão coletiva sobre a situação criada, o que permitiu que os estudantes ali presentes pudessem refletir conjuntamente sobre as experiências, elaborando suas vivências e buscando soluções para a superação dos obstáculos encontrados. Na ocasião, aproveitamos para apresentar o Projeto UFC Incluir e convidar os estudantes a participarem do Ciclo de Debates.

O segundo evento aconteceu no restaurante universitário do Pici, em setembro e contou com a participação dos dois atores cegos da Companhia de Teatro Ponto de Vista e do Coral do

²⁴ Professora doutora Ana Karina Morais de Lira, mestra Ana Cristina Silva Soares, Hortêncio Pessoa, Sérgio Albuquerque, Samara Bezerra Xavier, Thais Maria Morais da Silva, Ana Paula Martins, Ana Beatriz Colares, Maria Liduina de Araújo, Anja Pfaffensteller e Glória Bernardino.

Silêncio, um coral de surdos ligado ao curso pré-universitário Ludwig Van Beethoven, projeto inclusivo da UFC, em convênio com o Centro de Atendimento ao Surdo (CAS). Além disso, contamos com a participação das professoras Nadja Pinho e Liduína Araújo, as quais apresentaram depoimentos, relatando dificuldades que enfrentam no dia a dia em função da falta de acessibilidade nos ambientes que frequentam. Propositivamente, o depoimento da professora Nadja envolveu o relato e a discussão da vivência e sentimentos que ela acabara de experimentar naquela circunstância, devido à falta de acessibilidade no próprio restaurante universitário. Para Nadja, que é tetraplégica e usuária de cadeiras de rodas, os poucos degraus da escada situada no caminho para a entrada principal do restaurante se colocaram como uma barreira tal que ela foi obrigada a entrar pelos fundos e cobrir os cabelos com uma touca para poder atravessar toda a cozinha e chegar à área das refeições. Mantendo-se com a touca na cabeça enquanto falava para o público presente, a professora foi contundente ao expressar a sua indignação pelo caráter constrangedor de situações como aquela, que expõem e desconsideram a pessoa com deficiência, como cidadão de direito. Na ocasião, portanto, os estudantes que almoçavam no restaurante puderam presenciar e refletir sobre dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência para o acesso tanto aos espaços físicos quanto a alimentos e bebidas. Também dividiram a mesa do almoço com pessoas cegas, surdas e com deficiência motora, familiarizando-se com a maneira como elas se comunicam e se comportam à mesa. A participação dos estudantes foi bastante ativa e, mesmo aqueles que já haviam terminado de almoçar, continuaram sentados assistindo às apresentações e falas.



Foto 12 - Evento de Sensibilização no Restaurante Universitário do Campus do Pici

O encontro seguinte ocorreu também em setembro e foi dirigido a estudantes dos cursos de Pedagogia e Letras, repetindo a programação do restaurante universitário do Pici, a qual teve boa aceitação e participação. Assim, os atores cegos do grupo teatral se apresentaram com um esquete que mostrava situações jocosas do dia a dia de pessoas com deficiência visual; o Coral do Silêncio se apresentou cantando algumas músicas regidas por um intérprete; e alguns estudantes deram seus depoimentos quanto a suas vivências como e com pessoas com deficiência. Este evento foi bastante concorrido, contando com a presença de cinquenta e quatro estudantes e três professores de cursos como Letras, Filosofia, Pedagogia, História e Matemática.

Em outubro foi realizado o quarto evento de sensibilização, o qual consistiu em oficina coordenada pelo Movimento Vida e oferecida a alunos dos cursos de Psicologia, Comunicação Social, Sociologia e História. Apesar da pouca frequência dos estudantes,

aqueles que participaram tiveram a oportunidade de vivenciar situações pouco comuns para eles, mas que faz parte do cotidiano de pessoas com deficiência: com uma venda nos olhos para impedir a visão, ser guiado por alguém; e com pernas e braços amarrados para impossibilitar os movimentos desses membros, andar de cadeira de rodas e/ou de muletas. A oficina foi iniciada no pátio interno da Psicologia e concluída a cerca de 800 metros à frente, no auditório da biblioteca de Humanidades. Ali conversamos sobre os sentimentos que cada um experimentou durante a vivência, em uma dinâmica que levou à reflexão pelos presentes.

A oficina seguinte foi realizada em novembro e consistiu em uma oficina com o Braille, organizada pelas professoras Lúcia e Anja Pfaffenzeller, do Setor de Braille da Biblioteca Pública Municipal, a segunda das quais é cega. Direcionada a alunos de Biblioteconomia, a oficina contou com um total de 38 participantes, os quais puderam conhecer o sistema Braille de leitura e escrita e suas ferramentas, aprendendo a usar a reglete e o punção para a escrita dos seus nomes.

Finalmente, em dezembro de 2006, foi realizado o sexto e último evento de sensibilização do Projeto UFC Incluir, que consistiu em uma oficina de Dosvox, oferecida a alunos da Biblioteconomia pelos bolsistas André Luís Gomes, que é cego, Samara Bezerra Xavier e Lucas Bloc, do Projeto Acessibilidade. Através desta oficina os estudantes foram apresentados ao sistema Dosvox e a aplicativos como o edivox e o webvox, percebendo que a pessoa cega pode usar o computador como qualquer pessoa vidente, realizando atividades diversas como escrever textos e usar a internet.

De um modo geral, os eventos de sensibilização foram importantes para informar e conscientizar os estudantes quanto às pessoas com deficiência em seus limites e potencialidades, promovendo a reflexão acerca da importância de olhar para tais pessoas como diferentes, mas não inferiores e de lutar por condições socioambientais acessíveis. A maior dificuldade para a realização deste trabalho está relacionada a estratégias para garantir uma

presença significativa de estudantes às oficinas/eventos, certamente associadas à adesão de professores ao trabalho.

Organização de Livro

A presente publicação, organizada no âmbito do Projeto UFC Inlui, consiste em coletânea de textos relativos a debates ocorridos no Ciclo promovido pelo Projeto, apresentados em três partes. A primeira parte, introdutória, envolve três capítulos que tratam respectivamente de inclusão em universidades brasileiras, do Projeto UFC Inlui e do ciclo de debates. A segunda parte, referente a temas diversos abordados em mesas-redondas do Ciclo de Debates UFC Inlui, é composta por cinco mesas-redondas. Finalmente, a terceira parte se refere a ações inclusivas da UFC abordadas em quatro mesas-redondas do Ciclo de Debates UFC Inlui.

Esta publicação pode ser considerada como produto do ciclo de debates focalizado no item 5 acima, à medida que registra as discussões ali ocorridas, e permite a continuidade do acesso às mesmas. Além disso, principalmente através da primeira e terceira parte, que versam sobre projetos e experiências inclusivas na UFC, pode também ser considerada como ação de divulgação do trabalho desenvolvido na instituição.

Elaboração de Projeto do Centro Digital de Apoio ao Aluno com Deficiência

Projeto para captação de recursos para a execução das reformas necessárias à implementação de Centro Digital de apoio ao Aluno com Deficiência da UFC foi elaborado pela coordenação do Projeto UFC Inlui em parceria com Regina Lúcia Lopes de Sousa da Cunha, Francisco Jonatan Soares e Ana Elisabeth Albuquerque Maia - respectivamente coordenadora de Projetos e Obras da PLANOP, diretor do Sistema de Bibliotecas da UFC e diretora da Biblioteca do Centro de Ciências

Humanas - havendo sido protocolado junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Esse Projeto surgiu da necessidade de captação de recursos para a implantação do Centro Digital de Apoio ao Aluno com Deficiência da UFC e Sala de Videoconferência para uso em curso de Licenciatura em Letras – Libras e construção de banheiro adaptado, a fim de tornar o espaço adequado para o atendimento às necessidades educativas de pessoas com deficiência na UFC. O Centro Digital abrigará Laboratório de Informática Educativa (LIE) com capacidade para 24 computadores e biblioteca de livros falados e digitalizados; a Sala de Videoconferência, com capacidade para 78 lugares, é necessária para o funcionamento do curso de Licenciatura em Letras – Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de outros eventos relacionados à educação inclusiva na UFC; e, finalmente, o banheiro adaptado, que servirá de apoio a esses espaços e, de um modo geral, à Biblioteca do Centro de Humanidades.

Para a implantação desses espaços, algumas providências foram adotadas, as quais representam contribuições da UFC para a implementação dessas ações, a saber:

- (a) escolha e negociação de duas áreas na Biblioteca do Centro de Humanidades, no campus do Benfica - além de terem localização de fácil acesso, essas áreas são também apropriadas, tendo em vista que a maioria dos alunos da UFC que apresentam deficiência encontra-se nos cursos do Centro de Humanidades;
- (b) elaboração de projetos arquitetônicos para os três espaços e levantamento de custos referentes à reforma e construção, mobiliário, instalações elétricas e de rede etc. - esse trabalho vem sendo realizado pela Coordenadoria de Projetos e Obras - Divisão de Estudos e Projetos da Superintendência de Planejamento e Obras da UFC (PLANOP);
- (c) aquisição de equipamento especial para recepção e emissão de imagem, necessário a realização de videoconferência - esse equipamento foi obtido no âmbito do Projeto do curso de Licenciatura em Letras – Libras; e

- (d) aquisição de equipamentos computacionais para o LIE e biblioteca – esses equipamentos foram obtidos no âmbito dos Projetos UFC Incluir e curso de Licenciatura em Letras – Libras.

A proposta do Centro Digital remete ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação de alunos com deficiência. Sobre este tema, a proposta do Projeto UFC Incluir segundo Lira, (2005, p. 6):

A partir de observações sobre o uso do computador por pessoas com deficiências sensorial, mental e/ou motora, o presente projeto pretende discutir o papel que essa ferramenta pode exercer didaticamente, buscando explicar se - e como – o seu uso pode favorecer a compreensão de conceitos, idéias, etc. De fato, o uso pedagógico de computadores já tem sido adotado por muitas instituições envolvidas com a educação de PNEE. No tocante as pessoas cegas ou com baixa visão, por exemplo, atividades com o Dosvox podem ser observadas nas duas principais instituições especializadas do Ceará, a saber, a Escola de Ensino Fundamental Instituto dos Cegos e a Sociedade de Assistência aos Cegos.

De acordo com esses argumentos, o uso pedagógico de computadores na educação de alunos com deficiência tem sido adotado por instituições e sugerido por estudos que evidenciam o potencial das TIC para a educação inclusiva. Isso justificou a proposta formulada no UFC Incluir, para a criação de Laboratórios de Informática Educativa (LIE) no âmbito do CEIN-AD/UFC, e também se aplica à proposta de criação do Centro Digital de apoio ao Aluno com Deficiência.

De fato, a ideia do Centro Digital representa uma ampliação da proposta inicial do UFC Incluir, envolvendo, além de LIE, uma biblioteca de livros falados e digitalizados – serviço essencial para alunos com deficiência visual – e uma sala de videoconferência – vital para a realização de atividades educacionais a distância, as quais fazem parte, por exemplo, do curso de graduação em Letras – LIBRAS, ofertado pela UFC em convênio com a UFSC e cuja

primeira turma, selecionada em agosto de 2006, é formada por 53 alunos, dos quais 50 são surdos.

Parceria com o Ministério Público Federal

Durante o desenvolvimento do UFC Inlui, em julho de 2006, a coordenadora do Projeto foi convidada a comparecer ao Núcleo da Tutela Coletiva da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria da República no Estado do Ceará, para “juntamente com os demais docentes que integram o Projeto UFC Inlui, deliberarmos sobre a adoção de providências objetivando a consecução das finalidades do aludido programa (sic)”. Essa solicitação foi motivada por uma reclamação formal feita por pessoa com deficiência física acerca da impossibilidade de acesso às dependências e instalações da UFC, a qual deu origem à representação em face da Universidade Federal do Ceará, por omissão na adoção de medidas que proporcionem as condições mínimas e básicas para o acesso e permanência de estudantes com deficiência em suas unidades.



Foto 13 - Coordenadora do Projeto UFC Inlui, Procurador Regional da República e Promotor de Justiça em Mesa-Redonda do Ciclo de Debates

A partir de contato estabelecido nessa ocasião, parceria foi firmada com o Ministério Público Federal através dessa Procuradoria, para a conscientização necessária ao cumprimento das leis que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência, junto à universidade e a União. No âmbito dessa parceria, destacamos ações como as seguintes: audiência com o reitor da UFC, em 20 de setembro de 2006, para tratar sobre acessibilidade física na instituição, implementação do Centro Digital de Apoio ao Aluno com Deficiência e outros assuntos, com participação da Coordenação do Projeto UFC Incluir, Pró-Reitoria de Graduação, PLANOP, Diretoria da Biblioteca do Centro de Ciências Humanas, Procuradoria Regional da República, alunas da UFC com deficiência motora e arquiteta da Universidade de São Paulo atuando no Programa USP Legal; e mesa-redonda intitulada *Políticas públicas e legislação sobre direitos de pessoas com deficiência*, realizada em 23 de novembro de 2006 no âmbito de Ciclo de Debates promovido pelo UFC Incluir, com a participação de Francisco de Araújo Macedo Filho, Procurador Regional da República e Luis Eduardo dos Santos, Promotor de Justiça, ambos professores da UFC.

Análise dos Resultados do Projeto e Considerações Finais: Inclusão de Alunos com Deficiência e Condições de Acessibilidade na UFC

A descrição das ações realizadas no âmbito do Projeto UFC Incluir, como apresentada na sessão anterior deste trabalho, nos fornece evidências sobre os resultados obtidos pelo Projeto à medida que demonstra não somente quais foram as ações realizadas, mas também que amplitudes estas ações alcançaram, tanto individual quanto conjuntamente.

Em princípio, é importante fazer um apanhado das ações que foram – ou não – efetivamente realizadas no âmbito do Projeto, ainda que estes dados representem apenas um parâmetro inicial

dos resultados obtidos. Por um lado, constata-se a realização efetiva das seguintes ações: (a) identificação dos alunos com deficiência da UFC e registro de dados sobre eles; (b) oferta de serviço de digitalização de material pedagógico para alunos com deficiência visual; (c) levantamento sobre projetos inclusivos voltados a pessoas com deficiência na UFC e criação de situações de encontros e trocas entre eles; (d) organização e realização de ações para discutir temas relativos à inclusão de alunos com deficiência na universidade, divulgar experiências inclusivas e promover conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência – a exemplo do lançamento do Projeto UFC Inclui, do ciclo de debates e oficinas de sensibilização, da organização de livro e da parceria com o Ministério Público Federal; e (e) execução de obras arquitetônicas necessárias à criação de condições para a acessibilidade física na instituição, isto é, que possibilitem aos alunos com deficiência física e/ou visual o livre acesso aos seus edifícios e salas. Por outro lado, constata-se que não foram efetivamente criados nem o Centro de Educação Inclusiva para Alunos com Deficiência (CEIN-AD/UFC) nem o Laboratório de Informática Educativa (LIE) ou Centro Digital de apoio ao Aluno com Deficiência, ainda que ações tenham sido efetivamente realizadas nesse sentido. Observe-se que a quantidade de ações efetivamente realizadas é extensa e que há ações associadas a cada um dos três eixos de atuação do Projeto, a saber: pedagógico, atitudinal e arquitetônico.

Através da comparação entre esta lista de ações realizadas no âmbito do Projeto e a lista das ações propostas (ver tópico I), é possível verificar em que medida as metas inicialmente definidas foram - ou não - alcançadas. Esta comparação nos permite constatar não somente que quase todas as ações propostas foram efetivamente realizadas, mas também que muitas das ações realizadas não haviam sido propostas inicialmente. Entre estas ações destacam-se, por exemplo, o serviço de adaptação de material pedagógico, o levantamento das ações inclusivas da UFC, o lançamento do Projeto e a parceria estabelecida com o

Ministério Público. Esses dados demonstram que os resultados obtidos pelo Projeto ultrapassaram os limites das ações planejadas, ampliando a abrangência do Projeto.

O alcance do Projeto UFC Incluir pode ser estimado a partir do exame das dimensões que as ações realizadas atingiram, tanto individual quanto conjuntamente. A observação e análise do conjunto das ações como realizadas no âmbito do Projeto nos permite definir o corpo que o UFC Incluir foi adquirindo, gradualmente, assim como os impactos que foi produzindo nos espaços da Universidade e da sociedade local. Para garantir a riqueza da análise, é importante considerar que as ações realizadas representam não somente produtos ou ações pontuais, mas principalmente processos de mudança nas condições sob as quais a UFC se organiza de forma a incluir seus alunos com deficiência. Assim, o exame das ações realizadas no âmbito do Projeto verifica em que medida estas ações tanto representam quanto estimulam a criação de condições de acessibilidade na UFC: condições pedagógicas, atitudinais e físico-arquitetônicas que atendam as necessidades educacionais específicas que se colocam em situações de ensino-aprendizagem, de interação social ou de locomoção pelos *campi*, por exemplo; condições que reflitam a superação das barreiras que impedem a participação plena dos alunos com deficiência em situações do dia a dia da IES em que estudam.

Além de numericamente expressivas, as ações realizadas no âmbito do Projeto UFC Incluir se caracterizam pela intensidade. Esta característica é bem evidente em eventos tais como o lançamento do Projeto e o ciclo de debates, os quais se destacam como iniciativas de grande porte, com grande diversidade de atividades e/ou temas abordados, ampla divulgação, significativa participação e notável repercussão tanto na Universidade quanto na sociedade local. Estes eventos, cujo vigor e energia são evidentes, geraram entusiasmo e expectativas sobre o Projeto em momentos distintos do seu desenvolvimento. Enquanto o lançamento do Projeto cumpriu a missão de trazê-lo a público no seu início, em

janeiro de 2006, o ciclo de debates alimentou o Projeto durante todo o período da sua realização, no ano de 2006, em conjunto com as demais ações realizadas no período. Por um lado, o lançamento assumiu a feição de uma grande festa, realizada em espaços fechados e abertos, com café da manhã e atividades acadêmicas e artísticas, tais como apresentação formal do UFC Incluir, exibição de pôsteres, shows e oficinas de sensibilização. Por outro lado, de caráter eminentemente acadêmico, o ciclo de debates colocou temas e experiências inclusivas em discussão durante o período de abril a dezembro de 2006. A partir da atenção a demandas específicas de cursos de graduação ou grupos de profissionais, suas onze mesas iniciais foram transformadas em dezesseis, o que ampliou a frequência dos debates promovidos, antes já significativa. Esta característica, aliada a longa duração do ciclo, conferiu tenacidade e continuidade ao Projeto UFC Incluir, garantindo sua visibilidade e consolidação junto à comunidade acadêmica da UFC e sociedade em geral.

Observe-se ainda que a participação de pessoas com deficiência nestes eventos foi marcante. No lançamento, estas receberam os convidados para o café da manhã e apresentação do Projeto, exibiram pôsteres, fizeram shows e coordenaram oficinas de sensibilização. No ciclo, atuaram como palestrantes em todas as mesas-redondas, sem exceção. Do total de 38 palestrantes deste Ciclo, constituíram 13 pessoas, representando, portanto, 34,2% dos palestrantes. Este procedimento, adotado em todas as ações do Projeto, se apoia no princípio de que a presença de pessoas com deficiência, autônomas e capazes, é essencial para a criação de uma cultura inclusiva seja em instituições específicas ou na sociedade, em geral.

Com base nestes dados, é possível afirmar que o lançamento do Projeto e o ciclo de debates promoveram acessibilidade atitudinal na UFC, à medida que geraram ricas oportunidades de interação entre pessoas com e sem deficiência e, apoiadas na participação central das primeiras, informaram, conscientizaram

e sensibilizaram o público presente. Dessa forma, certamente estimularam a quebra de preconceitos, formação de atitudes positivas e criação de uma cultura inclusiva na instituição.

No tocante à acessibilidade atitudinal, é importante verificar também os resultados obtidos a partir de outras ações como as oficinas de sensibilização e a parceria com o Ministério Público Federal. Através das seis oficinas de sensibilização, realizadas de julho a dezembro de 2006, a comunidade acadêmica da UFC pôde vivenciar experiências com pessoas cegas, surdas e com deficiência motora, se colocando no lugar delas e sentindo as dificuldades que enfrentam para executar atividades do dia a dia quando as condições do ambiente não são apropriadas ou acessíveis. Nos restaurantes universitários dos *campi* do Benfica e do Pici, estudantes presenciaram dificuldades enfrentadas para o acesso não somente aos espaços físicos, mas também aos alimentos e bebidas, servidos pelos funcionários das casas através dos bandejões. Também dividiram a mesa do almoço com pessoas cegas e com deficiência motora, familiarizando-se com a maneira como elas se sentam, comem e bebem. Finalmente, puderam refletir conjuntamente sobre as experiências, elaborando suas vivências e buscando soluções para a superação dos obstáculos encontrados. Em espaços abertos e/ou salas de aula do Centro de Humanidades vivenciaram situações tais como serem guiados, com venda nos olhos e andarem de cadeira de rodas e/ou muletas, com pernas e braços amarrados; conheceram o sistema Braille de leitura e escrita, aprendendo a usar a reglete e o punção; e foram apresentados também ao sistema Dosvox e seus aplicativos, percebendo que a pessoa cega pode estudar e trabalhar no computador tanto quanto qualquer pessoa vidente: escrevendo textos, usando a internet, enviando e recebendo mensagens pelo e-mail etc.

A parceria com o Ministério Público Federal de Justiça representa a reunião de forças, agregando ao Projeto o apoio de órgão responsável pelo cumprimento de leis que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência. A presença de Procura-

dor da República tanto em reunião com a Reitoria quanto em mesa-redonda do ciclo de debates exerce, entre outras, a função de demonstrar que a Universidade está sendo fiscalizada e solicitada a criar condições que permitam a inclusão de pessoas com deficiência. Isto certamente favorece a conscientização, formação de atitudes positivas e, especialmente por parte da administração superior, a adoção de providências efetivas.

No tocante a acessibilidade pedagógica, duas ações básicas foram realizadas, a saber: levantamento sobre os alunos com deficiência matriculados na UFC; e oferta de serviço de digitalização de material pedagógico para alunos com deficiência visual. A primeira ação envolveu a identificação dos alunos com deficiência e criação de ficha de registro de cada estudante contendo informações sobre as condições de deficiência que apresenta, o curso em que está matriculado e as condições através das quais realiza a sua formação na instituição. A realização deste levantamento na UFC seguiu tendência nacional estimulada pela criação de cadastro pelo MEC a partir do final do ano de 2005, quando as universidades brasileiras passaram a ser solicitadas a enviar dados sobre os seus alunos com deficiência ao Ministério, de forma a compor este cadastro. É importante observar que a criação deste cadastro pelo MEC gera uma demanda de atenção a estes alunos pelas IES, impondo que estas passem a adotar procedimentos de identificação e registro sistemático de dados sobre eles. De fato, em tempos de inclusão de alunos com deficiência em instituições regulares de ensino, estes procedimentos constituem medidas preliminares básicas de atenção a este público, necessárias para toda e qualquer instituição de ensino, em todos os níveis. Na UFC, como certamente em muitas outras universidades brasileiras, a adoção destes procedimentos levou a uma mudança importante, através da qual o desconhecimento, foi substituído pelo conhecimento destes alunos pela instituição. Através do levantamento foi possível saber que no final do ano de 2005 havia 11 alunos com deficiência na UFC, sendo seis com deficiência

motora e cinco com deficiência visual. Estes alunos tinham matrículas em cursos como Biblioteconomia, Comunicação Social – Publicidade, Letras, Psicologia, Pedagogia, Ciências Contábeis e Farmácia, quase todos estando vinculados, portanto, a área das Ciências Humanas e Sociais, com exceção de um aluno, com baixa visão, da área de saúde.

Além da identificação e registro dos alunos com deficiência matriculados na instituição, o conhecimento sobre as condições apresentadas pelos alunos com deficiência é também procedimento básico para a inclusão, desde que essencial para a organização das situações de ensino envolvendo estes alunos. Assim, é importante que a UFC possa criar critérios, estratégias e procedimentos para identificar os alunos com deficiência desde o seu ingresso na instituição e possa também criar um registro sistemático sobre as condições de deficiência, limites e potencialidades, destes alunos. A partir deste registro, poderá identificar as necessidades educacionais específicas das situações de ensino-aprendizagem envolvendo estes alunos e criar estratégias para que estas situações sejam organizadas apropriadamente, de forma a garantir a acessibilidade pedagógica na instituição.

Por exemplo, a constatação da matrícula de três alunos com baixa visão e dois cegos apontou a necessidade de serem adotadas estratégias e procedimentos didáticos tais como, por exemplo, ampliação de letras, apresentação de luminosidade e contraste apropriados e transformação de textos impressos para formato digital. Com base nisto, serviço de digitalização de material pedagógico foi ofertado, buscando-se atender a demanda das disciplinas cursadas pelos dois alunos cegos do curso de Pedagogia e por aluna com baixa visão da Psicologia. No entanto, como o Projeto UFC Inclui dispunha apenas de um bolsista para a realização deste serviço, não foi possível atender a demanda de todas as disciplinas nas quais estes alunos estavam matriculados. Desta forma, a oferta do serviço de digitalização de textos representou somente um primeiro passo para a adoção de proce-

dimento didático apropriado e criação de condições pedagógicas favoráveis a situações de ensino-aprendizagem envolvendo aluno com deficiência visual.

Em suma, como realizados no âmbito do Projeto UFC Incluir, tanto o levantamento sobre os alunos com deficiência da UFC quanto a oferta de serviço de digitalização de material pedagógico para alunos com deficiência visual se colocam como ações iniciais, de caráter abreviado e pontual, cuja continuidade se apresenta, ainda, incerta. Assim, representam somente um ponto de partida, uma amostra das condições que precisam ser organizadas pela UFC de forma a garantir a acessibilidade pedagógica.

Raciocínio similar se aplica a esfera da acessibilidade físico-arquitetônica como apresentada no âmbito do Projeto UFC Incluir. Nesta esfera, o conjunto das obras executadas para possibilitar o livre acesso a estudantes com deficiência motora e/ou visual assume importância como ação inicial, que indica uma atenção às pessoas com deficiência e serve de estímulo a ações similares futuras. No entanto, estas obras tornam-se pouco significativas quando consideradas todas as obras que a UFC precisaria executar para que a instituição se tornasse totalmente acessível, na perspectiva físico-arquitetônica. Na realidade, não se esperava que fosse diferente, já que o UFC Incluir não se caracteriza como uma ação institucional, de caráter permanente, mas como um Projeto, com duração definida e recursos limitados.

De fato, a continuidade das ações e tendências iniciadas no âmbito do Projeto UFC Incluir depende da criação de mecanismos que possam instituir e institucionalizar ações desta natureza, atribuindo-lhes um caráter permanente. Um destes mecanismos poderia ser, por exemplo, a criação de um centro ou núcleo responsável pela inclusão de alunos com deficiência na Universidade, como proposto pelo Projeto UFC Incluir. No início da presente análise, no entanto, constatamos que não foram efetivamente criados nem o Centro de Educação Inclusiva nem o Centro Digital de apoio ao aluno com deficiência, ainda que

algumas ações tenham sido efetivamente realizadas nesse sentido. A não criação do Centro indica que a UFC, por algum motivo, ainda não reunia as condições e/ou forças políticas e acadêmicas suficientes para isso. No entanto, com o impacto que o Projeto causou na instituição, certamente uma semente foi plantada, a qual tem grandes possibilidades de tornar-se fértil e gerar muitos frutos.

Dificuldades Encontradas

Conforme o seu planejamento inicial, o UFC Inlui seria desenvolvido de outubro de 2005 a maio de 2006, sendo que esse prazo não pôde ser cumprido em função de atraso na descentralização dos recursos orçamentários pelo MEC, o qual ocorreu da seguinte maneira: uma primeira parcela, no valor de R\$ 27.199,00 (vinte e sete mil, cento e noventa e nove reais), foi recebida em dezembro de 2005, para o pagamento de apoio financeiro a estudantes, material de consumo e serviços de terceiros; e uma segunda parcela, no valor de R\$ 49.999,00 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), foi recebida em junho de 2006, para o pagamento de obras e equipamentos de informática. Esse atraso na descentralização dos recursos pelo MEC – observe que a segunda parcela chegou somente em junho sendo que a previsão de encerramento do Projeto era para maio - nos obrigou a reajustar o cronograma do Projeto, o qual foi ampliado até dezembro de 2006, prazo necessário para a conclusão das obras arquitetônicas propostas. No entanto, essa ampliação gerou dificuldades para o desenvolvimento do Projeto, principalmente no que se refere à equipe de trabalho, a qual precisou ser mantida por um período de sete meses a mais do que o inicialmente previsto, sendo que nenhum recurso complementar foi obtido para fazer jus as despesas correspondentes a essa manutenção da equipe.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP/SESu. Edital nº 1, de 16 de maio de 2005 - Programa Incluir. *Diário Oficial da União*, Seção 3, n. 93, 17 maio 2005. p. 39 e 40.

LIRA, A. K. M. de. *Projeto UFC Incluir*: proposta aprovada pelo MEC-SESu/SEESP no âmbito do Edital nº 2, de 16 de maio de 2005, do Programa Incluir. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2005. 32 p.

CAPÍTULO II - CICLO DE DEBATES NA UFC: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL?²⁵

*Ana Karina Moraes de Lira
Ana Maria Monte Coelho Frota*

Resumo: Diante do desafio da criação de uma cultura inclusiva nas universidades brasileiras, projetos que visam a inclusão de alunos com deficiência nessas instituições têm tentado promover a acessibilidade atitudinal através de práticas de informação e sensibilização como ciclos de debates, campanhas de conscientização etc. Nesse estudo, avaliamos o impacto, na Universidade Federal do Ceará (UFC), de um ciclo de debates sobre inclusão de alunos com deficiência. Esse ciclo foi promovido pelo Projeto UFC Inclui durante 2006 e contou com 16 debates abordando vários tipos de deficiências. O estudo revela que o ciclo envolveu plateia de 704 pessoas, com média de 44 pessoas por debate. A análise dos dados mostra respostas positivas, mas também aspectos preocupantes, que indicam a necessidade de novas ações. Concluímos que o evento causou um impacto significativo nessa universidade, revelando, inclusive, a condição atual da UFC quanto ao tema da inclusão de alunos com deficiência.

Introdução

No presente artigo, discutimos o tema acessibilidade atitudinal a partir da avaliação do impacto de um ciclo de debates sobre inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará (UFC). Esse ciclo foi promovido pelo Projeto UFC

²⁵ Este trabalho foi originalmente apresentado no IV Seminário Acessibilidade, Tecnologia da Informação e Inclusão Digital (ATIID), na Universidade de São Paulo (USP), em 2007, tendo sido publicado nos Anais do Seminário, no site do Grupo de Pesquisa ATIID.

Inclui durante o período de abril a dezembro de 2006, com debates alternados nos *campi* do Benfica, Pici e Porangabussu. Buscou informar e sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral através da discussão de temas envolvendo as deficiências visual, auditiva, motora e mental, além de divulgar as experiências inclusivas desenvolvidas na UFC.

A realização deste Ciclo de Debates destaca-se por estar voltada à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, processo em grande evidência, e que vem recebendo incentivos contínuos do governo brasileiro nos últimos tempos. Uma iniciativa relevante para esse processo tem sido, por exemplo, o *Programa Incluir*, lançado pelo Ministério da Educação, por intermédio das Secretarias de Educação Superior e de Educação Especial (MEC – SESu/SEESP), em cumprimento ao Decreto Presidencial n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2005). A partir do seu primeiro edital, em 2005, o *Programa Incluir* selecionou treze projetos e no segundo edital, em 2006, vinte e oito projetos foram selecionados. Comparando-se as aprovações em 2005 e 2006 observa-se, então, a duplicação do número de universidades contempladas pelo Programa Incluir de um ano para o outro. A aplicação de recursos, no entanto, não cresceu na mesma proporção, permanecendo na ordem de um milhão de reais para cada edital. Já o terceiro edital do Programa, lançado no corrente ano, prevê recursos orçamentários e financeiros no valor de dois milhões de reais (BRASIL, 2007).

De fato, os valores repassados pelo Programa Incluir são suficientes apenas para ações iniciais que, espera-se, possam servir de estímulo para investimentos futuros, a serem feitos com recursos das próprias Instituições de Ensino Superior (IES) de forma a suprir realmente as necessidades das instituições no tocante à inclusão dos seus alunos com deficiência. Por exemplo, o *Projeto UFC Incluir*, desenvolvido sob a nossa coordenação, foi aprovado pelo Programa Incluir em 2005 com um financiamento no valor total de R\$ 77.198,00 (setenta e sete mil, cento e noventa e oito

reais), sendo média de 30 mil reais para obras arquitetônicas, 20 mil reais para equipamentos computacionais, e 27 mil reais para pagamento de bolsas estudantis, serviços, realização de seminários e publicação de livro. Considerando essa exiguidade de recursos, trabalhos que avaliam o impacto de ações desenvolvidas - tais como o que ora apresentamos e aqueles de Pires *et al.* (2003) e Gimenes e Ferreira (2005) - são importantes porque dizem sobre a contribuição dessas ações para o alcance dos nossos objetivos, podendo orientar a aplicação de novos investimentos. Isso pode ser útil, inclusive, para a troca de experiências entre as universidades acima referidas, principalmente aquelas cujos projetos ainda estão em desenvolvimento.

O *Projeto UFC Inclui* atuou nos eixos pedagógico, arquitetônico e político-ideológico-cultural (ou atitudinal), com os objetivos de promover a inclusão de alunos com deficiência na UFC e preparar alunos de diversos cursos para um mercado de trabalho que inclui pessoas com deficiência. Entre as ações realizadas e resultados obtidos, destacamos: o lançamento do Projeto; levantamentos sobre: (a) quem são e como estão os alunos com deficiência na UFC e (b) projetos inclusivos da UFC; serviço de adaptação de material pedagógico para atender a alunos com deficiência visual; ações para a criação do Centro de Educação Inclusiva; realização de Ciclo de Debates de abril a dezembro, com total de 16 mesas-redondas; execução das obras arquitetônicas previstas, referentes a adaptações em banheiros e construções de rampa em 8 unidades da UFC; realização de eventos, cursos e oficinas para sensibilização da população acadêmica; organização de livro a ser lançado em agosto de 2007; projeto para a criação de Centro Digital de Apoio ao Aluno com Deficiência da UFC, que envolve biblioteca de livros falados e digitalizados, laboratório de informática, sala de videoconferência e banheiro adaptado; e parceria com o Ministério Público Federal para conscientização necessária ao cumprimento das leis que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência. A análise desses resultados indica que as condições para o ingresso e permanência dos alunos com

deficiência na UFC antes e depois do Projeto UFC Inclui são bem diferentes, havendo, no entanto, muito a ser feito para um atendimento de boa qualidade na instituição.

O Ciclo de Debates, cujo impacto avaliamos no presente trabalho, insere-se no eixo atitudinal, âmbito no qual docentes, discentes e corpo técnico-administrativo da UFC são estimulados a refletir sobre a educação e profissionalização de alunos com deficiência e sobre a necessidade de preparação de alunos de cursos diversos para um mercado de trabalho que inclua pessoas com deficiência, permitindo a criação de uma cultura inclusiva na UFC (LIRA, 2005). Com o Ciclo, buscamos a acessibilidade atitudinal, a qual, de acordo com Sasaki (1999), corresponde à ausência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, e tem sido observada como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana.

Objetivos

O presente trabalho objetiva verificar se a realização do Ciclo de Debates contribuiu para a acessibilidade atitudinal na UFC.

Metodologia

Para avaliar o impacto do Ciclo de Debates na UFC, descrevemos e analisamos as características do evento e os resultados obtidos em termos da participação do público ou da plateia constituída. Para isso, utilizamos dados referentes à presença aos debates realizados. Esses dados foram registrados em um livro de atas, da seguinte forma: em cada um dos debates, o livro circulava na sala, sendo assinado pelos presentes, que também preenchiam informações sobre: instituição e/ou setor, e-mail e telefone/fax.²⁶

²⁶ O registro dessas informações permitiu a criação de mala direta para a divulgação dos debates, habitualmente realizada via correio eletrônico.

Resultados e Discussão

Nessa seção, apresentamos e discutimos o Ciclo de Debates quanto ao seu formato, realização, plateia etc., tecendo ainda nossas considerações finais.

(a) O Ciclo de Debates Promovido pelo Projeto UFC Inclui em 2006

Caracterizado como uma iniciativa de grande porte, o Ciclo de Debates promovido pelo Projeto UFC Inclui contou com 11 debates na sua programação inicial, os quais aconteciam a cada três semanas. Houve também cinco mesas-redondas extras, quatro das quais organizadas a partir de demanda para determinado tema ou palestrante, atendendo a clientela particulares, formadas por professores da rede pública municipal ou alunos de um curso específico da UFC, como Computação ou Arquitetura e Urbanismo.

Em função de demanda apresentada por professores da rede pública, o Ciclo foi transformado em atividade de extensão da UFC, como curso, com carga horária de 30 horas-aula, oferecendo certificado de participação. A Universidade forneceu a infraestrutura referente ao uso de auditórios, equipamentos etc., o que permitiu que a oferta do Ciclo fosse inteiramente gratuita para os participantes. A divulgação de cada um dos debates, importante para a formação das plateias, foi realizada via Internet – nos portais da Universidade e da Associação dos Docentes (ADUFC) e através de correio eletrônico – e presencialmente, através de cartazes afixados e avisos dados em salas de aula.

O Ciclo envolveu 38 palestrantes, a maioria dos quais com vasta experiência de trabalho junto a pessoas com deficiência, sendo que 26 deles (68,4%) estavam vinculados a UFC. Somente dois palestrantes foram trazidos de fora: Antônio Borges, professor do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (NCE/UFRJ) e autor do Dosvox, sistema desenvolvido para pessoas com deficiência visual; e Elizabeth Lopes, arquiteta e doutora em acessibilidade, atuando no Programa USP Legal, da Universidade de São Paulo (USP). No âmbito internacional, o Ciclo contou com a participação de um professor de Universidade no Canadá, o qual, a época do debate, encontrava-se como professor visitante na UFC. Além de professores e estudantes universitários, entre os palestrantes havia professores de escolas e centros especializados (Institutos de Cegos, Associação de Surdos, Centro de Apoio ao Surdo, Centro Sarah etc.), professores da rede pública municipal e estadual, psicólogos, fonoaudiólogos, médicos, enfermeiros, dentistas, arquitetos e advogados. Por último, destaque-se, também, que 13 desses palestrantes (34,2%) eram pessoas com deficiência, com plena autoridade para falar sobre as suas vivências, sentimentos, dores e delícias de serem como são, especiais ou comuns.

(b) Resposta aos Debates Realizados: a Plateia Constituída

Apesar de ser difícil estimar o resultado de uma empreitada dessa natureza, passamos agora a tecer considerações sobre a resposta aos debates realizados, em termos da plateia, um dos indicadores do impacto causado pelo ciclo na universidade e sociedade em geral. Considerando-se os registros de presença às 16 (dezesseis) palestras realizadas, observa-se um total de 704 (setecentos e quatro) participantes, o que representa uma média de aproximadamente 44 (quarenta e quatro) participantes por debate. Esse público estava vinculado principalmente à UFC (47,4%) e à rede pública municipal de ensino (32,7%), identificando-se também um grupo de pessoas ligadas a outras instituições, voltadas especialmente ao atendimento de pessoas com deficiência (19,9%). Da UFC, destaca-se a presença de estudantes, mais do que de professores e corpo técnico-administrativo.

O maior número de participantes foi observado nas quatro mesas-redondas extras, organizadas a partir de demanda para

determinado tema ou palestrante, atendendo a clientela particulares. Essa constatação mostra que a organização de debates a partir de um interesse expresso por antecedência, parece garantir uma resposta significativamente positiva em termos de participação. Por um lado, os dois maiores registros foram de 97 e 81 pessoas, dos quais 95% e 79% eram professores e técnicos da rede pública de educação, respectivamente. Esses números foram observados nos debates que versaram sobre os temas *Educação e inclusão: limites e possibilidades na conceituação*; e *Inclusão de alunos com deficiência visual na escola regular: o uso do Dosvox em Salas de Apoio (SAP) e Laboratórios de Informática Educativa (LIEs)*, respectivamente. A participação expressiva dos professores e técnicos educacionais nesses debates indica um grande interesse quanto aos temas abordados, o que pode estar ligado ao fato de que o início do processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular tem gerado uma demanda sobre o tema por parte dos profissionais envolvidos com esse processo, ávidos por conhecimentos que possam subsidiar as decisões a serem tomadas sobre o assunto. Certamente há uma expectativa por parte desse grupo de que a universidade possa suprir a demanda que tem por esses conhecimentos.

Na sequência, os dois outros maiores registros foram de 64 e 60 pessoas, das quais 86% e 92% eram alunos dos cursos de Computação e Arquitetura e Urbanismo, respectivamente. Esses números foram observados nos debates que versaram sobre os temas *Avanços tecnológicos e mudanças de perspectivas de vida: o desenvolvimento de softwares para pessoas com deficiência*; e *Conceitos e noções necessárias à compreensão da ideia de acessibilidade física*, respectivamente. Esses debates foram intencionalmente organizados para estimular esses alunos a obterem informações e refletirem sobre temas particulares, importantes para prepará-los para um mercado de trabalho que inclui pessoas com deficiência.

Outras participações acima da média, de 58 e 50 pessoas, respectivamente, foram registradas nos debates sobre os temas *A*

inclusão de surdos no ensino superior: desafios; e Políticas públicas e legislação sobre direitos de pessoas com deficiência. Nesses casos, como não houve demandas e/ou clientelas definidas, tudo indica que houve um significativo interesse do público em geral pelos temas debatidos, e/ou pelos palestrantes.

Por outro lado, os dois menores registros de participação foram de 15 e 19 pessoas, números registrados nos debates que versaram, respectivamente, sobre os temas *Conheça as ações da UFC – foco: deficiência intelectual;* e *Inclusão na UFC: alunos com deficiência visual na sala de aula.* Chama atenção o fato de que ambos esses temas voltam-se para a realidade da UFC no tocante a experiências sobre inclusão, o primeiro focalizando projetos dirigidos a pessoas com deficiência intelectual e o segundo discutindo experiências envolvendo alunos com deficiência visual em sala de aula, sob a ótica de coordenador de curso, professor e dos próprios alunos com deficiência. Considere-se que essa instituição atende atualmente a seis alunos com deficiência visual, quatro participaram do debate sobre esse tema, dois como palestrantes e dois como plateia. A inexpressiva participação nesse debate pode indicar o pouco interesse e envolvimento por parte daqueles que fazem a instituição – sejam os que atuam na administração da universidade, a exemplo de coordenadores de curso, sejam outros como professores, alunos e técnico-administrativos. Isso pode sinalizar que essa população é ainda pouco sensível quanto ao tema, o que certamente se reflete no atendimento que a UFC tem dispensado a alunos com deficiência. Há de se observar também, no entanto, que ambos os debates aconteceram em auditório do anexo da Biblioteca da Medicina, no Campus do Porangabussu, local de acesso não muito fácil, e pouco conhecido pela população acadêmica que não está vinculada ao curso de Medicina, o que pode ter limitado a participação nesses eventos. Observe-se, ainda, que a participação do público da área da saúde não foi muito expressiva, mesmo nos debates que envolveram temas e profissionais dessa área, qualquer que fosse o local dos mesmos.

De uma forma geral, todos os debates que envolveram as ações e projetos inclusivos da UFC que atendem a pessoas com deficiência registraram participações abaixo da média, sendo que aquele com foco na deficiência auditiva registrou a maior participação entre eles, de 37 pessoas. Apesar disso, um aspecto muito positivo desses debates foi a reunião de pessoas e/ou grupos atuando em ações e projetos com foco para um tipo de deficiência particular, o que gerou a possibilidade de trocas a partir do conhecimento mútuo dos projetos e de interesses comuns entre profissionais atuando nessas ações, muitas vezes vinculados a áreas distintas e complementares.

Considerações Finais

Este estudo revela que 704 pessoas constituíram a plateia do Ciclo de Debates promovido pelo Projeto UFC Incluir ao longo de 2006, com uma média de 44 pessoas por debate. Essa média é significativa e pode ser comparada, por exemplo, ao número médio de alunos por sala de aula, estimado entre 30 e 40, normalmente. Positivo é também o fato desse público estar vinculado principalmente a UFC (47,4%) e a rede municipal de ensino (32,7%), o que indica que o Ciclo atingiu uma clientela adequada, a qual, quando sensível e consciente, pode facilitar a inclusão de alunos com deficiência em instituições de ensino. A maior participação de estudantes do que de professores e corpo técnico-administrativo da UFC merece atenção, estudo e planejamento de novas atividades que levem ao aumento da participação dos últimos, cujos papéis são essenciais para o sucesso da inclusão pretendida. Significativo também é envolvimento, no Ciclo, de público vinculado a instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência (19,9%), muito pertinente e enriquecedor.

Verificando o que pode ter concorrido para o alcance desses resultados pelo Ciclo, destacamos as seguintes características:

grande número de debates distribuídos por longo período; investimento contínuo na divulgação dos debates; diversidade e pertinência de temas propostos; grande número de palestrantes, com diferentes formações e experiências junto a pessoas com deficiência; e significativo número de pessoas com deficiência (34,2%) atuando como palestrantes. Isso cria oportunidade para a discussão contínua do assunto, com envolvimento de muitos; e permite a formação de plateia, atraída pela possibilidade de qualidade e riqueza na discussão dos temas propostos. Uma vez que a realização de debates é prática comum nas universidades, normalmente percebidas como instituições do saber, as expectativas criadas em torno dessa prática parecem ser muito positivas.

Por um lado, mostrou-se eficaz a organização de debates a partir de demanda para tema e/ou palestrantes específicos, atendendo a clientelas particulares. Por outro lado, é preocupante a observação de que todos os debates que envolveram projetos que atendem pessoas com deficiência na UFC registraram participações abaixo da média. Chamou muita atenção, por exemplo, a inexpressiva participação no debate *Inclusão na UFC: alunos com deficiência visual na sala de aula*, indicando o pouco envolvimento por parte daqueles que fazem a instituição – coordenadores de curso, professores, alunos e/ou técnico-administrativos. Considerando que a UFC atende a seis alunos com deficiência visual, isso pode sinalizar que essa população acadêmica é ainda pouco sensível quanto ao tema, o que certamente se reflete no atendimento que a UFC tem dispensado a alunos com deficiência.

Com base nessa análise, concluímos que o Ciclo de Debates promovido pelo UFC Inclui causou um impacto significativo nessa universidade, revelando, inclusive, a condição atual da UFC quanto ao tema da inclusão de alunos com deficiência. A análise reforça a necessidade de estudo e planejamento de novas atividades que levem a um maior envolvimento e sensibilização da comunidade, com vistas ao aumento da acessibilidade atitudinal na instituição.

Agradecemos ao MEC, a UFC e a todos os que colaboraram com o Ciclo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP/SESu. Edital nº 2, de 16 de maio de 2005 - Programa Incluir. *Diário Oficial da União*, Seção 3, n. 93, 17 maio 2005. p. 39 e 40.

_____. Edital nº 3, de 26 de abril de 2007. *Programa Incluir*: acessibilidade na educação superior. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

GIMENES, C.E.R. e FERREIRA, G.B. O Programa USP Legal como fator de inclusão digital de pessoas com deficiência na Universidade de São Paulo. In: SEMINÁRIO ATIID, 3, 2005, São Paulo. *Anais...* Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

LIRA, A. K. M. de. *Projeto UFC Incluir*. Documento aprovado pelo MEC-SESu/SEESP. Programa Incluir, 2005. 32 p.

PIRES, C.R.; LOPES, M.E. e OLIVA FILHO, S. M. Projeto USP Legal: propondo uma política da USP referida a deficiência. In: SEMINÁRIO ATIID, 2, 2003, São Paulo. *Anais...* Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

Importante:

*É permitida a divulgação e reprodução, parcial ou total, deste documento, em qualquer mídia, **exclusivamente** para fins não comerciais e **desde** que o título completo, o(s) autor(s) e a fonte (Anais e site ATIID) sejam citados, e esta nota seja incluída.*

2^a PARTE

Mesas-Redondas do Ciclo de Debates: Temas Diversos

Mesas-Redondas do Ciclo de Debates: Temas Diversos

Esta parte do livro está organizada com base em mesas-redondas realizadas no âmbito do ciclo de debates promovido pelo Projeto UFC Incluir. Seguindo esta lógica, os artigos que a compõem são reunidos de acordo com a mesa-redonda para a qual foram inicialmente produzidos e na qual foram originalmente apresentados. Mantivemos aqui a composição original de cada mesa-redonda do ciclo, tentando, de certa forma, garantir a sua memória. Sabemos, no entanto, que a mudança do contexto do ciclo para o livro impede a reprodução fidedigna tanto das mesas-redondas quanto dos debates gerados a partir delas. Resguardando, pois, as devidas diferenças entre ambos os contextos, nos contentamos em manter aqui as aproximações possíveis.

Há aqui cinco capítulos, ou melhor, cinco mesas-redondas. Nelas, cada artigo representa um registro das contribuições que o seu autor trouxe para a abordagem do tema central da mesa. Nossa ideia é que cada artigo possa assumir um caráter ao mesmo tempo individual e coletivo, como parte de um todo que se constitui através da própria mesa-redonda. No entanto, quando palestrantes transformam-se em autores, as trocas se tornam possíveis somente através de você, leitor (a), que aqui assume o lugar da plateia constituída.

Conforme você poderá perceber, alguns artigos se apresentam com formato científico e outros seguem um modelo mais informal, às vezes mesmo com linguagem coloquial e referências contínuas a trabalhos que os antecedem. Isso decorre do fato de que alguns artigos são produtos da transcrição da fala dos seus autores durante a palestra, no ciclo de debates. É importante, pois, lembrar disto enquanto os lemos, o que certamente facilita a nossa compreensão das ideias que expõem.

Entre os autores destes artigos encontramos professores e estudantes universitários, ex-alunas da UFC, médicos, arquitetas, bibliotecária e professores, tanto da rede pública de ensino quanto de instituição especializada. Mais da metade deles são pessoas com deficiência, condição que lhes confere a autoridade para falar de assuntos referentes à inclusão e deficiência a partir de um lugar no qual o saber e a vivência se encontram. Os depoimentos são, no geral, muito ricos, envolvendo histórias de desafios e conquistas e reflexões bem pertinentes, de grande utilidade para a orientação de ações inclusivas. Também os artigos mais teóricos são bastante esclarecedores e instigantes.

Os temas abordados são diversos, sendo que três mesas-redondas focalizam a deficiência visual, uma a surdez e a última, que trata da acessibilidade físico-arquitetônica, se volta tanto à deficiência motora quanto à visual. A primeira mesa-redonda, que inclui três depoimentos, aborda a utilização do Dosvox como recurso para a educação de pessoas cegas. Os depoimentos são fornecidos por três usuários e instrutores do Dosvox, a saber: Naila de Oliveira, André Luiz Gomes, aluno do curso de Pedagogia da UFC e Paulo Roberto Cândido, professores com vasta experiência junto a alunos com deficiência visual. Em seus relatos, os autores revelam a importância que este sistema tem assumido na vida de seus usuários e na prática pedagógica junto a alunos cegos e com baixa visão, em diferentes níveis de escolaridade e modalidades de ensino.

A segunda mesa-redonda focaliza a deficiência visual através de dois artigos, os quais assumem perspectivas distintas, uma mais subjetiva e outra mais objetiva. Os artigos são escritos por Valton Miranda Leitão, médico e psicanalista, e Fernando Monte, médico oftalmologista, respectivamente. No primeiro artigo, Valton discute e estabelece relações entre significados atribuídos às perdas visuais e constituição da subjetividade da pessoa cega,

adotando referentes da teoria psicanalista e da antropologia, entre outros. No segundo artigo, Fernando Monte aborda conceitos e níveis de deficiência visual, em uma vertente mais orgânica. Os dois artigos se complementam, nos permitindo desenhar um amplo painel sobre a deficiência visual.

A terceira mesa-redonda, que inclui quatro depoimentos, focaliza a inclusão de universitários com deficiência visual no contexto da sala de aula. Os quatro depoimentos são oferecidos por professores e alunos da UFC os quais compartilharam experiências comuns, dois a dois, a partir de papéis diferentes. Luciana Lobo e Ana Kristia Martins conviveram no curso de Psicologia, a primeira como coordenadora do curso, professora e supervisora de estágio na área da Psicologia Escolar, e a segunda como aluna com deficiência visual. Cláudio Marques e Donald Lima conviveram no curso de Pedagogia, no âmbito da disciplina Pesquisa Educacional I, o primeiro como professor e o segundo como aluno cego. Neste arranjo com duas duplas, cada um destes atores nos fala, portanto, a partir de lugares diferentes e complementares, o que é muito enriquecedor. Enquanto Luciana Lobo relata como a inclusão de alunos com deficiência vem sendo tratada no curso de Psicologia e discute o tema da inclusão escolar, com base em teorias psicológicas, Ana Kristia descreve e analisa suas experiências com as disciplinas, professores e colegas de curso. Enquanto Cláudio Marques relata sua experiência como professor de um aluno cego e descreve sentimentos, relações e procedimentos adotados, Donald Lima conta como vive e experimenta a cegueira, dentro e fora da sala de aula.

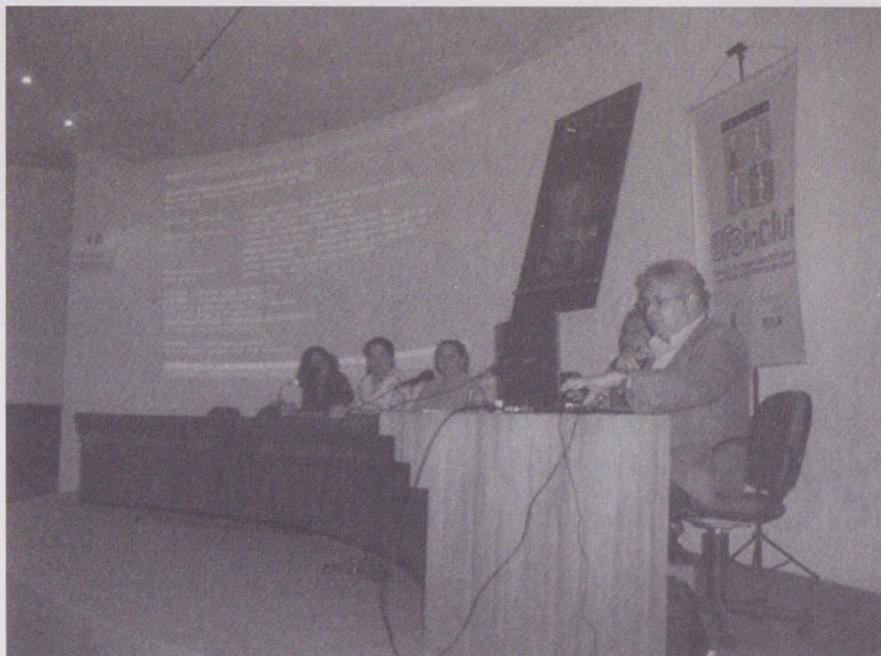
A quarta-mesa redonda, que contém dois artigos, aborda a inclusão de surdos no ensino superior. No primeiro artigo, Ana Célia Clementino Moura, membro da Coordenadoria de Concursos e Vestibulares da UFC, nos relata como tem sido tratada a situação dos candidatos com necessidades especiais por ocasião

dos exames vestibulares. No segundo artigo, Vanda Magalhães Leitão, pesquisadora na área da surdez e professora da Faculdade de Educação, apresenta uma questão muito atual nesta área: as diferenças metodológicas do ensino direcionado a pessoas com deficiência auditiva. Discute a Libras e defende a importância de que seja aceita como a língua própria dos deficientes auditivos.

A quinta mesa-redonda, que inclui dois artigos e dois depoimentos, focaliza a acessibilidade física e a deficiência motora. No primeiro artigo, Elisabeth Lopes, arquiteta, nos apresenta o Programa de Acessibilidade que vem sendo desenvolvido na Universidade de São Paulo, mostrando-nos a viabilidade da implantação de um trabalho desta natureza na UFC. No segundo artigo, Regina Lúcia Cunha, arquiteta e titular da Coordenadoria de Projetos e Obras da Superintendência de Planejamento Físico e Operações da UFC, apresenta e discute o trabalho que vem desenvolvendo nesta universidade, ressaltando a necessidade de tornar os espaços mais acessíveis às pessoas com deficiência motora e mobilidade reduzida. No primeiro depoimento, Clemilda Souza, recém-formada em Biblioteconomia pela UFC, profissional com deficiência motora, nos fala sobre como foi sua permanência na universidade, mostrando as dificuldades que sentiu e desafios que devem ser assumidos para que a acessibilidade física seja uma realidade na UFC. No segundo depoimento, Nadja Pinho Pessoa nos conta sua trajetória na UFC desde quando, como estudante de graduação de Arquitetura, sofreu um acidente que a deixou tetraplégica. Nadja teve uma participação significativa no Projeto UFC Inclui e entre outras atividades, colaborou com as oficinas de sensibilização realizadas junto aos alunos desta universidade, através de parceria estabelecida com o Movimento Vida.

MESA-REDONDA I

Tema - A importância do Dosvox para a Educação de Pessoas com Deficiência Visual



Mesa-Redonda I

Data/horário: 4ª feira, 19 de abril de 2006, de 9 às 11 horas

Local: Auditório do Centro de Tecnologia, Campus do PICI – Bloco 710

Palestrante:

Prof. Dr. José Antônio dos Santos Borges (autor do DOSVOX, UFRJ - Núcleo de Computação Eletrônica – NCE)

Depoimentos:

Profª. Naila Maria de Oliveira (Pedagogia – UFC /Instituto dos Cegos do Estado do Ceará e Centro de Apoio Pedagógico – CAP)

André Luis Gomes (Instrutor de DOSVOX, aluno da Pedagogia / UFC – 3º período, bolsista do Projeto Acessibilidade)

Prof. Paulo Roberto Cândido de Oliveira (Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza- SAC)

Mediadora:

Prof^a Dr^a Ana Karina Morais de Lira (Faculdade de Educação/
UFC, Coordenação do Projeto UFC Inlui)

SISTEMAS BRAILLE E DOS ALFABETOS LUXOS NO CAMINHO DA PESSOA CEGA

Por Nelson de Oliveira

DEPOIMENTOS

Quando se fala em sistemas Braille e alfabetos luxos, o primeiro pensamento que surge é o de que se trata de recursos destinados apenas a pessoas com deficiência visual. No entanto, a realidade é bem diferente. Esses sistemas são utilizados por uma ampla gama de pessoas, incluindo aquelas que não têm deficiência visual, mas que desejam melhorar sua comunicação e sua qualidade de vida. O Braille, por exemplo, é usado por pessoas com deficiência visual para ler e escrever, mas também é utilizado por pessoas com deficiência auditiva para ler e escrever em ambientes onde o som não é possível. Os alfabetos luxos, por sua vez, são utilizados por pessoas com deficiência visual para ler e escrever em ambientes onde o Braille não é possível, como em ambientes com muita luz ou em ambientes onde o Braille não é permitido.

Além disso, esses sistemas também são utilizados por pessoas com deficiência intelectual e por pessoas com deficiência física. O Braille, por exemplo, é utilizado por pessoas com deficiência intelectual para ler e escrever, e os alfabetos luxos são utilizados por pessoas com deficiência física para ler e escrever em ambientes onde o Braille não é possível. Portanto, esses sistemas são recursos muito importantes para a comunicação e a qualidade de vida de uma ampla gama de pessoas.

Para mais informações, consulte o Centro de Apoio Tecnológico (CAT) da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV) ou o Centro de Apoio Tecnológico da Associação Brasileira de Deficientes Auditivos e de Comunicação (ABRAC).

SISTEMAS BRAILLE E DOSVOX: LUZES NO CAMINHO DA PESSOA CEGA

*Naila Maria de Oliveira*²⁷

A trajetória da educação e emancipação da pessoa cega foi marcada por dois grandes episódios, os quais possibilitaram estes processos de conquista. O primeiro diz respeito ao surgimento do Sistema Braille, que foi o maior contributo para a escolarização e emancipação do cego. Este sistema foi criado por um cidadão que merece todo o nosso apreço e admiração: estamos nos referindo a Louis Braille, um jovem francês que tendo ficado cego aos três anos, não se acomodou. Estudou inicialmente como ouvinte no Instituto dos Jovens Cegos de Paris e desenvolveu um sistema de leitura e escrita que pudesse corresponder as reais necessidades da pessoa cega.

Até meados do século XVIII, quando se deu o surgimento do Sistema Braille, o cego vivia na mais completa marginalização social. Ele era visto como um ser improdutivo, incapaz de crescer intelectual e socialmente. Nesta época, a pessoa com deficiência era concebida como fruto do pecado, como “um castigo dos céus”. À pessoa com deficiência visual, em particular, era atribuída a mera função de pedinte ou, na melhor das hipóteses, de alguém que manifestava dotes artísticos. Naquele tempo, o cego era exposto nas praças, para tocar, ou fazer “palhaçada” em troca de algumas moedas.

Foi graças a Louis Braille que o cego passou a vislumbrar outros horizontes, que se tornaram possíveis através do seu ingresso no mundo das letras. Foi a partir do surgimento do Sistema Braille que o indivíduo com deficiência visual passou a conquistar seus espaços no meio intelectual, e, por conseguinte, em todas

²⁷ Pedagoga, professora do Centro de Apoio Pedagógico (CAP), do Instituto dos Cegos do Estado do Ceará.

as esferas sociais. Eu diria que o Sistema Braille representou para o cego a luz que ele precisava para poder percorrer seu caminho rumo à emancipação.

O segundo grande marco na história de luta pela integração da pessoa cega foi o surgimento do Sistema Dosvox, que veio ampliar ainda mais os horizontes do indivíduo cego no mundo da leitura. Deve-se levar em consideração que, apesar da fabulosa contribuição de Louis Braille, a literatura em Braille era até então bastante restrita, o que dificultava sobremaneira o desempenho do indivíduo cego, principalmente no tocante ao seu desempenho na escola. Devido à deficiência de leitura em Braille, o cego contava com a ajuda de voluntários para ler ou recorria ao recurso do gravador, cujo uso, por sua vez, era bastante caótico, haja vista que as gravações não eram de boa qualidade.

Lembro-me da época em que fui aluna do curso de Pedagogia da UFC, de 1986 a 1989: muitas vezes somente na véspera da prova é que eu conseguia uma pessoa amiga para ler os textos para mim. Na elaboração dos trabalhos, bem como nas avaliações, contava com a ajuda dos colegas de sala, de amigos e, sobretudo, de minha mãe. Tudo era muito difícil, uma vez que naquela época, sequer se falava de acessibilidade.

Hoje já nos defrontamos com uma vasta discussão acerca do processo inclusivo. Em todos os cantos deste país existe um amplo debate sobre a acessibilidade, sobre os mecanismos voltados para a eliminação de barreiras (arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais). É neste contexto que o Dosvox assume um papel de grande relevância. Foi o Sistema Dosvox que possibilitou o acesso da pessoa com deficiência visual ao mundo da informática, uma vez que, até então, o computador era restrito a uma minoria de cegos privilegiados, apenas àqueles que desempenhavam a função de analistas de sistema.

Esta valiosa contribuição deve-se, sobretudo, a dois grandes cidadãos: Antônio Borges, professor do curso de Computação da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Marcelo Pimentel, ex-aluno do primeiro na disciplina computação gráfica. O Dosvox é um sistema de interface que permite que o usuário cego use o computador com autonomia, por ser um recurso bastante didático e, portanto, de fácil acesso à pessoa cega. Ao pressionar a tecla F1, o usuário cego é informado acerca de suas principais funções. Através do Dosvox, a pessoa cega pode desempenhar inúmeras atividades no computador como editar texto, imprimir arquivo, utilizar a agenda de telefones, fazer uso de jogos e usar a internet, através de recursos como correio eletrônico (Cartavox), programa de bate-papo (Papovox) e navegador (Webvox), que permite o acesso a web.

A informática, e de modo particular o Dosvox, não surgiu como recurso para substituir o Sistema Braille; pelo contrário, veio contribuir para ampliar mais ainda os horizontes em se tratando da produção de obras em Braille. Na conjuntura atual, o educando cego pode valer-se destas ferramentas valiosas para obter um bom aproveitamento escolar e lograr avanços acadêmicos e/ou profissionais. Na minha concepção, o Braille é – e sempre será – a forma legítima de leitura e escrita para a criança e o adulto cego. Partindo desta premissa, o Dosvox atua como um recurso complementar no desenvolvimento da leitura e pesquisa por parte do educando com deficiência visual.

Consciente do que vivenciei no dia a dia da minha vida escolar, acalento um sonho que, espero, jamais se torne utópico: anseio que, num futuro bem próximo, os companheiros cegos possam desfrutar de múltiplas opções para facilitar seu desempenho acadêmico, quer seja na escola, na universidade ou no mundo do trabalho. É confortável que o indivíduo com deficiência possa optar quanto ao recurso de leitura e escrita que prefere usar no momento da aplicação de um exame escolar ou prova de seleção para concorrer a cargos públicos. Dentro desta perspectiva, considero salutar a difusão do Sistema Dosvox, não só entre os usuários

cegos, mas no seio da comunidade em geral, para que haja uma maior compreensão e aceitação do Dosvox como ferramenta indispensável para facilitar o processo de inclusão da pessoa cega na escola e na sociedade como um todo.

Todavia, para que possamos alcançar a tão sonhada inclusão, faz-se necessário o envolvimento por parte do conjunto da sociedade e, sobretudo, das autoridades governamentais, no sentido de que sejam carreados recursos financeiros e/ou tecnológicos, de modo a garantir aos segmentos marginalizados da sociedade, e em particular, as pessoas com deficiências, a igualdade de oportunidades nos diversos setores da vida social. Nesta perspectiva, considero salutar o redimensionamento da política de impostos sobre os produtos, quer sejam nacionais ou estrangeiros, propiciando um amplo acesso dos usuários cegos aos mesmos.

Destaco ainda, como ação de fundamental importância, a criação de uma linha de crédito, com o fim de facilitar a aquisição do computador pela pessoa com deficiência. Enfim: urgente se faz o desenvolvimento de ações conjuntas no sentido de que sejam definidas e/ou postas em prática, políticas públicas em favor da inclusão. Se não houver compromisso por parte dos órgãos governamentais e colaboração dos segmentos organizados da sociedade, fica praticamente inviável este projeto. Por mais que nos esforcemos, por mais que canalizemos nosso amor para as ações desenvolvidas, se não houver colaboração por parte da sociedade, cai por terra todo o nosso propósito.

O DOSVOX NA MINHA VIDA

André Luiz Gomes²⁸

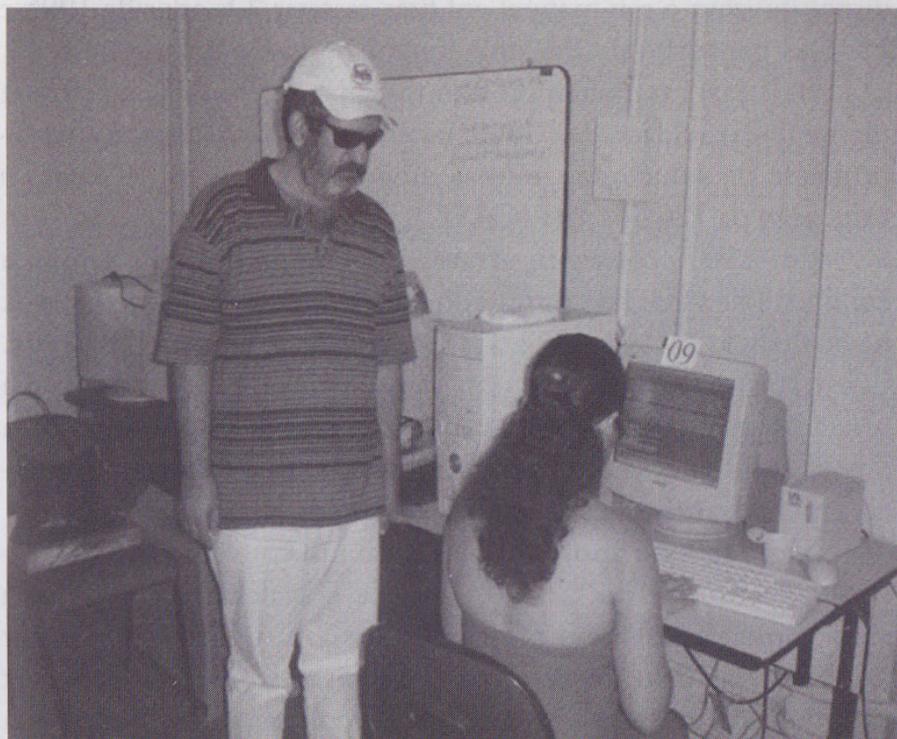


Foto 1 - André Luíz – Aluno do Curso de Pedagogia e bolsista do Projeto Acessibilidade

Tomei conhecimento do Dosvox em 1994, através de uma entrevista com Marcelo Pimentel e Luiz Cândido, na Rádio CBN. Na época, morava na cidade de Belford Roxo, estado do Rio de Janeiro e entrei em contato com o distribuidor Dosvox, o Luiz Cândido, solicitando a compra de um kit Dosvox.

Depois de uma longa espera, finalmente o tão sonhado kit Dosvox chegou às minhas mãos! Retornei para Fortaleza para

²⁸ Aluno do 4º período de Pedagogia, instrutor de DOSVOX e bolsista do Projeto Acessibilidade/UFC.

passar uma temporada e, somente nesse momento, pude travar contato direto com o sistema Dosvox, já que na capital do Ceará tinha um computador à minha disposição.

Não foi difícil aprender a utilizar o Dosvox, pois o mesmo disponibilizava o seu manual em fitas cassetes. Os anos de 1995 e 1996 se constituíram em dois longos períodos de aprendizado. O fato de fazer tratamento oftalmológico de combate a retinose pigmentar na cidade do Rio de Janeiro me proporcionou a oportunidade de solucionar minhas dúvidas no Centro de Apoio e Educação da Pessoa Cega (CAEC), da UFRJ.

Em 1997, consegui, através do Dosvox, minha primeira conquista de vida: fui contratado para ministrar aulas de Dosvox na Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), aqui em Fortaleza. Esse trabalho, mais do que uma remuneração, me permitiu uma interação com pessoas cegas, contato de grande importância para o meu cotidiano, já que até aquele momento a minha convivência era inteiramente com pessoas videntes.

Nesse mesmo ano, a SAC assinou um convênio com a Universidade Federal do Ceará (UFC), e Fortaleza passou a ser a sexta capital a utilizar o Projeto Intervox. Este Projeto, a partir da Rede Nacional de Pesquisa (RNP-CEARÁ) e via Discavox (utilitário de acesso a um terminal de computador), permitiu à pessoa cega fazer uso da Internet, seja com correio eletrônico por intermédio da RENDE - CECAE/USP, seja através da facilidade Terminal no acesso à BBS, por conta do LYNX, que proporciona o acesso à www (teia mundial de comunicação). A operação com a internet ampliou incomensuravelmente o meu raio de informação e leitura.

A minha contribuição a SAC foi a estruturação pedagógica do Laboratório de Dosvox dessa Instituição, que recebeu o nome de Laboratório Professor José Antônio Borges, uma justa homenagem ao criador do Projeto Dosvox. Neste novo espaço foram formados diversos usuários de Dosvox, inclusive o seu instrutor atual. Ao ser despedido da SAC, passei o ano de 1998 ministrando aulas particulares de informática básica e Sistema Dosvox.

Naquele período, o Dosvox, que operava no Sistema MS-DOS, passou a operar em ambiente Windows. Em 1999 ministrei um curso de Dosvox na Associação dos Cegos do Estado do Ceará (ACEC). Em 2001, um novo espaço surgiu com a criação da disciplina Projetos Sociais, inserida na matriz curricular dos vários cursos superiores implantados no Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (Cefet-CE). Aproveitando este espaço, estabeleci contato com essa Instituição de Ensino, a qual, através de uma bolsa de trabalho, me possibilitou ministrar um curso de 60 horas para novos usuários de DOSVOX e prestar assessoria técnica a outros usuários.

Em 2002, o Dosvox possibilitou outra grande conquista na minha vida: a conclusão do meu curso de ensino médio. Digo que o Dosvox tornou isto possível porque todos os meus trabalhos escolares e provas das matérias da área de ciências humanas foram realizadas com o auxílio do Dosvox.

Em 2003, a partir do intercâmbio com a professora Karina, iniciei o Projeto Acessibilidade, no qual trabalho até hoje. O Projeto é uma atividade de extensão e acontece em laboratório do Departamento de Fundamentos da Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Neste mesmo ano prestei vestibular para o curso de Pedagogia na UFC, sendo aprovado para a segunda fase. Nesta fase, tive a grata satisfação de realizar as provas com a acessibilidade do Sistema Dosvox. Fui reprovado na segunda fase e tive que prestar vestibular outra vez. Em 2004, a acessibilidade no vestibular foi a mesma. Na primeira fase, prova de conhecimentos gerais, contei com o auxílio de ledoras e leitores, sendo aprovado nesta etapa. Nas provas específicas, Redação, História e Geografia, contei com a contribuição do Dosvox, como já mencionado anteriormente. Neste último vestibular fui finalmente aprovado para o curso de Pedagogia da UFC, cursando atualmente o quarto semestre. Enfim, o Dosvox foi muito importante para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

SISTEMA DOSVOX: DA ALFABETIZAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

*Paulo Roberto Cândido de Oliveira*²⁹

O processo de inclusão da pessoa cega nos meios educacionais e profissionais foi alavancado com o advento do Dosvox, principalmente pelo fácil acesso a operacionalidade do sistema e pelo seu baixo custo. Com estas características, o sistema é um dos mais confortáveis para usuários com pouca experiência em informática.

Lembro, por exemplo, quando o professor José Antônio Borges inaugurou, em 1997, o Centro de Estudos Dosvox, na Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), em Fortaleza. Em sua fala, nesta ocasião, evidenciou a coragem do grupo de pessoas que estava aceitando o compromisso de difundir o Dosvox, acreditando na capacidade e possibilidades de crescimento de usuários cegos através do uso da ferramenta desenvolvida no Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE/UFRJ). Assim, desde que o Dosvox foi implantado na SAC, crianças, jovens e adultos com deficiência visual vêm obtendo vários ganhos em suas vidas, seja na autoestima ou na potencialização do aprendizado e habilitação profissional.

Considerando as várias gerações de pessoas cegas que frequentaram e/ou frequentam a nossa Instituição, costumo dizer que há duas épocas: a era antes do Dosvox (a.d) e a era depois do Dosvox (d.d). Os alunos que não tiveram a oportunidade de utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) acessíveis a eles, não puderam minimizar as barreiras do preconceito, nem maximizar os caminhos da inclusão. Diferentemente, aqueles que desde a mais tenra idade já participam de aulas de

²⁹ Engenheiro eletricista e instrutor de informática na Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), em Fortaleza.

informática nos laboratórios abastecidos com estas tecnologias, têm a seu favor o “vento das possibilidades adquiridas”. Com os métodos e recursos aplicados, eles avançam com maior firmeza nas vias educacionais e produtivas, tornando-se profissionais com boa qualidade intelectual e funcional, podendo aspirar a outras atividades além daquelas secularmente atribuídas aos cegos, como as de telefonia, massoterapia ou musicista, para não dizer telefonista, massagista ou sanfoneiro de feira.

Na escola que faz parte do complexo da SAC, o Instituto Hélio Góes, os alunos têm aulas com o Dosvox desde o maternal, sendo aplicado o potencial pedagógico do programa de acordo com a série e com os fundamentos estabelecidos nos planos de aula. Além desta clientela, também os alunos assistidos que estão matriculados no curso profissionalizante de Dosvox aprendem a utilizar esta ferramenta para aprimoramento cultural e profissional.

O trabalho com as crianças em fase de alfabetização é realizado com os programas Letravox, Letrix e Menino Curioso, que fazem parte do arsenal pedagógico do sistema Dosvox e dispõem de recursos para o reconhecimento do teclado e das letras e números, de forma lúdica. Estes programas são apresentados gradativamente, associando-se o uso do computador ao uso de outros recursos metodológicos como a reglete e o punção, importantes para o ensino-aprendizagem do Sistema Braille de leitura e escrita. Os excelentes resultados educacionais das crianças com deficiência visual matriculadas em nossa escola são acompanhados de outros ganhos, como a melhoria da autoestima, adequações comportamentais e socialização.

Junto aos alunos das séries mais avançadas do ensino fundamental utilizamos o Webvox e o Edivox. Através do primeiro, que permite a navegação na web, eles podem colher os frutos do conhecimento e do processamento das informações buscadas na internet. Quando aprendem a usar o Edivox, que é o editor de textos vocal do Dosvox, eles passam a dispor de mais um instrumento para a comunicação escrita. Neste tocante, gosto sempre

de ressaltar uma assertiva do professor Antônio Borges, que disse ter ficado muito feliz com o resultado do uso destas ferramentas pelas pessoas cegas para lerem o que os outros escrevem e serem lidas pelos outros com aquilo que escrevem, tendo em vista que o número de pessoas normovisuais que conhecem o sistema Braille ainda não é significativo. Esta realidade ampliou-se com o advento do Dosvox, abrindo ainda mais as portas do mundo da informática e da inclusão para todas as pessoas cegas e com baixa visão. Quem trabalha diretamente com educação especial e TIC percebe claramente que esta facilidade de veicular o pensamento e a palavra através da rede mundial de computadores está preenchendo os vazios existenciais de cidadãos marginalizados pela sociedade. Cidadãos com menores chances de “ver” como as palavras estão escritas em outdoors, livros, revistas e jornais e, através deste exercício, ampliar os seus vocabulários.

Com o Dosvox facilitando a leitura e a escrita, os processos de comunicação e interpretação correta da nossa língua, passa a ser mais um ganho oferecido pelo sistema. Vejo com bons olhos a iniciativa da Universidade Federal do Ceará com o Projeto UFC Inclui, principalmente pelo fato de que as pessoas com deficiência, que precisam enfrentar muitos obstáculos em suas caminhadas educacionais, agora terão mais incentivos para alcançar o ensino superior e se posicionarem com dignidade em uma sociedade discriminatória. Estamos vivendo em uma época na qual as parcerias são agentes de transformação. Por isso, com o Dosvox, de quem somos parceiros há mais de dez anos, e agora com a UFC, formando este elo de inclusão, estaremos ainda mais a serviço da educação e profissionalização das pessoas com deficiência visual.

Gostaria de mostrar agora a letra da música do Maracatu Luzes da Alma, que foi apresentada na Avenida Bezerra de Menezes, no carnaval de 2006, com os alunos cegos do Instituto Hélio Góes cantando para a sociedade. As pessoas cegas também querem ser incluídas culturalmente e participar ativamente dos

eventos festivos de sua cidade! Já que a música fala de libertação, vamos simbolizar com ela a liberdade que o Dosvox trouxe para a nossa comunidade, outrora estigmatizada e percebida como incapaz e merecedora da piedade social. Para nós, o Dosvox representa a luz que irá tirar da escuridão os cegos que precisam ver o mundo em que vivem. Vamos, então, a apresentação do Maracatu Luzes da Alma, que tem letra e música de minha autoria:

Maracatu Luzes da alma iluminando a libertação, deixando firme a nossa palma, tornando livre o coração. O Ceará é o nosso berço, lhe sou cativo com emoção, nas minhas lutas e no meu terço, Terra da Luz, sem escuridão. Maracatu canto de negro com saudade do seu chão, agora vem na voz do cego, com um pedido de inclusão. Maracatu Luzes da alma segue adiante com o teu brilhar, uma nação que é radiante, mesmo sem luz no seu olhar. Você que assiste a nossa arte, não lhe pedimos o seu penar, Maracatu Luzes da alma só quer fazer iluminar.

E que Deus ilumine cada vez mais as mentes e os corações daqueles que lutam por causas alheias. Muito obrigado a todos que se empenham em colocar as pessoas cegas na vida produtiva e feliz. Com o Dosvox e o Projeto UFC Incluir, a pessoa cega tem a cidadania mais próxima de si.

MESA-REDONDA II

Tema Central - Diferentes Olhares sobre a Deficiência Visual



Mesa-Redonda II

Data/horário: 4ª feira, 3 de maio de 2006, de 8 às 10 horas

Local: Auditório da ADUFC

Av da Universidade, 2346, Benfica, Fortaleza, Ceará

Tema I - *Significações das perdas visuais para a constituição da subjetividade*

Palestrante:

Dr. Valton Miranda (Médico formado pela UFC, psicanalista, articulista do Jornal *O Povo* e escritor)

Tema II - *Níveis de deficiência visual: diferentes necessidades?*

Palestrante:

Dr. Fernando Monte (Médico oftalmologista, membro da Comissão de Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira da Secretaria de Saúde do Estado)

Mediadora:

Profª. Dra. Ana Maria Monte Coelho Frota (Comissão Organizadora UFC Incluir)

AS SIGNIFICAÇÕES DAS FENDAS VISUAIS PARA A CONSTITUIÇÃO DA SUBJECTIVIDADE

YVES KLEIN

A Cegueira do Olho Que Vê

O olho da criança não vê o mundo como ele é, mas como ele se apresenta a ela. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma.

TEMAS

A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma.

A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma.

A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma. A percepção da criança é sempre uma percepção de si mesma. Ela vê o mundo através de si mesma.

A CEGUEIRA DO OLHO QUE VÊ: SIGNIFICAÇÕES DAS PERDAS VISUAIS PARA A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Valton Miranda Leitão³⁰

A Cegueira do Olho Que Vê³¹

O fato de que atualmente vivemos sob o domínio da imagem no interior da sociocultura mediática, não é novidade, principalmente no mundo ocidental. A problematização desse fato, entretanto, assume dimensão trágica, porque a imagem de que se trata é perversa. O elemento perverso aqui é precisamente o caráter alienado e alienante da organização imagética, que impõe uma perda fundamental de contato do ser humano com sua própria realidade. Não se trata simplesmente da desqualificação do discurso lógico-argumentativo, na sociedade mediática, mas de uma falsificação que determina, pelo menos tendencialmente, a essência mentirosa do funcionamento social.

A falsificação embutida na produção imagética de mercadorias e de seres humanos coisificados é envolvida pela ilusão mágica do fetiche. O fetichismo objetivado da mercadoria fica articulado ao fetichismo mental do olhar, incapaz de ver o outro semelhante, porque o mundo está sob o jugo do espelho. A nova forma de fetichismo conjuga o capitalismo cultural no plano coletivo com as organizações narcisistas de personalidade no plano individual.

O espelho mental tematizado pela teoria psicanalítica em geral como metáfora, que permite a compreensão do desenvolvimento e da maturação na relação com a visão do outro é, na perspectiva patologizante aqui colocada, o maior empecilho para

³⁰ Médico, psicanalista e articulista do jornal *O Povo*.

³¹ Expressão de Freud em seus *Estudos sobre histeria*, de 1900, para caracterizar uma forma de cegueira histérica.

a expansão criativa do homem. O espelho mágico do fetichismo, contrariamente ao espelho narcísico, que deve ser quebrado para permitir o avanço da personalidade socialmente integrada, não se quebra, assumindo a condição do deus enganador cartesiano.³²

A visão, o olhar e o olho assumiram na estética da sociocultura contemporânea certa estranheza demoníaca, característica do individualismo solitário, marca do capitalismo globalizado. Nesse contexto, o ver e o ser visto ocupam o cenário neste palco, onde criaturas robóticas executam uma dramaturgia desprovida de significado e sentido. O olho transformado em instrumento projetor, tal como uma arma, pretende colocar dentro do outro semelhante o controle remoto para que *tu não sejas outra coisa senão eu*. A extraordinária valorização da imagem e do espelho coincide com o empobrecimento geometricamente proporcional da imaginação, precisamente porque o componente perverso inscrito neste processo que falseia a relação objetividade-subjetividade freia o pensamento num nível mitológico. O mito, como é sabido, se inscreve no imaginário, no qual as dimensões de tempo e espaço são fluidas, como nas fábulas.

A narrativa parcial de dois mitos relacionados ao olhar e ao espelho pode ilustrar o raciocínio que desenvolvo. O primeiro mito é o dos índios Urubus-Kaapor, que habitam o alto Gurupi, na Amazônia brasileira. Nessa mitologia, Maíra é um deus cuja cabeça é ornada por um enorme espelho curvo. O deus é capaz de metamorfosear-se em qualquer coisa, possuindo um gigantesco pênis que, enfiado por baixo da terra, está sempre à disposição das mulheres kaapor para serem fertilizadas por ele, num cerimonial mágico. Maíra mora numa caverna toda espelhada para cujo acesso o viajor precisa enfrentar o rio de água-borracha.

O outro é o mito clássico da Medusa, cuja cabeça monstruosa com seus olhos petrificantes foi decepada, pelo herói

³² O conceito cartesiano do *cogito ergo sum* foi precedido por um desenvolvimento do raciocínio especulativo, no qual Descartes supôs a existência de um deus enganador ou gênio maligno sempre falsificando os nossos juízos.

Perseu. A cabeça medusina, mesmo depois de decepada tem que ser mantida num saco hermeticamente fechado, pois se um dos olhos alcançarem qualquer criatura viva imobiliza-a completamente como estátua. O primeiro mito mostra como o inconsciente grupal contém a organização fálico-narcisista na qual deus e o homem se encontram libidinalmente ligados. A concepção onipotente de uma deidade sexuada é diretamente relacionada com o espelho no qual a semelhança antropomórfica é assumida como grandeza mágico-onipotente. O mito é sempre epopeia narcísica no mar revoltado ou no rio de água-borracha, exigindo a presença do herói. O mundo contemporâneo dominado pela comunicação espetacular parece regredir a essa primitiva forma de socialidade. O processo regressivo aparece na sociedade como desintegração e dispersão social ao mesmo tempo em que toma corpo a forma estética unidimensionalizada (petrificada). Nesse contexto, é que a univocidade dessa estética do absurdo articulada, a uma ética imperiosa, a personalidade narcísica se exprime como pensamento maquínico-burocrático.

A dialética da imagem do olhar e do espelho exprime a dupla condição individual e sociocultural do narcisismo. O espelho, no seu sentido metafórico mais amplo, tanto está no olhar da mãe quanto na reflexão que o sujeito espera obter do grupo social. A esbeltez narcísico-fetichista da mulher-modelo androgenizada, desidratada nas nádegas e nos seios ocupando o espaço hídrico com musculatura, é observada pelo e ao mesmo tempo observa o espelho social. A isso corresponde um tipo característico de desenvolvimento na mente inconsciente. O inconsciente narcísico se caracteriza por vários elementos psíquicos entre os quais está aquilo que Freud chamou “a cegueira do olho que vê”. Há nesse processo o retorno por reflexão da imagem que o olho projetor vê conforme deseja ser visto. *O Retrato de Dorian Gray* do escritor Oscar Wilde é o melhor modelo dessa condição tanto na cultura fetichista quanto na personalidade narcisista.

Quando Oscar Wilde escreveu sua versão do narcisismo moderno, colocou o fetichismo psíquico e mercantil num retrato, o retrato de Dorian Gray. A identificação projetiva que articula o personagem ao retrato pode ser examinada sumariamente em três tempos: 1) a fascinação, 2) o horror simbiótico e 3) a destruição. Os passos seguidos por Dorian são mais ou menos os mesmos da lenda grega de Narciso na versão de Ovídio. A relação especular que envolve o pintor Basílio Howard e a personalidade narcísica do jovem aristocrata Dorian Gray, dá origem à moldura fetichista que contém o retrato, objeto de fascínio de ambos. A adoração que ambos, retratista e retratado devotam àquela imagem, situa-a no campo irreal do paradoxo.

Ocorre que na atualidade do capitalismo cultural e das personalidades *borderlines* narcisistas contemporâneas, o fetiche assumiu caráter diferente do retratado por Wilde no seu livro. A nova configuração se tornou possível através da conjunção de fatores sociopsicológicos, culturais e dinâmico-inconscientes. A metáfora cartesiana do deus-enganador é extremamente útil para compreender a falsificação inscrita nessa nova forma de fetichismo. O que o olho do homem atual vê, já está prefigurado na mente inconsciente, através da perversão da função alfa³³, que induz o pensamento burocrático-automatizado.

Num sentido bastante amplo, é possível dizer que historicamente o homem manual do capitalismo mercantil agora é o homem visual do capitalismo de consumo. Dessa maneira, o *homo erectus* para o qual o olhar assumia preponderância sobre a olfação, agora é o homem da visão, que deixa para trás o trabalhador manual da Guilda Medieval e da fábrica da Revolução Industrial.

O processo de produção histórico-social dessa nova personalidade exige a histericização sintomática do olhar. O mágico que,

³³ Termo do psicanalista inglês W. Bion para caracterizar uma disposição da mente que junta elementos dos pictogramas inconscientes integrados na memória.

como deus-enganador executa a prestidigitação, é o sistema mediático comunicacional. Assim, o cinema, o computador e a imagem digitalizada escondem aquilo que não deve ser visto. Por outro lado, a personalidade burocrático-fetichista, incapaz de pensamento crítico e autocrítico, aceita passivamente a impostura visual. O ciclo medusino está fechado, enquanto o mau-olhado³⁴ da inveja e da competição fica escancarado.

Como é sabido, as pessoas surdas aguçam o olhar em busca da comunicação digital e labial, intensificando essa erogenização corporal por necessidade, enquanto o *self* narcisista o faz premido pela dinâmica patologizante do fetichismo individual e grupal. Os médicos oftalmologistas que lidam com o concretismo da cegueira ou a acuidade visual extremada podem se basear neste modelo para compreender melhor o inconsciente psicossomático da visão. Dessa forma, pretendo igualmente sugerir que o incremento das patologias oculares, como das patologias cardiovasculares está na mesma linha de interdependência já estabelecida entre o aumento do câncer com relação às manifestações melancólicas e depressivas.

Nesse complexo contexto sociocultural, o avanço tecnológico é pouco competente para explicar o estranho binômio visibilidade *versus* invisibilidade. O fetichista do computador não precisa mais do parceiro-parceira para chegar ao orgasmo, enquanto o fetichista consumidor compulsivo não precisa do objeto, mas simplesmente da marca-grife para consumi-lo. Dessa maneira, o fetiche concreto desaparece para que, no seu lugar surja uma imagem magicizada.

O novo fetichismo, portanto, não é mais o do objeto concreto, mas o utiliza simplesmente como suporte. A nova forma do fetiche está alinhada tanto com as personalidades narcísicas quanto com o sistema imagético comunicacional contemporâneo. Tal configuração tende a unidimensionalizar tudo e o melhor exemplo

³⁴ O mau-olhado corresponde a uma fantasia sádica do olhar projetor encontrado nas lendas e mitos de muitos povos no mundo. Os antropólogos que estudaram o *evil eye* mostram frequentemente como a magicização do olhar introduz noutra pessoa a doença e também a morte.

no capitalismo cultural é a quebra da dualidade homem-mulher para que surja uma espécie de fetiche cultural andrógono. Isso significa que o ideal de perfeição dessa nova estética é a mulher atleta e modelo cuja estrutura físico-corporal se aproxima cada vez mais da do atleta olímpico homem. Outras formas dessa desmaterialização das pessoas como tais e dos objetos de troca no mercado virtual, trazem para a mente humana a necessidade de trabalhar com a estética do absurdo.

Como já disse noutro lugar, Freud já antecipara essa questão no seu artigo *O Estranho*, no qual examina o esteticismo negativo, visto da perspectiva do olho psicótico. O refúgio na parte psicótica da personalidade³⁵ é, por outro lado, a garantia do fetichismo. O homem partido entre a fascinação imagética e a dura realidade concreta opta pela primeira, abdicando assim da capacidade de pensar. O espelho devolve o mesmo para o mesmo, sem nenhuma modificação, deixando o indivíduo preso nas engrenagens da intersubjetividade e da linguagem pervertida.

Dessa maneira, procurei mostrar como os distúrbios psicogênicos da visão, cuja relação com a histeria Freud demonstrou em trabalhos magistrais, estão atualmente associados ao narcisismo como conflito individual e ao fetichismo como manifestação sociocultural. A cultura imagética do olhar, por outro lado, correspondendo ao empobrecimento do poder criativo e da capacidade de pensar.

Referências Bibliográficas

BION, W.R. *Estudos psicanalíticos revisados*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

³⁵ Destarte, a preferência dessas personalidades pelas ilusões imagéticas determina grande dificuldade para discriminar entre o verdadeiro e o falso, pois o indivíduo dividido tende a projetar suas ideias e pensamentos nos outros. A inveja e ambição, deslocadas para o ambiente, escondem um permanente sentimento de frustração.

FREUD, Sigmund. *Estudos sobre a histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1980a. (Obras Completas de Sigmund Freud., v. 2).

_____. *Fetichismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1980b. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 21).

RIBEIRO, Darcy. *Diários índios: os Urubus-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NÍVEIS DE DEFICIÊNCIA VISUAL: DIFERENTES NECESSIDADES?

*Fernando Monte*³⁶

Como nos falou o doutor Valton, doença e sofrimento podem ser colocados em duas categorias diferentes. Ele dizia: a pessoa é doente e tem seu sofrimento que é independente da doença. Muitas vezes ela tem um sofrimento que é uma doença realmente para ela. Mas eu acho que esta divisão é um tanto quanto insuficiente, porque deveriam se colocar as coisas dando-lhes a característica de objetividade ou de subjetividade.

Pela visão anterior, sofrimento é doença. Este aspecto é bem subjetivo. Irei falar sobre aspectos objetivos da cegueira. Vejamos, no Quadro 1 os diferentes conceitos de cegueira:

Quadro 1 - Conceitos de Cegueira

CONCEITOS DE CEGUEIRA
1. Incapacidade de orientar-se, por si mesmo, em locais que frequenta habitualmente.
2. Perda completa e definitiva da visão de ambos os olhos.
3. A acuidade visual bilateral inferior a 1:10, e/ou redução acentuada do Campo Visual (Cruz Vermelha, 1938).
4. A acuidade visual de 1:10 ou menos, com a melhor correção possível ou menos de 20° de campo visual (OPAS, 1955).

Para começar, temos que o conceito de cegueira vem mudando ao longo dos tempos. Inicialmente a cegueira era definida como “a incapacidade de orientar-se por si mesmo em locais que

³⁶ Médico oftalmologista, membro da comissão de saúde ocular e prevenção da cegueira da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Texto transcrito a partir da fala do autor, por ocasião da sua participação no Ciclo de Debates.

frequenta habitualmente”. Essa é uma visão histórica, uma vez que desde os tempos da Antiguidade já se dizia que a cegueira era compreendida desta forma.

O segundo conceito: “A perda completa e definitiva de visão de ambos os olhos”, já admitia que fosse uma perda objetiva de uma função orgânica. Depois, a Cruz Vermelha nos trouxe dados quantificados, já colocou a cegueira como “a acuidade visual bilateral inferior a 1/10 de visão ou redução alterada do corpo visual”, já em 1938. Podemos ver que o conceito de cegueira é muito antigo. Em 1938 já se começou a busca do conhecimento através da quantificação, uma busca bem dentro dos moldes cientificistas da época. Já com Galileu, no séc. XVII, era proposta essa visão do mundo, através dos números.

Em 1955 há uma definição diferente de cegueira, uma vez que se limitara a quantificar a quantidade de campo visual que pode ser tomado como cegueira. Então, vamos ver o que existe atualmente.

Atualmente o Código Internacional das Doenças define a cegueira em seis níveis. Colocou um tipo de cegueira inicial, que difere totalmente dos conceitos antigos. Com este conceito, a pessoa que tem certo nível de visão, o qual lhe permite se movimentar bem, fazer algumas coisas, mesmo assim é vista como cega. Isso aí já é realmente uma afirmação dessa tirania do olhar, da qual o doutor Valton falou.

Tabela 1 - Cegueira no Código Internacional de Doenças

ACUIDADE VISUAL COM A MELHOR CORREÇÃO VISUAL POSSÍVEL		
Graus de Comprometimento Visual	Máxima Menor Que:	Mínima Igual ou Maior Que:
1	0,3	0,1
2	0,1	0,05
3	0,05	c. d. a 1m
4	c. d. a 1m	Percepção de luz
5	Ausência da percepção da luz	
6	Indeterminada ou não específica	

Vocês veem neste quadro (2) a divisão, a quantificação, os valores, o menor valor que é tido como cegueira e como poderia definir níveis, o mínimo em que pode pertencer aquele grupo. Então, vocês veem que existe um primeiro nível: a pessoa possui $3/10$ de visão o que é muitas vezes significativa. Eu já vi pessoas com menos de $3/10$ de visão dirigir, automóveis, ser motorista profissional. Dirigir sem acidentes. Dirigiu anos e tinha uma visão inferior a $3/10$ de visão. Quer dizer, terminantemente ele seria cego dentro do Código Internacional das Doenças, mas ele conseguia ter uma vida absolutamente normal, exercer uma profissão que tem exigências muito grandes, mas que conseguia exercer, sem dificuldades maiores, apesar de tecnicamente cego.

Vocês veem que nesse nível de cegueira, o primeiro nível, a pessoa tem $3/10$ de visão, no máximo. Vocês veem que o segundo nível de $1/10$; o terceiro nível de $1/20$, que possibilita somente contar dedos a uma distância de um metro; o quarto nível, de contar dedos a 1 metro; o quinto e o sexto níveis são ausência de percepção da luz. Quer dizer, a falta absoluta.

Quando é indeterminado ou não específico? Por exemplo, quando a pessoa não tem o olho, quando é feita uma nucleação do globo ocular, então, realmente é uma cegueira que fica indeterminada, não existe o órgão.

A seguir, vemos o conceito de acuidade visual, que é uma medida do desempenho visual, tomando como referência o ângulo de $5'$ (cinco minutos). Assim, tomando a escala decimal, seria a visão tomada como a unidade à visualização de um objeto de um tamanho determinado e que visto a uma distância do observador forme um ângulo de 5 minutos. A acuidade visual será de 0,1, se para ver um o mesmo objeto o observador tenha que estar a uma distância 10 vezes menor.

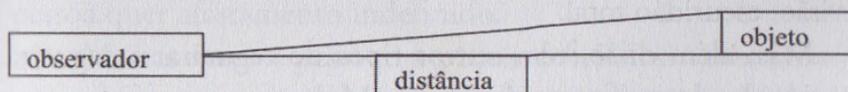


Figura 1 – Relação Observador - Objeto

Desse modo, o campo visual é a extensão da área de visão de um olho. A extensão no sentido horizontal é maior que o vertical e é tomado como parâmetro para a determinação de cegueira. O critério de cegueira é a existência de um campo de visão dez vezes inferior ao normal. Para aproximadamente 200°, a extensão horizontal do campo há cegueira quando ele é inferior a 20°.

Realmente, muitas vezes, a gente encontra pessoas com visão praticamente normal e que têm um campo visual pequeno. Você examina, quantifica uma quantidade de visão bastante melhor do que 3/10 de visão, terminantemente não cega, mas o campo visual é restrito e esse campo visual restrito traz embarços extraordinários, porque a pessoa tem passo inseguro, tropeça e vê somente uma ilha de visão. Quer dizer, num determinado ponto, ela vê. Fora daquele campo, ela não vê. Então, a pessoa tem uma dificuldade muito grande de deslocamento.

Assim, nós temos níveis de cegueira: 1. Econômica – para o exercício de atividade profissional: Grupos 1 e 2 do CID; 2. Prática – dificuldade para deslocar-se fora dos locais que frequenta: Grupos 3 e 4; 3. Absoluta – precisa de auxílio ou treinamento para deslocar-se: Grupos 5 e 8.

Têm uma cegueira econômica, os grupos um e dois, que vocês veem *aqui*. Partem de 3/10 de visão até 1/20 de visão. Isso é cegueira econômica. Do ponto de vista de emprego, do trabalho, ela terá dificuldades e possivelmente não terá condições de cumprir com suas tarefas. Do ponto de vista da cegueira prática, pertencem os grupos três e quatro, na qual a gente vê que vai de 1/20 de visão à não percepção da luz. A pessoa vai precisar, para seu deslocamento da ajuda de alguém, vai usar instrumentos, como bengala ou cães treinados. Tem também a cegueira absoluta, zero de visão, escuridão total.

Mas, além disso, têm outros tipos de cegueira: a cegueira emocional e específica profissionais. Muitas vezes a pessoa tem uma visão muito boa, mas ela é cega para determinadas coisas, determinadas profissões. Por exemplo, um piloto de avião. Ele

tem que ter um nível de visão extraordinariamente bom para que possa ser considerado apto para pilotar. Fora isso, ele é considerado cego para aquela profissão.

Então vocês veem que não existe, como antigamente tinha, uma forma absoluta de dizer o que é cegueira. Portanto, não fica muito simples a gente distinguir o que é cegueira, onde está a cegueira, uma vez que as exigências, a sofisticação da sociedade, determinam esses diferentes níveis. Como nós vivemos numa sociedade do olhar, como foi dito pelo Valton, há uma relatividade na definição de cegueira em todos os seus níveis. Quer dizer, num termo restrito, seria a pessoa que não vê e que tem dificuldade de andar, de fazer suas tarefas.

Em determinados termos, como profissional, o médico, o oftalmologista, vai ter que ter uma classificação para o paciente. Isso é como uma exigência social, porque a pessoa muitas vezes precisa obter os benefícios sociais, muitas vezes na previdência, outras vezes em concursos. Isso complica a dificuldade da definição, da classificação da determinação da cegueira. Isso é uma complicação muito comum, sendo motivo de relações bastante conflituosas entre os médicos e pacientes, sobretudo por causa, por exemplo, da questão da previdência. Você determina cegueira, a pessoa muitas vezes tem um olho cego e tem uma visão satisfatória no outro olho, então, as dificuldades econômicas muitas vezes empurram as pessoas em busca de benefícios efetivos, estáveis. Isso traz uma expectativa de obter recursos necessários para sua solução econômica. Acontece que, diante da objetividade dos exames, não acontecerão esses benefícios. Então, existe uma relação bastante conflituosa sobre esse aspecto. Sobretudo quando essa deficiência é provisória. Às vezes na deficiência provisória a pessoa quer afastamento indefinido.

Muitas vezes a pessoa tem uma deficiência visual, mas ela consegue exercer as suas atividades. No entanto, ela se julga sem condições de exercê-la. Eu vi, muitas vezes, pessoas de certa idade que, para obterem benefícios sociais, justo pela necessidade,

simulam, declaram uma acuidade visual muito abaixo da que na realidade apresentam. Realmente eu tomava uma postura sempre em favor das pessoas. Primeira coisa: a gente sempre deve acreditar no que as pessoas dizem. A subjetividade é uma coisa muito difícil, e que eu não sei trabalhar, não tinha competência para trabalhar a subjetividade das pessoas. Enquanto que por outro lado eu via também que a pessoa de certa idade, uma pessoa com um aspecto de ser uma pessoa com um caráter seguro, ir para uma perícia se humilhar, mentir, coisa que talvez nunca fizesse na vida. Realmente aquilo ali é uma coisa que, se não era uma doença em si, pelo menos a sociedade o fazia ficar doente.

Geralmente eu aceitava essas pessoas, salientando que aquilo não correspondia à realidade, mas aquilo era uma realidade mais social do que técnica. Eu estava lidando mais com uma deficiência da própria sociedade do que com uma deficiência da pessoa. Além disso, existem até pessoas que não têm acuidade visual suficiente que tecnicamente deveriam se afastar das suas atividades e que às vezes desejavam manter as suas atividades. Pessoas que trabalhavam ganhando comissão e que aquilo traria dificuldade para eles, ou que temiam perder o emprego. Elas não queriam que dissessem que elas são doentes, não queriam que fossem afastadas do trabalho, porque o temor também é um problema social.

Tenho uma amiga que trabalha na Petrobras e tem a visão muito baixa. Era tecnicamente cega, mas ela tinha um emprego muito bom e temia perdê-lo. Ela fazia todas as atividades, contanto que não necessitasse da visão. Ela fazia tudo para evitar... Geralmente, quando era preciso ler, ela transferia para colegas. Quando tinha algum assunto para resolver, ela discutia com os colegas para poder saber aquilo que tinha sido dado para fazer e transmitia as tarefas que deveriam ser tomadas. Isso aí é um outro lado da história: a pessoa que socialmente é cega, mas que não pode ser cega, também pelas pressões sociais. Realmente o aspecto conflituoso tem uma relação com a perícia e a lei. A

catalisação do nível da cegueira cria determinadas expectativas e tem a letra fria da lei.

Por outro lado, eu também gostaria de falar no assunto da reabilitação profissional. É realmente uma coisa que é dramática quando não deveria ser. Vou voltar a falar do homem que queria ser motorista e a cegueira iria impedi-lo, tolhê-lo da possibilidade de exercer a profissão dos sonhos dele, onde ele se realizaria, onde seria competente. Então, ele seria levado à reabilitação profissional. A reabilitação profissional, a gente tem que ver sob uma série de aspectos, porque a gente, dentro da nossa civilização hebraico-cristã, sabe que o trabalho é uma imposição, um castigo, quando na realidade o trabalho é uma coisa maior, uma coisa do homem passando a dominar a natureza, interagindo com a natureza e também se disciplinando e crescendo. Por exemplo, o Engels diz que a humanização se dá quando o indivíduo, pelo trabalho, conseguiu ter ação sobre o mundo. Então, vocês veem que ele colocou toda a humanização no trabalho, que é visto como uma coisa boa e não um castigo.

A reabilitação profissional trabalha para tirar a relação com o trabalho de um nível de castigo para ser uma atividade social. Isso é um problema da área de inclusão. O que se deve colocar é que, de uma certa maneira, a passagem do indivíduo de um tipo de trabalho no qual ele era competente, para um outro tipo de trabalho no qual ele tem que se iniciar para criar competências e satisfação, embora seja doloroso, é uma necessidade importante, uma vez que tem a ver com aquilo da contribuição dele à sociedade como um todo. Então, a reabilitação é para que ele se sinta satisfeito, como em um ato de solidariedade à sociedade. O que está sendo incentivado é justamente o caminho contrário: a quebra dessa solidariedade, a individualidade que está acima de tudo, o consumismo, como falou Valton. Estes são realmente elementos que constituem o espírito da sociedade e que tornam esse aspecto de reabilitação profissional um problema bastante complicado.

Então, a colaboração da inclusão social, em determinado momento, vai ser jogada para outro nível. Normalmente coloca-se à questão no indivíduo, na possibilidade dele crescer pessoalmente, ir à condição de cidadão. Mas temos que ver esta questão no aspecto mais amplo, no aspecto político, para criar uma sociedade solidária, não individualista e que não se fique olhando somente para o próprio umbigo.

Para que se tenha uma visão satisfatória é necessário ter: (1) meios oculares transparentes que permitam que as imagens dos objetos cheguem integralmente na retina; (2) integridade dos receptores da retina que possam receber as imagens do meio para encaminhá-las para o cérebro e (3) vias ópticas funcionando para conduzir os impulsos desencadeados pelas imagens vistas e que essas cheguem sem alterações ao cérebro.

Então, para que se caracterize a visão, é preciso percorrer um longo caminho: do olho vai pelas vias ópticas até chegar ao cérebro, uma vez que na realidade quem vê não é o olho. O olho é apenas o receptor. Quem vê é o cérebro. Por isso, muitas vezes, a pessoa tem um aparelho receptor perfeito, recebe a imagem, mas muitas vezes ele tem a cegueira cognitiva. Quer dizer, a pessoa vê e não sabe o que é que está vendo. Então, a quantificação da visão depende muito desse aspecto cerebral. A imagem é vista pelo cérebro e vai sofrer as influências de outras áreas cerebrais.

Passemos às causas da cegueira em crianças, adultos e idosos:

- (1) Congênitas: glaucoma, catarata, enfermidades infecciosas.
- (2) Adquiridas: traumatismos, hipovitaminose A, oftalmia dos recém-nascidos, desnutrição, sarampo

As causas da cegueira em adultos são um pouco diferentes das infantis, como podemos ver a seguir: glaucoma, retinopatia diabética, acidentes de trabalho, tracoma, oncocercose, ceratopatias, atrofia do nervo óptico. Nos idosos, as causas principais são: Catarata, Degeração Macular relacionada com a idade, Glaucoma.

Tem algumas doenças que causam a cegueira na infância. Geralmente são congênitas e outras são adquiridas. Eu chamo atenção para a hipovitaminose A, que é tida como uma das maiores causas de cegueira no mundo. Eu já fiz diversas pesquisas e nunca encontrei algo que afirmasse sobre a hipovitaminose A causando cegueira. Realmente isso aí é uma festa para os laboratórios, a indústria farmacêutica, realmente ganha muito dinheiro à custa de vender essas vitaminas. Muitas delas não têm nenhuma influência positiva sobre o organismo. O que acontece, como causador de muita cegueira, é a desnutrição.

Apontada como causa da cegueira, a diabetes vem crescendo ultimamente. Inclusive, li há algum tempo, que no século XIX, a burguesia inglesa era obesa e os trabalhadores eram todos esqueléticos. No século XX essa coisa mudou. O pessoal das elites da Inglaterra, depois dos anos 50, passou a ter um peso razoável, pessoas realmente esbeltas e o trabalhador passou a ser obeso. Então, de certa maneira, inclusive obesidade e retinopatia dialética são coisas que vêm associadas à má alimentação, aos alimentos com carboidratos, que são de baixo custo, e que é mais acessível. Os carboidratos podem levar à obesidade. Outros elementos, como as proteínas, que são muito mais saudáveis, realmente podem tornar o indivíduo mais esbelto, mais saudável.

A Oncorcercose é uma doença que cega multidões e multidões, chamada "Cegueira dos Rios". Há pouco tempo um laboratório afirmou que tinha descoberto um antibiótico que eliminava e combatia de maneira muito eficaz a Oncorcercose. O laboratório ofereceu para os governos africanos passarem um ano testando o medicamento. Quer dizer, a generosidade dele era para criar uma dependência dos governos africanos a esse laboratório. Mas o pior não está aí. Para resolver o problema da Oncorcercose basta colocar água natural à disposição. Ou seja, se você colocar água potável disponível para a população, você praticamente leva quase a zero a Oncorcercose. Então, isso aí está atrelado a um problema político. Quer dizer, o poder econômico

não tem interesse em ver as populações com um nível de vida melhor, porque isso é perigoso, já que ele pode perder privilégios. Então eles não têm interesse nenhum de resolver a Oncocerose pelo método mais humano, mais prático e mais seguro. O Valton falou, em uma das crônicas dele, na Rádio Universitária, sobre o filme *O Jardineiro Fiel*, no qual a indústria farmacêutica impunha determinados medicamentos e fazia suas experiências. Coitado de quem se metesse no meio dela: seria atropelado. Eles atropelaram mesmo o personagem que quis se opor ao jogo sujo que eles faziam. O mesmo acontece com a pesquisa de alguns tipos de cegueira.

Vocês veem também aí o idoso. Existem quadros que dão uma cegueira no idoso que são reversíveis. Mas o que me chama mais atenção é o aspecto da Degeneração Macular relacionada com a idade. Realmente é um problema sério que, no momento, está crescendo à medida que as populações estão vivendo mais. A expectativa de vida tem dado saltos nos últimos anos e é um problema que cresce.

Vemos, a partir do que falei, que a cegueira biológica se alia aos aspectos sociais para se fazer visível. Não podemos, deste modo, deixar de analisar os dois aspectos envolvidos na compreensão do fenômeno da cegueira: o biológico e o social.

MESA-REDONDA III

Tema - Inclusão na UFC: Alunos com Deficiência Visual na Sala de Aula

Data/horário: 4ª feira, 24 de maio de 2006, de 14 às 16 horas

Local: Sala C – Anexo da Biblioteca da Medicina, 1º andar – Campus do Porangabuçu – Rua Alexandre Baraúna, 949, Rodolfo Teófilo (Entrada pelo Hospital das Clínicas)

Palestrantes:

Profª. Luciana Lobo (Coordenadora do Curso de Psicologia/UFC)

Ana Kristia da Silva Martins (aluna da Psicologia/UFC, 2º período)

Prof. Dr. Cláudio Marques (Doutor em Educação Superior, área de Avaliação Educacional, Prof. de Metodologia Científica - Faculdade de Educação/UFC)

Donaldo Bezerra de Lima (aluno da Pedagogia/UFC, 4º período)

Mediadora:

Profª Drª Vanda Magalhães Leitão (Faculdade de Educação/UFC, Coordenação do Projeto UFC Inclui)

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DE VISÃO DE PSICOLOGIA DA UFPA

Luizimar Lopes

Participo do ciclo de debates do Projeto UFPA, coordenado pelo coordenador do curso de Psicologia da UFPA e orientado por supervisores de estágio na área de Psicologia Escolar/Educacional. A partir desses debates, faço neste artigo uma reflexão introdutória e respeito não apenas ao processo de inclusão de alunos com deficiência de UFPA, mas também do processo brasileiro de inclusão/exclusão das pessoas com deficiência escolar no Brasil.

Como sempre, quando se fala em inclusão, a primeira coisa que vem à mente é a inclusão social, política e econômica. Porém, neste artigo, quero falar sobre a inclusão escolar.

Quando se fala em inclusão escolar, não se trata de simplesmente colocar o aluno com deficiência em uma sala de aula, mas sim de garantir que ele tenha acesso a todos os recursos necessários para aprender e se desenvolver. Isso inclui a adaptação do currículo, o uso de recursos tecnológicos e a formação dos professores para lidar com a diversidade. Além disso, é importante considerar o contexto social e cultural do aluno, pois isso pode influenciar sua aprendizagem. Portanto, a inclusão escolar deve ser entendida como um processo contínuo e coletivo, que envolve a participação de todos os envolvidos na educação. Dessa forma, podemos considerar que um projeto que se pretenda verdadeiramente inclusivo deve ser planejado em toda a sua abrangência, destacando-se assim a presença de um espaço dialógico, no qual os mais diversos atores, advindos dos mais diferentes espaços institucionais, possam dar a sua contribuição ao assunto.

Psicólogo e professor da UFPA, coordenador do curso de Psicologia. Foi integrante representante dos corpos acadêmicos da Filial da Associação de Militares Distritais e da comissão a comissão de verificação a partir do processo de registro do verbal coletivo de membros legais. O registro do coletivo de membros da comissão de verificação foi realizado em 1998, com a finalidade de verificar a validade, o conteúdo e a forma do documento. O registro do verbal coletivo de verificação, realizado em 1998, foi realizado em 1998, com a finalidade de verificar a validade, o conteúdo e a forma do documento.

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFC

Luciana Lobo Miranda³⁷

Participo do ciclo de debates do Projeto UFC Incluir como coordenadora do curso de Psicologia da UFC e professora e supervisora de estágio na área de Psicologia Escolar/Educacional. A partir desses lugares, faço neste artigo uma reflexão introdutória a respeito não apenas do processo de inclusão de alunos com deficiência na UFC, mas também do tortuoso processo de inclusão/exclusão existente na educação escolar no Brasil.

Como ponto de partida, vale ressaltar a iniciativa da atual gestão de inserir na agenda de uma Universidade Pública a discussão a respeito da inclusão dos alunos com deficiência, sobretudo pelo formato escolhido, que compreende não um falar **para** os alunos com deficiência, ou um falar **sobre** os alunos com deficiência, mas falar **com** eles. Em nossa mesa-redonda estiveram presentes alunos com perda visual (tema em questão) para dialogar e propor estratégias para dar condições dignas no cotidiano desta instituição educacional. Desta forma, podemos considerar que um projeto que se pretenda verdadeiramente inclusivo deve sê-lo em todo o seu processo, destacando-se assim a presença de um campo dialógico, no qual os mais diversos atores, advindos dos mais diferentes espaços institucionais, possam dar a sua contribuição ao assunto.³⁸

³⁷ Psicóloga e professora da UFC. Coordenadora do curso de Psicologia.

³⁸ O dialogismo representa um dos conceitos fundamentais da Filosofia da Linguagem de Mikhail Bakhtin e diz respeito à construção da verdade, a partir de um processo de interação verbal composta de inúmeras vozes: "O método dialógico de busca da verdade se opõe ao monologismo oficial que se pretende dono da verdade acabada, opondo-se igualmente à ingênua pretensão daqueles que pensam saber alguma coisa. A verdade não nasce, nem se encontra na

Como anunciei acima, esta reflexão será pautada a partir de dois lugares. Uma como coordenadora de um curso que tem alunos com deficiência e outra como professora e supervisora de estágio na área de Psicologia Escolar/ Educacional da UFC. É exatamente por este segundo lugar que gostaria de começar. Seja nas discussões e orientações de trabalhos das disciplinas da Psicologia Escolar, seja nas supervisões de estágios curriculares de alunos em nosso curso, percebo a dificuldade da implementação de políticas públicas de educação que promovam verdadeiramente a inclusão em nossas escolas. As barreiras são inúmeras.

Começemos pela questão conceitual. Ao longo de nossa história, passamos por significantes tais como “anormais”, “excepcionais”, “deficientes” até chegar ao termo Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) para tratar daqueles que nos parecem diferentes e que, por assim o serem, mereceriam uma “educação especial”. Se por um lado o termo PNEE representa um avanço, pois tenta tirar o peso do estigma dos significantes anteriores, por outro, ainda coloca a necessidade especial no aluno e não na relação pedagógica contextualizada, no processo educacional, no qual a aprendizagem acontece e este aluno está inserido (CROCHIK, 2003).

Podemos citar outros fatores de ordem extra e intraescolar. Como fator extraescolar, destaca-se o fato de não vivermos numa sociedade inclusiva. Ao irmos ao cinema, pegarmos um ônibus, fazermos compras, ou solicitarmos serviços de outrem, não é comum vermos pessoas PNEE. As razões são múltiplas, desde as mais evidentes, tais como as barreiras arquitetônicas e de infraestrutura de nossas cidades, às mais sutis, como as barreiras “invisíveis” e não menos perigosas, traduzidas em estigma e preconceitos presentes na constituição de nossa cultura moderna ocidental que produz uma subjetividade que tende a segregar e

cabeça de um único homem; ela nasce entre os homens, que juntos a procuram no processo de sua comunicação dialógica.” (BAKHTIN, 1981, p. 94).

excluir tudo aquilo que é “diferente” (do que está estabelecido dentro do padrão da normalidade) à média.

Assim, mesmo correndo o risco de reduzir a complexa inserção da função social da escola, podemos pensá-la como um lugar de produção e reprodução da ordem societária. Dito de outra forma, *grosso modo*, as relações de poder produzidas numa sociedade preconceituosa que tende a rechaçar o desconhecido e impor valores hegemônicos de normalidade, tendem a ser reproduzidos e capilarizados no espaço intraescolar³⁹, onde podemos destacar o que chamo de “desejo de homogeneidade”, como condição da escola moderna.

Se na Idade Média, o que se via era uma escola para poucos e não obrigatória, que para olhares contemporâneos beirava à promiscuidade⁴⁰, a Modernidade ao proporcionar a escola para todos, como condição básica de cidadania e ascensão social, também inventa a escola serializada, separada ora por gênero, ora por faixa etária, ora por desenvolvimento cognitivo (e em alguns

³⁹ Foucault (1977) mostrou como o surgimento e o avanço do poder disciplinar ajudou a constituir a objetivação dos corpos dos indivíduos. Este poder desenvolveu-se a partir dos séculos XVIII e XIX, com a constituição dos Estados Modernos das sociedades europeias, imprimindo nova modalidade de ação de poder, enquanto dispositivos formados por práticas discursivas e não discursivas, que têm como função a dominação, a partir da vigilância hierárquica; da sanção normalizadora e do exame. A estratégia não é mais apenas a repressão para a manutenção da ordem, mas a estimulação, o incentivo, produzindo sentimentos e condutas até então inexistentes, disseminando-se anonimamente pelo corpo social. O filósofo coloca a escola como um dos *loci* privilegiados ao lado do exército, hospital e prisão de engendramento e manutenção do poder disciplinar.

⁴⁰ A este respeito ver Ariès (1981). O historiador mostra a infância e consequentemente a escola como nós conhecemos como uma invenção da Modernidade. A título de ilustração vejamos este trecho: “Vi estudantes na escola, diz Robert de Salisbury no século XII. Seu número era grande (podia ser superior a 200). Vi homens de idades diversas: *pueros*, *adolescentes*, *juvenes*, *senes*, ou seja, todas as idades de vida, pois não havia uma palavra para designar adulto, e as pessoas passavam sem transição de *juvenes* a *senes*.” (p.108).

casos na combinação destes fatores), como condição favorável à aprendizagem. De certa forma produziu-se assim um “desejo de homogeneidade” como condição favorável à aprendizagem.

Vale ressaltar a contribuição do saber *psi* para este “desejo de homogeneidade” presente em nossas escolas. Durante anos, a presença de classes especiais nas escolas regulares foram “alimentadas” por laudos psicológicos, advindo de testes psicométricos, com o intuito de legitimar a exclusão de crianças com alguma “deficiência”. Patto (1997) nos mostra como a razão psicométrica, durante muito tempo o maior instrumento do saber psicológico, ajudou a segregar milhares de crianças e colocá-las em classes especiais, as quais, na realidade da escola pública brasileira, representam verdadeiros depósitos da condição de não aprendizagem. Se por um lado não se pode negar a necessidade de uma educação específica para necessidades também específicas, por outro o que significa estabelecer determinados espaços educacionais especiais como únicos legítimos à socialização e aprendizagem de alunos PNEE?

Outro fato importante que merece ser ressaltado é que este desejo de homogeneidade também tende a segregar aqueles que, mesmo não sendo PNEE, fogem aos padrões de normalidade. Assim, em nosso cotidiano escolar, discriminamos os gordos demais, os baixos demais, os altos demais, os negros demais, os míopes demais, numa infinidade capilarizada de produção de estigmas (GALLO e SOUZA, 2004). Assim, a questão da inclusão no cotidiano escolar compreende uma verdadeira mudança de paradigma na educação: da aprendizagem através da homogeneidade, para a aprendizagem através da diversidade. Considero também relevante para tal pensar, a especificidade na diversidade. E isso certamente não se dá da noite para o dia.

Quais são as necessidades específicas de pessoas PNEE com perda visual? E mais ainda, pensando no campo da Psicologia, como olhá-los para além de pessoas PNEE, mas como sujeitos, e como tais dotados de singularidades, que sonham, pensam e desejam?

Assim, não basta apenas fazer uma capacitação ou garantir a acessibilidade, mas as políticas públicas em educação que queiram verdadeiramente pensar a inclusão, devem pautá-la em seu cotidiano, através de um trabalho sistemático que analise a produção de sentido existente na escola a partir do trabalho inclusivo. Deve-se proporcionar um campo de reflexão onde medos e angústias possam ser trabalhados, onde se pautem o preconceito, onde se trabalhe o conhecimento das necessidades em questão, enfim um trabalho de fortalecimento de grupo e da escola em seu papel político. E penso que, nesta medida, a Psicologia escolar/educacional, também preocupada com novos rumos para além da Psicometria, e do atendimento clínico nas escolas, pode ter muito a contribuir.

Vale ressaltar que a escola também é um lugar de transformação e de resistência. Vemos diariamente em nossas escolas, principalmente nas públicas, professores, alunos e funcionários que tentam não se acomodar, que buscam estratégias para tornar a escola o ambiente positivo de aprendizagem, apesar de todas as condições adversas.

Sem a menor pretensão de ter minimamente esgotado o assunto, passo ao segundo ponto desta reflexão, balizado na nossa realidade do curso de Psicologia da UFC. No Departamento de Psicologia temos a iniciativa do LOCUS- Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental, coordenado pela professora doutora Zulmira Aurea Cruz Bonfim, que tem como uma das linhas de estudo a acessibilidade. Este trabalho é desenvolvido a partir de oficinas, através de parceria com instituições públicas e privadas, em que se pretende vivenciar algumas situações peculiares, a partir das quais seja possível sentir e compreender a diferença, e, conseqüentemente, tratar com a devida dignidade e respeito o diferente. A alteridade é experimentada em sua forma vivencial. Na semana de Psicologia de 2005, por exemplo, vimos alunos não PNEE andando em nossos corredores com cadeiras de rodas e muletas, experimentando por algumas horas as dificuldades

diárias daqueles que, por serem portadores de alguma dificuldade de locomoção, enfrentam o espaço cotidiano da Universidade.

Atualmente vivemos, em nosso curso, a implementação das novas diretrizes curriculares. Consta em nosso, Projeto Político Pedagógico o apoio às Ações Afirmativas da UFC, dentre elas a inclusão de alunos PNEE. Considero este fato relevante visto que se trata de um avanço, pois o curso se compromete institucionalmente, haja vista que o nosso PPP foi amplamente discutido na comunidade e foi aprovado em todas as instâncias deliberativas.

No entanto, faz-se necessário um efetivo empenho de todos e especialmente daqueles que, assim como eu no momento, venham ocupar cargo de gestão, para que tais ações programadas possam sair do papel e ganhar a realidade cotidiana. Acredito que, pouco a pouco, estamos avançando neste processo. Porém, o que vemos ainda é um despreparo de nós, docentes, mas também dos discentes e do corpo gestor, em lidar com a inclusão. Vejo que ainda estamos agindo de forma reativa e não propositivamente.

Vejam os. Nos últimos anos quando tivemos uma aluna cadeirante, procuramos adaptar o nosso banheiro, com porta mais larga e barras. No entanto, o espaço do banheiro, na verdade, estava - e ainda está - longe dos padrões exigidos para que ele possa ser considerado um banheiro com acessibilidade haja vista, por exemplo, que o vaso sanitário não foi adaptado e o tamanho do banheiro não permite qualquer manobra da cadeira de rodas. Se no próximo semestre tivermos um aluno cadeirante do sexo masculino, o rapaz poderá passar pelo constrangimento de ter que ir ao banheiro feminino, pois só este foi reformado. Outra questão foi que, apenas no final da formação da aluna é que foi marcado o local do estacionamento especial, ao lado da rampa, o que permitiu, por inúmeras vezes, que pessoas não cadeirantes estacionassem na vaga destinada aos cadeirantes.

Atualmente estamos com duas alunas com níveis distintos de perda visual. O que temos procurado fazer é ouvi-las em relação às suas necessidades. É possível ter aula no segundo andar?

Como proceder em sala na avaliação? Para isso temos procurado ouvi-las. Acreditamos que os sujeitos PNEE não devam ter pequenas “facilidades”, como serem dispensados de uma aula prática que exija a vidência, mas, ao contrário, devemos pensar em alternativas que lhes garantam o acesso ao conhecimento, como qualquer outro aluno, e assim temos que pensar numa estratégia pedagógica que substitua a atividade em questão. Neste sentido, recentemente instalamos no computador da coordenação o sistema DOSVOX, através do qual já foram aplicadas algumas provas. Temos procurado fazer o acompanhamento com os docentes que tenham carga prática que implica vidência, como o relatório de lâminas no microscópio, a fim de pensar em procedimentos alternativos.

Penso, porém, no desafio que teremos, se nos próximos semestres recebermos um aluno surdo-cego. Que adaptações deveremos fazer? Que procedimentos metodológicos precisaremos adotar em nossas aulas? Para tanto, devemos desde já pensar na gama de possibilidades de cada especificidade das necessidades especiais. Vale ressaltar que tais procedimentos se somam ao aspecto anterior que destaquei, de pensar o aluno PNEE como um sujeito e como tal dotado de uma singularidade que merece ser respeitada.

Referências Bibliográficas

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética em Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

CROCHIK, J.L. Atitudes a respeito da Educação Inclusiva. *Revista Movimento*, Niterói, n. 7, 2003, p. 19-38.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GALLO, S. e SOUZA, R.M. *Educação do preconceito: ensaios sobre poder e resistência*. Campinas: Alínea, 2004.

PATTO, M.H.S. Para uma crítica da Razão Psicométrica. *Psicologia USP*, São Paulo, 1997, v. 8, n.1, p. 47-62.

UFC. *Projeto político pedagógico psicologia*. 2006. (Mimeo).

ENXERGANDO A UFC PELOS OLHOS DE UMA ESTUDANTE CEGA

Ana Kristia da Silva Martins⁴¹

Espero que todos estejam conscientes das vantagens e desvantagens de um relato de vivência pessoal. Se por um lado, este tipo de texto possui todas as vantagens que a realidade pode oferecer, por outro lado apresenta as limitações referentes a qualquer história individual, que não tem por objetivo criar regras gerais aplicáveis a todos os alunos com deficiência visual, uma vez que cada um possui uma individualidade e limites e potencialidades próprias.

Não é meu desejo ensinar a professores ou alunos a melhor forma de proceder em sala de aula, pois, para isso, minha experiência particular não seria suficiente. Contudo, ao longo deste texto, é possível inferir algumas coisas que são indispensáveis a um bom convívio em sala de aula entre aluno com deficiência visual e seus colegas, bem como deste com seu professor.

Sou aluna do 2º semestre do curso de Psicologia da UFC e ingressei nessa instituição através do exame vestibular, como qualquer outro aluno, com a diferença apenas no modo como eu fiz a prova. Todas as questões da minha prova eram idênticas às que estavam nas provas dos outros candidatos, porém como eu não podia ler o conteúdo da avaliação como as outras pessoas, a Coordenadoria de Concursos Vestibulares (CCV) disponibilizou uma pessoa para me auxiliar no teste, fazendo o papel de leitor para mim. Na primeira fase do concurso vestibular, ele lia todas as questões, eu respondia, e ele marcava as alternativas escolhidas por mim na prova e no cartão-resposta. Na segunda fase da seleção, a situação foi semelhante, com a particularidade de que as respostas não eram mais objetivas, mas subjetivas.

⁴¹ Estudante de Psicologia/UFC, 2º período.

Mesmo assim estas foram ditadas por mim ao ledor, que as transcreveu para a prova.

Desde o meu ingresso na UFC tenho vivido experiências diversas todos os dias. Quando eu cheguei ao campus da Universidade, na verdade muito já se havia falado sobre mim, não somente por causa da preocupação da coordenadora, visando atender minhas possíveis necessidades, mas também em decorrência da curiosidade despertada por uma situação considerada nova: uma aluna cega.

Esta apreensão das pessoas com relação a quem seria esta nova aluna com deficiência visual é despertada em grande parte pelo preconceito rodeado de ironia, o que é expresso de modo geral pela expressão: “nossa, ela passou em Psicologia, é uma heroína!” As pessoas ao nosso redor têm sentimentos diversos para com os deficientes visuais e quando não é o preconceito, muitas vezes é a piedade. No entanto, através do convívio muitas dessas ideias podem ser desfeitas.

Quando chegou o dia da minha primeira aula, tudo aconteceu naturalmente porque não é em todas as aulas que você precisa ver, ou seja, a visão não é um pré-requisito para ser bem-sucedido na faculdade. Pelo contrário: como a maioria das minhas aulas é muito mais discursiva, não há grandes dificuldades para acompanhá-las, principalmente porque os professores por vezes sequer utilizam o quadro como auxílio fundamental para a compreensão.

Vale ressaltar, porém, que cada disciplina é diferente, cada professor tem a sua maneira de dar aulas e é claro que um aluno cego tem suas limitações. Ele não encontra problemas, por exemplo, para participar de um debate, no qual é mais importante ouvir o que os outros estão falando do que ver o rosto do interlocutor. Todavia, há momentos em que precisa realmente da visão e nessas ocasiões o que fazer? Uma postura que eu tenho adotado até agora é o diálogo inicial com os professores. Já no primeiro dia de aula eu lhes informo do meu problema de visão para que possamos conversar desde o começo sobre a maneira como ele

ministrará as aulas, suas avaliações e outras questões pertinentes. Existem algumas disciplinas que exigem uma maior atenção que outras, mas afinal, em sala de aula, a questão principal é o acesso ao conteúdo, que deve ser garantido ao aluno com deficiência assim como o é para os outros estudantes, porque no final todos serão avaliados da mesma forma. Minhas provas podem ser feitas de um jeito diferente, mas assim como no vestibular elas são iguais às dos outros em relação ao conteúdo.

O acesso ao conhecimento é mais difícil em algumas disciplinas, cujas aulas eu chamo de *aulas visuais*. Como exemplo, cito as aulas de Estatística, nas quais há muitos cálculos que são copiados no quadro; Anatomia, na qual o professor utiliza-se muito de ilustrações para apresentar as estruturas humanas para a classe; e mesmo aulas práticas de biologia, que são no laboratório e exigem o manuseio do microscópio. No entanto, mesmo nesses casos tudo pode ser resolvido através do diálogo.

Vou relatar como aconteceu comigo. No caso de Estatística, a questão foi resolvida com a simples atitude da professora de narrar o que estava escrevendo no quadro enquanto expunha o conteúdo ou quando resolvia exercícios. Por sua vez, em Anatomia, além da colaboração do professor, é muito importante a colaboração dos meus colegas, porque embora no princípio o professor tenha tido cuidado e atenção comigo, de vez em quando ele se esquece da minha situação, além de que existem outros alunos na sala que também precisam de ajuda. Ressalto, pois, o papel fundamental da interação com os colegas que estão aprendendo junto com a gente. Essa interação é bastante interessante e proveitosa, pois uns vão aprendendo com os outros aquilo que não podem conhecer naturalmente.

Nas aulas de laboratório de biologia o objetivo da prática era a observação, com posterior representação da estrutura vista ao microscópio e, mesmo nesse caso, a situação foi solucionada de modo fácil e útil para ambas as partes. Ao término das aulas a avaliação consistia na observação e identificação da estrutura

mostrada pela professora ao microscópio. Diante da impossibilidade de ser avaliada dessa maneira, a professora solicitou-me um trabalho escrito contendo a descrição das estruturas estudadas no laboratório, o que me fez aprender através da pesquisa aquilo que os outros haviam aprendido através da observação/visão.

Os deveres do aluno com deficiência são similares aos de qualquer outro aluno: participar da construção do conhecimento em sala de aula e responder as solicitações do professor quanto a provas e trabalhos. Portanto, seus direitos ao conhecimento são os mesmos, já que dele será exigido tanto quanto os outros. As variações podem ocorrer no método utilizado para cobrar o conteúdo, respeitando a singularidade de um aluno com deficiência visual.

Em relação às avaliações, já fiz testes de várias maneiras, desde provas utilizando o Dosvox até provas escritas, incluindo provas orais e trabalhos como já mencionei anteriormente, havendo alguns testes que fiz com uma pessoa lendo e copiando as respostas para mim. A escolha do método utilizado para a realização da prova varia de acordo com o caráter da disciplina e a especificidade do conteúdo que será exigido.

Tudo isso corresponde ao modo como eu tenho desenvolvido as minhas atividades na Universidade, e algumas coisas podem ser utilizadas também por outros alunos cegos como eu, e outras coisas podem também ser totalmente estranhas a eles. Como eu disse no início, nada é regra absoluta. O fato de não enxergar não acaba com a singularidade de cada pessoa, transformando os deficientes num tipo padronizado de pessoa por causa de sua limitação.

Espero ter conseguido alcançar o meu objetivo, que era mostrar que é possível que uma pessoa cega esteja na Universidade como um aluno e até mesmo como um bom aluno, desde que cumpra com suas obrigações, participando, aprendendo, construindo conhecimento e profissionalizando-se. É claro que uma pessoa com alguma deficiência possui necessidades especiais. Eu preciso de várias coisas que os meus colegas não necessitam, mas isso também faz parte. Confesso que em alguns momentos me

sinto um pouco chateada por não poder aproveitar certas coisas por causa da minha deficiência. Contudo, nessas situações me lembro do que uma amiga me disse quando ouviu meu desabafo: - *Todo mundo é assim, tem coisas que a gente não consegue acompanhar quando o professor está explicando, mesmo que esteja enxergando tudo. Cada um tem suas limitações.* Por isso é bom interagir com os outros, pois o outro tem limitações e capacidades diferentes, que nos permite crescer juntos, através de uma colaboração mútua.

RELATO DE VIVÊNCIA COMO PROFESSOR DE UM ESTUDANTE CEGO DA PEDAGOGIA

Cláudio Albuquerque Marques⁴²

Primeiro eu queria expressar minha satisfação em ver que a universidade está caminhando por um percurso que requer a mudança de atitude por todo mundo. Incluir, trabalhar no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais na área de educação, não é fácil. Assim, quando a gente vê um grupo de pessoas trabalhando, organizando seminários, a gente vê que a universidade está no caminho correto. Podemos esperar que a gente possa ter um processo de inclusão de fato, que a gente possa incluir todos os alunos, e não apenas um processo de adaptação de toda a universidade, para que eles possam sobreviver.

Fico também satisfeito por ver que boa parte dos assuntos que eu iria abordar, vários aspectos relativos à avaliação, a Ana Kristia já abordou. Eu só vou chamar atenção para um ponto que muito me surpreendeu: a atitude dos alunos que fazem parte dessa universidade.

Boa parte da minha fala vai ser baseada na experiência que eu tive com o Donaldo, estudante cego da Pedagogia. Por todo o semestre em que estivemos juntos, o Donaldo me ensinou muita coisa. Principalmente me chamou a atenção para o fato de que nós temos que mudar algumas atitudes e valores, que não devemos simplesmente passar a mão na cabeça do aluno porque ele é um aluno com necessidades especiais. Não deve ser por isso que nós vamos passá-los. É o mesmo ponto que a Ana Kristia falou. Os alunos com deficiência têm que, de fato, exigir seus direitos. Nós, professores, não temos que fazer concessões para com eles. Nós precisamos planejar nossas aulas e nos preparar para ensinar a eles.

⁴² Professor do curso de Pedagogia da UFC. Texto transcrito a partir da fala do autor, por ocasião da participação deste no Ciclo de Debates UFC Inlui.

Lembro uma reunião na qual uma colega disse: - *Gente, eu estou, assim, meio perdida, porque entrou um aluno com deficiência visual, e eu não tenho a menor ideia de como é que eu vou trabalhar com esse aluno.* Naquele momento isso me soou como sendo uma preocupação particular da professora, mas pouco tempo depois eu encontrei o Donaldto na minha sala de aula e pensei: - *Bom, agora eu é que preciso ver como trabalhar com este aluno.* Então, isso mostra o quê? Que na universidade ainda temos muito o que aprender nessa área. Nós, como pessoas, vamos começar a abrir os olhos e, de fato, começar a mudar.

Quando a gente se depara com um aluno que exige um funcionamento diferente, especial, precisamos pensar o que fazer. Para discutir a experiência que eu tive na turma do Donaldto, tentei estruturar minha fala em dois pontos principais: o primeiro refere-se aos problemas que a gente enfrenta em sala de aula e o segundo ao que a gente pode fazer para ter um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Eu não tenho resposta para esse debate, talvez a gente vá questionar mais do que responder. A Ana Kristia tocou em um ponto que aconteceu também comigo na sala de aula. Quando comecei a ensinar ao Donaldto, eu estava cansado do pó do giz, eu vivia espirrando, e resolvi usar transparências. Preparei a aula toda bonitinha, peguei o retroprojetor, instalei e comecei a dar aula. Então, era aquela história: mostro um aspecto aqui, outro ali, sempre apontando para a transparência. E o Donaldto calado. Depois de certo tempo, o Donaldto parou a aula e disse:

- Meu caro professor, eu não estou entendendo absolutamente nada da sua aula. O que diabos quer dizer esse aspecto aqui, aquele acolá? Foi quando eu disse: - Bom, de fato, eu preciso ter um pouco mais de didática.. Se eu voltar a cometer esse erro, você me chama a atenção na hora, não deixe passar meia hora, porque você perdeu muita coisa!

Então, um dos grandes problemas que a gente enfrenta na universidade é a falta de um setor que trabalhe com a inclusão.

Esse trabalho tem que passar obrigatoriamente por elementos como infraestrutura física, capacitação de professores, disponibilização de recursos didáticos, e na UFC não temos um setor que trabalhe com isto. Então, talvez com o resultado desse projeto, a gente possa ter, dentro de seis meses ou um ano, uma melhor consciência das dificuldades. O que a gente deve fazer agora, associado a esse projeto de integração, de inclusão? Nós temos todo um conjunto de procedimentos que a gente considera padrão: de estar dando aula achando que aqueles alunos videntes é que são “normais” e que a gente não tem que se preocupar, nem com aqueles alunos superdotados, que também requerem um trabalho profissional, nem com aqueles alunos que têm dificuldades de aprendizagem. A gente simplesmente ignora, acha que todo mundo deve ser igual e passa pra frente. A gente tem um currículo. Do jeito que ele está organizado, será que vai oferecer uma oportunidade para que esses alunos com necessidades especiais possam, de fato, chegar ao final do curso com a capacitação adequada para trabalhar? Não sei. Outra coisa, metodologia a gente sempre utiliza: estratégias de aula, didática, prova, tudo a gente pensa no aluno “normal” e esquece dos outros.

Se a gente usasse um conjunto de instrumentos variados, a gente poderia abordar não só as necessidades desses alunos, como também de outros alunos. Nem todo mundo gosta de fazer prova, nem todo mundo gosta de assistir à aula expositiva todo dia. Então, se a gente começar a variar um pouco as nossas estratégias de aula, todos temos a ganhar. E associada a esses tipos de problemas, a gente tem também o maior deles: a representação inadequada que nós temos dos alunos com deficiência. Não achamos que eles estão ali porque são capazes, porque conseguiram vencer uma etapa que, até então, a gente achava que era intransponível. Quando a gente se depara com o aluno na universidade, como é que a gente representa esse aluno? É aquele aluno “coitadinho”, que a gente começa a criar alguns estereótipos, a achar que ele tem que ter privilégios, começa a criar algumas atitudes que, ao invés de ajudar, fazem é atrapalhar.

Vocês, estudantes, estão se preparando para exercer uma carreira, e lá na frente, vocês vão ter que andar sozinhos. Assim, nada de passar a mão na cabeça de ninguém, porque a vida vai cobrar uma formação de vocês e o local em que vocês vão encontrar formação apropriada é na faculdade.

Durante o curso, junto com esse conceito, esse preconceito que a gente tem para com os alunos com necessidades educativas especiais, há todo um peso que colocamos nas costas destes alunos: - *Você é responsável por vencer essas barreiras. Eu estou aqui só como facilitador, mas você que é o responsável.* De fato, tem que ser algo negociado entre professor e aluno, com uma visão integrada. Não adianta a gente pedir para o aluno se adaptar, porque vai chegar uma hora que ele não vai conseguir: Nós precisamos reconhecer ou conhecer quais são as habilidades, as potencialidades e as limitações destes alunos. Se a gente não souber isso, todo o processo de ensino-aprendizagem vai fracassar. Se tivermos baixas expectativas, o aluno não vai se desenvolver. Se tivermos expectativas muito altas, que a gente sabe que eles não poderão alcançar, nós vamos criar uma situação de frustração. Então, conhecer as necessidades do aluno com deficiência é importante e influencia todo o processo.

Passando para a sala de aula, o processo mesmo de ensino aprendizagem, a primeira questão a pensarmos é: quais são as competências, habilidades e conhecimentos que esse aluno, juntamente com todos os outros, deve ter adquirido ao final do curso? Não podemos, em hipótese nenhuma, negociar conteúdos. O relato da Ana Kristia foi superesclarecedor: havia atividades dentro da disciplina, como o uso do microscópio, tinha que descrever o que estava sendo visto. A professora podia muito bem ter tido uma atitude completamente inadequada, do tipo: *Já que você tem essas limitações, vamos passar.* Mais a frente, a aluna poderia ter uma série de dificuldades por não ter se envolvido nesse tipo de atividade. Outra coisa: poderia ter a autoestima abalada. Ana Kristia falou: - *Você pode mudar a forma, mas o conteúdo*

jamais pode ser diferente. Então, na disciplina que o Donaldo fez comigo, Pesquisa Educacional I, ele tinha que fazer um projeto de pesquisa, tinha que ir ao campo, tinha que andar pela faculdade, tinha que apresentar seu trabalho, como todo mundo. O Donaldo participou ativamente de todas as etapas da elaboração do instrumento, de tudo. Aquele era um processo pelo qual ele tinha que passar.

Era engraçado que o Donaldo sempre estava disposto, bem-humorado, nunca o vi com raiva. Chegava à sala de aula procurando o cantinho dele. Eu brincava: - *Donaldo, você já chega atrapalhando a aula, batendo, fazendo barulho.* Ele sempre descontraía a turma e, muitas vezes, exigia dos alunos um posicionamento. Então eu sempre brincava, respeitando, obviamente, a situação do Donaldo, mas isso criava um clima dentro da sala de aula, uma cooperação muito grande entre Donaldo e seus colegas.

O Donaldo sempre que podia, soltava piada dentro da sala de aula: - *Tá vendo, o ceguinho aqui é que sabe de tudo, vocês olham, enxergam, leem, no final das contas quem sabe sou eu.* Então, isso era um aspecto que, de fato, me impressionava e me levava a pensar: - *Bom, dessa forma o Donaldo vai chegar lá, porque ele tem interesse, ele tem discussão, ele tem tudo para vencer os obstáculos.* Ninguém pode, em nenhum momento, dizer que você vai ter que baixar o nível para ele, jamais.

Outra questão: que recurso a gente precisa para conduzir um processo de ensino-aprendizagem dentro de sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais? Quando a gente fala em recursos físicos, eles são os mais fáceis: constrói uma rampa aqui, adapta o banheiro, coloca um elevador, ou coloca uma marca de Braille na sala de aula, instala o DOSVOX. Tudo isso é fácil, muito embora ainda represente um desafio para a nossa universidade. Difícil é quando a gente entra na parte de recursos humanos, na nossa formação, aí é quando a gente vê a dificuldade! Mudar valores e atitudes, isso não é fácil! Se fosse, era uma beleza, o mundo não estaria do jeito que está.

Mudar os valores, as atitudes é, talvez, o maior desafio que se coloca para a universidade.

Na minha experiência com o Donaldo acontecia assim: toda vez que tinha uma dificuldade ele me chamava e dizia assim: - *Meu caro professor, eu estou com um problema sério, eu não tenho isso.* Na segunda, terceira ou quarta aula, eu não me lembro bem, falou: - *Professor, eu não tenho como acompanhar isso aqui, porque eu não tenho material, eu já procurei na internet, sobre todo esse assunto.* Até então, eu nunca tinha imaginado que existia o Dosvox, que eu poderia contribuir com esse processo. Então, o Donaldo me disse: - *Bom, se o senhor puder me entregar esse texto em formato digital, pelo e-mail, eu me viro.* Naquela época eu mesmo saía scanneando os textos porque via uma pessoa interessada, via todo esforço que ele fazia. Eu ouvi outros colegas da faculdade dizerem: - *Eu jamais vou fazer isso, eu não, isso não é da minha responsabilidade, tem que ter algum bolsista para fazer isso.* Mas, e se não tiver? Como na época não tinha, então eu tive que assumir isso e ir pra frente assim mesmo.

Acho que o Dosvox foi um recurso fundamental. Eu não sei na visão de vocês, mas eu acho que pode ser considerado um marco no processo de formação de alunos cegos porque a partir daí, qualquer texto que você encaminha naquele formato, pode ser acessado. Eu brincava com a turma: - *Gente, o Donaldo lê mais rápido que vocês.*

Para encerrar a minha fala, faço uma última reflexão: será que a universidade hoje, nós, professores, estamos trabalhando com a integração, com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais? Penso que ainda há muito trabalho a ser feito e acho também que vocês – Donaldo, Ana Kristia, assim como outros alunos com deficiência – são as pessoas que podem dar opinião pra gente que está atuando, não só em sala de aula, mas também em projetos como o UFC Inclui. Vocês podem nos dar sugestões e precisam nos chamar e exigir os direitos que têm.

Para concluir, quero dizer que a minha participação tanto neste debate quanto na disciplina que o Donaldo cursou foram oportunidades ímpares porque, a partir delas eu comecei a ver a questão da inclusão com outros olhos.

A INCLUSÃO DE UM ALUNO CEGO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFC

Donaldo Bezerra de Lima⁴³

Bem gente, primeiramente eu gostaria de falar sobre o que é a inclusão da pessoa com deficiência. A inclusão é um processo de autoaceitação desenvolvido pela pessoa com deficiência através de experiências próprias. Com essa autoaceitação, o indivíduo se sente melhor em relação a si mesmo, transmitindo esse sentimento de bem-estar para outras pessoas. Sem autoaceitação não é possível ter acessibilidade, nem participar de absolutamente nada que a sociedade venha, porventura, a oferecer. Se uma pessoa com deficiência não tem a capacidade de se aceitar, obviamente a sociedade também não a aceitará. Eu posso dizer isso com segurança, porque eu não me aceitava e sentia a rejeição das pessoas em todos os lugares. As pessoas me chamavam de doido quando eu pisava no pé de alguém. Hoje, quando piso no pé de alguém não ocorre nenhum constrangimento. É claro que as mudanças não aconteceram da noite para o dia.

Senti muita dificuldade de aceitar o sistema Braille que, para mim, era coisa de cego. Eu estava com uma grande perda visual e achava que não precisava do Braille. No entanto, consegui vencer esse obstáculo e aprendi o sistema Braille em apenas três meses, passando a ler e escrever, pois já não conseguia realizar essas simples atividades com a baixa visão.

Em seguida, conheci o Dosvox e tive muito trabalho para aceitá-lo. Achava que a voz robotizada do sistema era insuportável e não conseguia ler e escrever com ele de jeito nenhum. No entanto, nada como o tempo e a necessidade de superação dos obstáculos! Com a prática e o tempo, aprendi a usar os principais aplicativos do Dosvox, os quais me permitem ler livros, editar

⁴³ Estudante de Pedagogia da UFC.

textos, usar a internet etc. Hoje sei, inclusive, que posso escolher a voz que eu quiser ouvir, no âmbito da biblioteca de vozes armazenadas no sistema.

Quanto a minha inclusão na UFC, posso dizer que ela se dá principalmente pela minha própria autoaceitação, a qual desencadeia a aceitação dos meus colegas de sala de aula, dos meus professores e dos funcionários da universidade. Muitos dos meus colegas leem textos para mim, assim como muitos professores escaneiam textos no final de semana para que eu possa ler os mesmos, tendo acesso ao conteúdo da disciplina. Outra forma de acessibilidade na universidade é a Biblioteca Digital que escaneia os textos e envia através de e-mail. Esses textos são entregues já corrigidos, facilitando a leitura pelo computador. Em relação à matrícula, esta geralmente é realizada por funcionários da coordenação, que a fazem com muito prazer. Isso acaba sendo necessário porque o Dosvox não consegue navegar no site de matrícula.

Apesar do Dosvox apresentar dificuldades de navegação em diversos sites, trata-se de uma preciosa ferramenta, indispensável à pessoa com deficiência visual e que, em alguns quesitos, supera inclusive o Braille. Por exemplo, o volume que o Braille ocupa é imenso. E como no curso de Pedagogia temos muitos textos para leitura, o Braille não oferece a mesma versatilidade que o Dosvox para se pesquisar e realizar a leitura. Sem falar que a impressora é muito cara, o custo do papel também é alto e a leitura é lenta. Peço a vossa atenção para a minha fala! Não estou dizendo que o Braille seja inútil para a pessoa com deficiência visual. Estou afirmando simplesmente que esse sistema não se adequa às necessidades de leitura exigidas em uma universidade como a UFC, no curso de Pedagogia. Se não gostasse do Braille não trabalharia com crianças ensinando através do Braille e nem defenderia o seu uso junto à criança cega que está aprendendo as primeiras letras e/ou sendo alfabetizada.

Para que a inclusão social aconteça, torna-se necessário a quebra de paradigmas ou velhos conceitos que não levam a lugar nenhum. Somente assim, a pessoa com deficiência visual terá as condições fundamentais para a superação de dificuldades aparentemente intransponíveis, através da sua autoaceitação.

MESA-REDONDA IV

Tema - A Inclusão de Surdos no Ensino Superior: Desafios



Mesa-Redonda IV - Palestrante Falando e Intérprete Traduzindo para Libras

Data/horário: 5ª feira, 06 de julho de 2006, de 8 às 10 horas

Local: Auditório da Biblioteca do Centro de Humanidades
Bosque das Letras, Campus do Benfica

Palestrantes:

Profa. Dra. Vanda Magalhães Leitão (FACED/UFC. Pesquisadora na área de Educação de Surdos)

Profa. Ana Célia Clementino Moura (Departamento de Línguas Vernáculas. Membro da Comissão de Concursos Vestibulares – CCV/UFC)

Kátia Lucy Loureiro (Associação de Surdos do Ceará – ASCE – Instrutora de Libras)

Mediadora:

Ana Cristina Silva Soares, Ms (Comissão Organizadora do Projeto UFC Inlui)

ATENDIMENTO ESPECIAL NO VESTIBULAR

Atenção: Este Edital é o Anexo I do Edital de Inscrição nº 001/2010.

TEMAS

ATENDIMENTO ESPECIAL NO VESTIBULAR

Ana Célia Clementino Moura⁴⁴

O presente trabalho tem como foco principal fornecer informações relevantes sobre o atendimento especial que a Comissão do Vestibular da Universidade Federal do Ceará, da Coordenadoria de Concursos (CCV), presta aos candidatos que solicitam esse serviço. Embora esta ação sempre tenha existido, reportar-me-ei somente aos três últimos vestibulares, uma vez que só assumimos o cargo de coordenadora de área da atual Comissão em julho de 2003, ou seja, na gestão do professor René Teixeira Barreira.

A Comissão do Vestibular é composta pela presidente, professora Maria de Jesus de Sá Correia, e por nove professores que representam cada uma das disciplinas da Prova de Conhecimentos Gerais do concurso (no meu caso específico, Língua Portuguesa e Literatura) e um responsável pela área de Avaliação e Medidas Educacionais. Cada membro da Comissão, além de coordenar a elaboração, a correção e a revisão das provas, assume algumas outras tarefas que precedem ou se seguem à aplicação deste concurso. Em geral, este trabalho, diríamos, “além-prova”⁴⁵, é desenvolvido em duplas. E coordenar a área de atendimentos especiais compete a mim e a um colega, trabalho para o qual temos a colaboração de uma bolsista da CCV.

Para nós, na CCV, dar atendimento especial não se restringe a atender candidatos com necessidades educacionais especiais, mas

⁴⁴ Professora do Departamento de Letras Vernáculas do curso de Letras da Universidade Federal do Ceará e Coordenadora da Área de Língua Portuguesa na Comissão do Vestibular da UFC.

⁴⁵ Empregamos o termo “além-prova” para nos referirmos a outra atividade, diferente da de coordenar provas, como levantamento de locais de prova, alocação de candidatos por sala, treinamento de fiscais, coordenação de impressão de provas, coordenação da aplicação do concurso em outras cidades do Estado, nas quais estão envolvidos todos os membros da Comissão.

consiste principalmente em oferecermos condições especiais para a realização das provas tanto com surdos, cegos, deficientes físicos, quanto com pessoas que, por alguma razão, não podem, ou não devem, estar em contato com os demais candidatos. Por exemplo, no caso de o vestibulando estar com alguma doença transmissível como a varicela, a papeira, a tuberculose, nós o colocamos em salas isoladas ou, dependendo da gravidade do caso, atendemos em hospitais ou em suas casas. Ainda sobre os candidatos que devem ficar isolados, há o caso dos que têm problemas com a Justiça, ou seja, daqueles que estão cumprindo pena em regime de cárcere fechado. Assim como disponibilizamos fiscais para irem aos hospitais ou às residências, também vão fiscais para os presídios, a fim de possibilitar que candidatos que estejam nessa condição não sejam alijados do processo de seleção. Neste caso, os fiscais vão sempre acompanhados de um representante da CCV. Para as lactantes, disponibilizamos um espaço no qual ficam os bebês e as pessoas que deles cuidarão durante o tempo em que a mãe faz a prova. Além disso, há atendimento para os que comprovadamente têm outros tipos de problemas, às vezes de ordem psicológica, como fobia a lugares fechados. No caso dos cegos, eles podem solicitar um leitor, optar pela prova ampliada (no caso dos amblíopes) ou ainda por fazer sua prova em Braille; os surdos, por sua vez, requerem intérprete.

O candidato, ao solicitar atendimento especial, deve esclarecer a razão pela qual está requerendo tal tratamento. Essa solicitação deve ser feita logo que ele se inscreve, para que a “comissão de ensalamento”⁴⁶ não inclua seu nome em nenhuma das salas convencionais de aplicação de prova.

Como deixamos claro no início do nosso texto, deter-nos-emos na exposição dos “atendimentos especiais”, que foram realizados por ocasião dos três últimos vestibulares da UFC. Vale ressaltar, entretanto, que esse tratamento não acontece somente nos concursos vestibulares, mas em tantos outros realiza-

⁴⁶ Denominamos “comissão de ensalamento” os membros da Comissão do Vestibular que procedem a alocação dos candidatos nas salas de provas.

dos pela Coordenadoria de Concursos, já que há, para cegos e surdos, uma lei⁴⁷ que regulamenta essa ação, concedendo-lhes, inclusive, tempo adicional para responderem as provas. Recentemente, esse tipo de tratamento parece estar sendo motivo de preocupação legal para as grávidas e para as lactantes.

Em 2004, recebemos, para a 1ª etapa, cinquenta e três solicitações de atendimento especial; para a 2ª etapa, catorze, conforme se vê na Tabela 1. É importante ressaltar que, no caso dos atendimentos a surdos, cegos e deficientes físicos, os requerentes da 2ª etapa, obviamente, serão os mesmos da 1ª etapa, o que pode não acontecer com os que apresentam algum problema de saúde. Por exemplo, a pessoa que solicitou atendimento especial na 1ª etapa por estar com varicela, certamente não continuará com esta mesma doença infecciosa por ocasião da 2ª etapa. Lê-se, no quadro abaixo, a relação de atendimentos especiais do vestibular de 2004.

Tabela 1 - Distribuição de Número de Atendimentos Especiais no Vestibular de 2004

	Atendimento na 1ª Etapa	Atendimento na 2ª Etapa
Deficiência auditiva	04	—
Deficiência visual (leitor)	04	02
Deficiência visual (ampliada)	04	02
Deficiência visual (ampliada+computador)	01	01 (Dosvox)
Deficiência física	06	—
Outros atendimentos	33	09
Total de candidatos com atendimento especial	53	14

⁴⁷ Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e o Art. 27 incisos I e II do Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

Em se tratando especificamente dos surdos, conforme se vê no quadro acima, nenhum dos quatro candidatos foi aprovado para a 2ª fase do vestibular. Já no que diz respeito aos cegos, as chances se evidenciam como bem maiores: dos nove que gozaram de atendimento especial na 1ª etapa, cinco continuaram participando na 2ª fase, inclusive tendo, um deles, a possibilidade de usar o Programa de Computador DOSVOX.⁴⁸

Considerando os candidatos que declararam ter deficiência auditiva, visual, motora ou qualquer outra, em se tratando do vestibular de 2005, os dados ficaram distribuídos como se vê no gráfico abaixo:

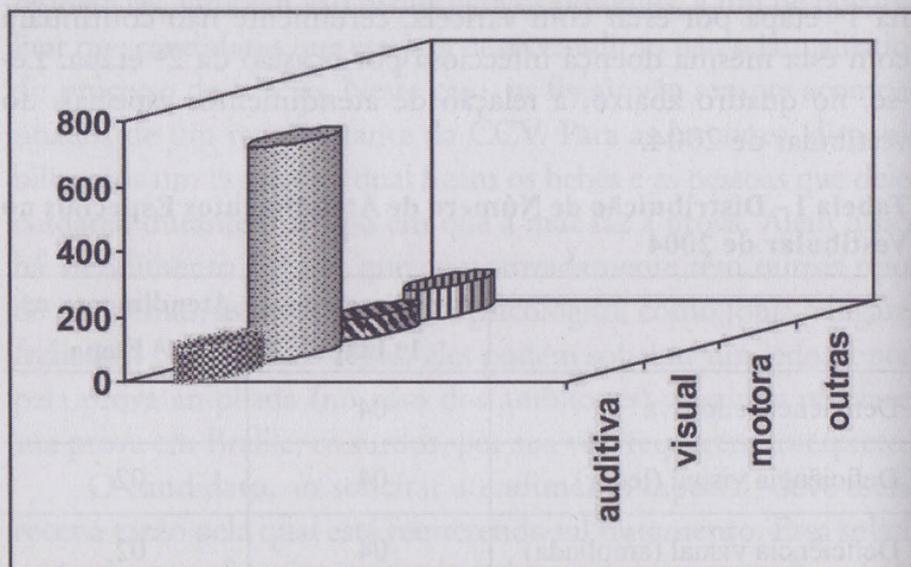


Gráfico 1 – Inscritos Portadores de Necessidades Especiais

Em 2005, dos 36.586 candidatos inscritos no vestibular, havia 923 candidatos que declararam ser portadores de necessidades educacionais especiais, o que representa somente 2,5% desse universo. Dentre os 923, conforme se vê no Gráfico 1, a maioria diz ter necessidades especiais associadas à visão, o que representa 71,4%;

⁴⁸ Programa de Computador, desenvolvido pela UFRJ, usado para auxiliar o cego em sua produção textual.

em seguida estão os portadores de necessidades especiais associadas à audição, que perfazem 11,6%. Consideramos importante ressaltar que, de acordo com os dados declarados pelos próprios candidatos no questionário socioeconômico, há um número muito maior de pessoas que se declaram portadores de deficiência visual, do que o daquelas que pedem atendimento especial. Isso nos leva a crer que neste grupo se incluem aqueles que não consideram ter visão perfeita por usarem óculos. Não poderíamos considerar isso unicamente uma falha do questionário, mas, talvez à flutuação que vem sofrendo a forma de denominar, surdo, deficiente auditivo, portador de necessidades educacionais especiais etc. Apresentamos, na Tabela 2, os dados relativos aos atendimentos especiais do vestibular de 2005.

Tabela 2 - Distribuição de Número de Atendimentos Especiais no Vestibular de 2005

	Atendimento na 1ª etapa	Atendimento na 2ª etapa
Deficientes auditivos (aparelho auditivo)	1	—
Deficientes auditivos (intérpretes)	24	—
Deficientes motores	6	2
Deficientes visuais (boa iluminação)	1	1
Deficientes visuais (Braille / Computador)	1	1
Deficientes visuais (ledor)	6	2
Deficientes visuais (prova ampliada)	7	3
Outros atendimentos	14	13
Total de candidatos com atendimento especial	60	22

No ano de 2005, concorreram na 1ª etapa do vestibular da UFC, 25 candidatos que apresentaram problema de audição e novamente se repetiu, neste ano, o que se viu em 2004: nenhum foi aprovado para a 2ª etapa do vestibular da UFC. Entretanto, no nosso último vestibular, o de 2006, vimos que dos 24 candidatos que solicitaram o apoio do intérprete em Libras, um permaneceu concorrendo a uma vaga na universidade. Desde quando assumimos, este foi o único candidato com problema de audição aprovado em um vestibular da UFC.

Tabela 3 - Distribuição de Número de Atendimentos Especiais no Vestibular de 2006

	Atendimento na 1ª etapa	Atendimento na 2ª etapa
Deficientes auditivos (intérpretes)	22	1
Deficientes motores	10	4
Deficientes visuais (ledor)	9	2
Deficientes visuais (prova ampliada)	9	3
Outros atendimentos	19	7
Total de candidatos com atendimento especial	69	17

Conforme se lê no quadro abaixo, dentre os que se declararam portadores de deficiência visual, apenas 18 solicitaram atendimento especial (apoio de ledor / prova em Braille / prova ampliada e/ou uso do Programa DOSVOX) e, dentre aqueles que se declararam portadores de deficiência auditiva, apenas 22 solicitaram o apoio de tradutor em Libras. Voltando nossa atenção para os dados dos três últimos vestibulares, consideramos interessante analisar as oportunidades que têm, especificamente, cegos e surdos.

Tabela 4 - Atendimento Especial para Alunos com Deficiência Visual e Auditiva

cegos	surdos		
9	4	1ª Etapa	2004
5 (55,5%)	0	2ª etapa	
0	0	aprovado	
15	25	1ª etapa	2005
7 (46,6%)	0	2ª etapa	
1	0	aprovado	
18	22	1ª etapa	2006
5 (27,7%)	1	2ª etapa	
0	1	aprovado	

Se nos fixássemos unicamente nos dados quantitativos, de acordo com o quadro, embora venha diminuindo, gradativamente, o percentual dos cegos que vão para a 2ª fase, parece que eles têm mais condições de concorrer que os surdos, visto que estes últimos sequer conseguem participar da 2ª etapa do concurso. Somente no vestibular de 2006, um candidato deficiente auditivo foi aprovado em ambas as fases. Entretanto, se considerarmos o resultado do vestibular, de fato, a situação de ambos se equipara. Certamente não é a surdez nem a cegueira que excluem estes candidatos, não é o fato de a Língua Portuguesa ser uma língua estrangeira para o surdo, como alegam alguns especialistas, que os deixam de fora da universidade. Acreditamos que os desafios

para a inclusão dos surdos em universidades públicas são bem mais complexos e vão muito além do domínio ou não da língua.

Talvez esse seja um dos obstáculos menos intransponíveis, se considerarmos a distância que separa a norma culta, cobrada em qualquer concurso, do dialeto usado por inúmeras pessoas, cujo perfil socioeconômico está aquém do mínimo requerido para se ter uma vida digna, e que também concorrem a uma vaga na universidade. Assim como se almeja que todo usuário de uma língua seja poliglota em sua própria língua, pode-se esperar que o surdo domine Libras, Língua Portuguesa ou qualquer outra língua estrangeira que pretenda estudar. É aí que nasce nossa preocupação com a formação de professores, com a qualificação do intérprete. O que se tem oferecido a estes profissionais para capacitá-los, para instrumentalizá-los? Que projetos de ação social se voltam para a inclusão? A conscientização é de todos, não só da Universidade Federal do Ceará.

A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE SURDOS: CONTROVÉRSIAS METODOLÓGICAS

Vanda Magalhães Leitão⁴⁹



Queria dar um bom-dia a todos e dizer que eu estou muito feliz pelo momento, pela oportunidade que temos de trazer para a comunidade universitária esse debate sobre surdez, fato tão raro durante todos esses anos. Agora que estamos começando a entrar com esta discussão aqui no Ceará. Quero dizer que, para mim, é sempre muito bom falar sobre isso, porque eu me envolvo com essa questão com muita emoção. Pode acontecer que durante a minha fala eu me emocione, eu sou assim. E quando eu estou apaixonada por uma temática isso flui com muito mais facilidade.

⁴⁹ Professora da Faculdade de Educação/UFC, pesquisadora na área de educação de surdos, Coordenadora do Projeto UFC Inlui. Texto transcrito a partir da fala da autora, por ocasião de sua participação no Ciclo de Debates.

Não vou pedir perdão por isso, é sinal de que eu tenho muita vontade, muito desejo e muito envolvimento.

Em 2005, no final do ano passado, nós fizemos um levantamento quantificando os estudantes com deficiência na UFC. Não foi uma surpresa para nós: não encontramos nenhum surdo. Aí vem a pergunta: “Por que é que não encontramos na UFC nenhum estudante surdo?” Para mim isso é colocado como problemática social, é um problema social. Na minha concepção, a surdez não é responsável por essa situação na qual o surdo se encontra. Essa situação de não poder ou de não ter acesso a Universidade. A surdez não é responsável por isso. Assim, eu coloco essa problemática como um problema social, da sociedade. Então, que circunstâncias podem levar a essa situação? Que fatores sociais e pedagógicos a gente pode encontrar para justificar tal situação? São perguntas que a gente vem tentando responder, dando a nossa colaboração.

Mas nós não temos também uma resposta. Estamos pesquisando essas coisas, e já temos alguns direcionamentos que apontam para algumas respostas para tais questões. Mas antes de começar exatamente nessa temática da inclusão de surdos na UFC, analisando os desafios, eu quero colocar para vocês a compreensão que eu tenho de surdez hoje.

Existem no mundo, na sociedade, duas concepções de surdez que são completamente diferentes. Uma concepção, que é mais corriqueira, que é fundada numa base orgânico-funcional, diz que a surdez é uma deficiência e como tal ela é constitutiva absoluta do sujeito surdo. Então, nessa compreensão, a surdez é uma deficiência, ela é vista como uma falta. E essa falta constitui o sujeito que conseqüentemente vai ser deficiente. Essa é uma concepção que ainda corre na vida social, algumas pessoas ainda pensam que a surdez é isso e que trouxe muitas implicações. Compreender a surdez dessa forma trouxe implicações complicadas em relação a projetos pedagógicos, a proposta de educação e escolarização dessas pessoas. Há outro entendimento, que é mais recente, que é baseado nos estudos socioantropológicos, que nos diz que a surdez

é uma diferença cultural, e na concepção socioantropológica abandona a outra concepção baseada no aspecto orgânico-funcional e diz que a surdez é uma diferença cultural, uma simples diferença cultural.

Hoje eu tenho a concepção de que a surdez é uma diferença cultural, mas eu não consigo abandonar a ideia de que a surdez também tem que ser considerada como uma perda sensorial importante. O surdo, é mudo, ele tem uma diferença significativa dada pela perda de audição, que é uma função importantíssima para apreensão da realidade, da comunicação e da vida social. Contudo, isso não pode ser tomado como absoluto. Eu acredito que a gente precisa considerar isso, mas também acredito que ela é uma diferença cultural. A principal característica, a principal razão que justifica dizer que a surdez é uma diferença cultural está expressa na construção da língua de sinais, que foi construída social, coletiva e historicamente, por comunidades de surdos.

Esse é um legado cultural dessa comunidade que se diferencia pela surdez, pela condição da surdez, que a caracteriza. Isso é importante: termos essa clareza de como compreender a surdez é fundamental porque isso tem implicações nos nossos projetos de propostas educacionais, acadêmicas e de escolarização para essas pessoas. Faz uma diferença muito grande. Por outro lado, também isso implica nas nossas relações com essas pessoas na medida em que se admite que a surdez é uma diferença cultural, que é principalmente caracterizada pela utilização de uma língua diferenciada, uma língua espaço-visual construída coletiva e historicamente pela comunidade surda.

A língua de sinais é uma língua como qualquer outra, hoje a gente não tem mais dúvida disso. Mesmo que na década de 1970 existisse essa dúvida de que a língua de sinais seria completa, hoje não se tem mais essa dúvida. Os estudos linguísticos afirmam isso com toda clareza. Então, começamos a incorporar essa ideia de que a língua de sinais é uma língua como outra qualquer, que ela deve pode ser equiparada a qualquer outra

língua oral, tem o mesmo valor. É através dela que os surdos se comunicam e interagem entre si e com a comunidade ouvinte através dos gestos ou não. Uma outra implicação da compreensão de que a surdez é uma diferença cultural é que a gente aceita que os surdos utilizam uma língua diferenciada, espaço-visual. Eles têm experiências de línguas tanto do português quanto da língua de sinais, assim como estabelecem interações interculturais como uma comunidade diferente, culturalmente diferente. Assim, eles têm o modo de viver que os caracterizam e que lhes dá uma feição de cultura diferenciada, relacionando com as outras culturas, com os outros grupos diferenciados da sociedade.

Podemos pensar que existem muitos grupos da sociedade que compõem e que têm um modo diferenciado de se postar, de concepção de mundo. Por exemplo, os adolescentes formam um grupo diferenciado, seja surdo ou não. O grupo das pessoas negras, que hoje ainda sabemos que têm uma vida cultural diferenciada. Existem outras diferenças que são importantes de serem reconhecidas. Então, essas duas ideias são importantes e trazem implicações marcantes para propostas pedagógicas e educacionais, e da formação acadêmica própria dessas pessoas e também dos modos com que lidamos com eles.

Eu também passei por essa situação, em que eu acreditava que a surdez era uma deficiência pura e simplesmente e que a língua de sinais não dava conta de expressar os sentimentos. Eu acreditei nisso, porque eu não tinha esses tais estudos que me mostram o contrário. Então, quando vejo alguma pessoa dizendo *“Eu sei de um aluno que está lá na escola tal da prefeitura, uma criança surda, e que está muito bem, interage com os outros”*. Aí, eu perguntei: “Ela é surda?”. Ao que me responderam: “É surda, mas sabe se comunicar muito bem”. Essa pessoa que diz isso não tem uma compreensão do que seja a língua de sinais, da importância da língua de sinais para essa criança e do quanto essa criança está perdendo nas interações pedagógicas, nas relações que a gente faz. Eu fico querendo acreditar que comportamento

e atitudes que discriminam ou que não valorizam a cultura surda, a língua dos surdos, a forma como eles se relacionam, quero acreditar que é por falta de conhecimento.

Então, voltando às questões do início da fala, isso foi só pra iniciar a minha concepção de sujeito, que circunstâncias podem ter sido determinantes para configuração da situação que a gente convive pouco, que a gente não encontra nenhum surdo, e a Ana Célia confirmou isso, não há nenhum surdo na universidade. Que fatores sociais e pedagógicos podem ter influenciado e configurado essa situação de hoje? Eu fico pensando que, para procurarmos essas razões ou explicações que justifiquem a situação de hoje, temos um recurso que é a trajetória sócio-histórica dessas pessoas. Eu gosto muito de olhar para trás, delinear a trajetória social de experiências escolares, de experiências de vida, para justificar a situação de hoje. Isso é muito importante, eu acho que os dados históricos falam muito, e aí eu trouxe algumas narrativas sobre o oralismo, por exemplo.

Este é um depoimento de uma ex-diretora de escola ICES, ela foi diretora das décadas de 1960 e 1970 do Instituto Cearense de Educação dos Surdos, ela diz assim:

Naquela época, nos anos 60 e 70, eu adorava o método de análise, mas isso era uma coisa muito demorada. Havia crianças que não tinham condição, outros que tinham outros compromissos, nós não tínhamos como fazer a seleção de alunos para aquele método de oralismo, mas a orientação de fazer a criança surda falar era desmotivar o surdo, só que a criança não aprendia a falar. Continuava comunicando-se com aqueles gestos padronizados que ela já trazia quando chegava à escola.

Isso, sobre seu oralismo e sua metodologia, essa abordagem foi uma abordagem metodológica utilizada nas escolas especiais no Brasil, até muito recentemente. Estava fundada naquela primeira concepção de que a surdez é uma deficiência e que, portanto, o aluno surdo tinha que se reabilitar. Reabilitar

o aluno surdo seria fazê-lo falar, porque só na oralidade se dava conta do desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dessa criança. Isso implica na descrença e desqualificação da língua de sinais.

Cito um outro depoimento, que é de uma ex-aluna do ICES, que é bilíngue:

O professor dizia as palavras e a gente tinha que repetir. Às vezes a gente gritava, emitia os sons muito altos. As pessoas diziam que a gente parecia galinha cacarejando, diziam que a gente não falava direito. Eu nunca aprendi a falar e tinha muita vontade. Esse trabalho era muito duro, muito difícil, era feito através do sentido da vibração dos sons emitidos, era mesmo através do tato. Eu nunca aprendi, eu não gostava, gostava mesmo era de usar a língua de sinais. Todo mundo gostava era de língua de sinais, ninguém queria falar.

Veja o depoimento de um outro ex-aluno do ICES, do Instituto Cearense de Educação de Surdos:

Eu tinha minha sessão de fonoaudiologia diariamente, ficava difícil pra eu ser oralizado. Eu não queria, eu não queria, porque me obrigavam a ir para a fonoaudióloga. Eu não queria, ela ficava falando, falando, falando. Ela achava que eu tinha que falar, pensava que era tudo muito claro para os surdos, o que, na verdade, não era. Para mim pelo menos não era.

Todos são depoimentos, experiências de projetos pedagógicos oferecidos a eles a partir dessa visão de que a surdez é uma deficiência. Este é um depoimento de uma aluna do E.M. de escola privada, ela estava fazendo o 2º ano de E.M., ela estava numa escola aqui de Fortaleza:

Fui estudar em um colégio de ouvintes, mas tinha muita dificuldade. A professora era muito boa e atenciosa, mas tínhamos muita dificuldade de comunicação. Havia muito movimento na sala. Jogávamos, montávamos quebra-cabeça, teatro, mas nunca

consegui realmente aprender as palavras, a falar. Na minha mente as coisas estavam claro, tudo certo, tudo que queria dizer, mas na hora em que ia falar colocar os sons nos devidos lugares não conseguia!. E tudo isso ficava muito difícil, muito complicado.

Esta moça foi treinada para fazer leitura labial, para falar. Mas na mente dela estava tudo na cabeça, mas ela não conseguia expressar. Ela precisava se expressar pela língua de sinais.

Vejamos mais um depoimento sobre a língua de sinais:

Toda vez que eu usava a Libras no ônibus a minha mãe dizia: - 'Pare com isso, as pessoas estão olhando, é feio'. Eu me senti envergonhada. Essa pecha de que a Libras é feia e ruim eu aprendi, mas depois, não. Ela é a língua dos surdos.

Este depoimento a seguir é de uma professora da área de Pedagogia. Percebemos que existe uma negação da língua de sinais, pois ela é feia, ela não serve, tem-se vergonha dela. É uma forma de negar a surdez:

Eu gostava muito da língua de sinais, lá no INES, que é o Instituto Nacional de Educação de Surdos do Rio de Janeiro. A gente podia interagir se desenvolver. Na hora do refeitório a gente estava sempre conversando, mesmo às escondidas. Eu sabia o quanto eu aprendia com o desenvolvimento e aprendizagem da língua de sinais.

Esse depoimento é muito importante, porque ele retrata o momento em que a língua de sinais foi proibida para as interações na sala de aula. Quer dizer, proibiu na sala de aula, a professora e o aluno não podiam interagir por meio de sinais ou da própria língua de sinais. Mas nos corredores, no refeitório, no dormitório que era interno, eles desenvolviam a língua de sinais. Não tinha como proibir, porque é uma necessidade inerente à pessoa humana encontrar uma forma de expressar seus sentimentos, suas emoções.

Esse livro, *O Vôo da Gaiivota*, é uma autobiografia de uma surda francesa, Emanuelle Callori, atriz de cinema, e ela fez o

filme “A música e o silêncio”, que podemos encontrar nas locadoras. Ela diz que na também França a língua de sinais foi proibida, sendo liberada somente na década de 1970.

Eu tenho uma sobrinha surda que foi educada no Instituto lá no Rio de Janeiro e na sala de aula ela tinha as mãozinhas presas nas pernas para não fazer os gestos. Imagine eu falando aqui com as mãos presas! Eu acho que não conseguiria expressar o que eu quero expressar, é muito difícil. Então, vejamos o depoimento da Emanuelle Calori:

Acredito que os adultos ouvintes que privam seus filhos da língua de sinais nunca compreenderão o que se passa na cabeça de uma criança surda. A solidão e a resistência, a sede de comunicar e algumas vezes o ódio. A exclusão da família, de casa em que todos falam sem se preocupar com você. Porque é preciso sempre pedir, puxar alguém pela manga ou pelo vestido para saber daquilo que se passa em sua volta. Caso contrário, a vida é um filme mudo, sem legendas a sua volta.

Eu vivenciei essa situação na minha família. Nós assistindo à novela, assistindo à televisão, e, de vez em quando, minha sobrinha puxava a gente para perguntar algo, porque ela estava alheia. Embora ela seja oralizada, e faça leitura labial acima da média, não conseguia entender.

Essa citação que se segue é de um autor, um linguista uruguaio:

O uso da língua de sinais oferece às pessoas surdas um símbolo de sua inserção a uma unidade interpessoal como um lugar próprio. Por trás desse símbolo, há um conjunto muito complexo de sentimentos, crenças e traços culturais, que permitem a coesão total e a elaboração de objetos alternativos de vida.

Quer dizer, é através da língua que se constroem as relações, é que acontece a vida social entre as pessoas surdas. Sobre a comunidade surda, vejamos o depoimento de uma ex-aluna do INES:

Lá, a gente tinha a língua de sinais, a gente convivia, conversava, fofocava, comentava sobre os filmes que assistia. A gente interagia muito e tinha algumas informações para dizer. Quem ia ou não à praia, se tinha ou não namorado, se ia ou não passear, era uma época de bobagens que a gente conversava. Brincávamos também, era muito bom.

Ela está dando um depoimento que, embora a língua de sinais fosse proibida na sala de aula, nos corredores, na vida em comunidade, era lá que eles aprendiam, uns com os outros, como se portar em determinados locais. Porque a família, como não tinha acesso à língua, e realmente não tem, ela não dá essas orientações. Portanto, é lá na comunidade surda que eles aprendem.

Aqui temos um depoimento que, toda vida que eu leio, me emociona! Ele é muito significativo, pelo menos pra mim. É da Andréia Machado, ela fez esse depoimento em um Seminário, em 2002, em um Fórum, aqui em Fortaleza:

Minha mãe não sabia sobre surdez e os médicos diziam que devíamos tentar o oralismo. Mas não havia desenvolvimento porque o oralismo leva a gente a ter o conhecimento das palavras soltas e o desenvolvimento fica atrasado. Fiz o ensino fundamental na escola de ouvintes. Eu, sozinha no meio dos ouvintes, e eu não sabia, não sabia a Libras, só sabia algumas palavras. Eu não me comunicava bem na língua oral. A professora ficava falando e eu ficava angustiada, sem entender e pedindo ajuda dos colegas, o que também não resolvia. Eu ficava atrapalhando eles. Eu não sabia a língua de sinais quando fui à Associação, todos eles usavam Libras e eu não sabia nada. De início, eu repudiei a língua de sinais, não me interessei, eu achava que não tinha nada a ver comigo. Eu falei para minha mãe a respeito dos sinais e ela achou que era feio e que não tinha nada a ver eu aprender sinais. Eu já estava com 17 anos e algo estava mudando dentro de mim. Eu me sentia sem poder explicar e dizer o que se passava comigo, o que estava sentindo. Só que aprender uma língua de sinais aos 17 anos é muito tarde, muito atrasado. Mas eu quis, achei que era importante aprender. Quando ia à Associação, ficava prestando

muita atenção nos sinais. Rapidamente, eu aprendi os sinais, vi o tempo que tinha perdido. Falei pra minha mãe que era muito importante a língua de sinais, que era bom que a gente aprendesse. Ele começou a acreditar. Chamei para ela ir comigo, ela viu e até se emocionou, quando viu que os surdos conseguiam se comunicar e houve uma abertura muito grande, foi muito emocionante.

Esses depoimentos fazem a gente refletir sobre uma série de coisas. Esses depoimentos me fazem vislumbrar uma luz, para que eu possa buscar as razões pelas quais os surdos se encontram nessa situação em que estão hoje. Essa moça, a Andréia Machado, deve ter uns 30 e poucos anos. Todos esses depoimentos são de jovens, são de pessoas que não são da década de 50, são pessoas nascidas muito recentemente. Então, por que esses jovens tão inteligentes, que conseguem expressar sentimentos, criticar, fazer um juízo crítico, não conseguem entrar no vestibular? Aí a gente conclui: essa impossibilidade não é dada pelo surdismo. Eu acredito e eu não tenho dúvida de que eles não entram no ensino superior por falta de oportunidade ou projetos pedagógicos inadequados que permitam que eles se desenvolvam academicamente a ponto de chegar a Universidade. Eu acho, eu não estou dizendo com certeza porque eu não tenho dados de pesquisas, mas fazemos suposições. Isto está muito claro para mim hoje. Eu acredito que uma das razões é essa, que o oralismo fracassou que o oralismo negou a surdez na medida em que negou a língua de sinais. Há muito deles que dizem que passaram por esse processo desse método de oralismo e que dizem: “- Professora, eu não aprendi a ler, eu não aprendi a escrever, eu não aprendi a falar”. E alguns deles dizem que não aprenderam a língua de sinais. Adultos que têm hoje mais de 50 anos me declaram isso. Isso revela o fracasso absoluto e total dessa metodologia, dessa abordagem oralista, em que se priorizava o ensino da fala aos surdos em detrimento de outros conteúdos que a vida escolar deve oferecer às crianças em qualquer escola. Assim, eles ficavam prejudicados por conta des-

sa concepção anterior, corriqueira a qual eu me referi agora e que desencadeava todas as propostas pedagógicas também.

Bom, então, quais são os grandes desafios que nós vamos ter que enfrentar, em se tratando da inclusão de surdos na Universidade? Não basta pensar na entrada deles, no acesso da primeira etapa do Vestibular. A gente precisa pensar, também, que é outro grande desafio: como mantê-los aqui dentro e como oferecer pra eles uma formação acadêmica digna, de qualidade, que os prepare realmente para a vida profissional lá fora. Isso a gente precisa pensar. E aí tem algumas ideias aqui.

Com relação à entrada pelo vestibular, as implicações desse processo que a Ana Célia já se referiu, mas que eu queria dar maior ênfase. O problema está centrado na barreira linguística. A comunidade, de modo geral, não se apropriou, nem a gente vai pretender que a comunidade faça isso, mas o processo de escolarização desses alunos foi extremamente ineficaz à medida que não incluía a língua de sinais como instrumento mediador dos processos de interações pedagógicas. É através da língua de sinais que a criança surda desenvolve seu sistema linguístico, suas representações simbólicas, que elabora seus conceitos, que evolui cognitivamente. Só pode ser através da língua de sinais. Quando ele tiver acesso à língua de sinais já vai estar com 17, 15 anos, quando descobre as necessidades, que a família já não dá mais conta das respostas imediatas e eles vão buscar a comunidade surda. Só nesse momento eles aprendem a língua de sinais e começam a se organizar mentalmente e se desenvolver. Aí já tem um grande atraso.

Então, temos esse dado, que é real, e eu não tenho dúvidas de que ele é responsável por isso. A barreira linguística, a negação da língua de sinais por muito tempo na vida escolar dessas pessoas, é uma das razões que podemos dizer que justifique essa ausência de surdos na Universidade ou o não acesso deles à Universidade por Vestibular.

Eu vou tocar numa coisa aqui que é muito delicada: a questão de cotas. Elaboramos um documento, "Diretrizes Políticas

de Ações Afirmativas para a UFC”, em que se sugere a adesão de cotas. É problemático, é polêmico, eu não sou a favor de cotas para sempre, eu sou a favor de cotas como uma situação emergencial, temporária, até que o ensino fundamental, a escola básica se conscientize de que o estudante surdo precisa ter acesso à língua de sinais. E a outra coisa delicada, é em relação à permanência na Universidade, que é um outro grande desafio. Quando eles entram, temos que tentar buscar atender as necessidades deles, as necessidades dadas pela surdez, que é a necessidade de ter intérprete. Sabemos que a presença ou o papel do intérprete também parece não dar conta, não ser suficiente. Imagine, um intérprete, ele pode ter um domínio muito grande de língua de sinais, mas eu acredito que, será que ele dá conta de interpretar conceitos complexos de filosofia, por exemplo? Ou, se eu tiver uma aluna lá na Matemática ou na Física, o intérprete vai dar conta de interpretar os conceitos complexos e difíceis da Física, da Matemática, de qualquer outro conteúdo? São questões a serem melhor discutidas.

MESA-REDONDA V

Tema - Acessibilidade Física como Fator de Inclusão na Universidade



Mesa-Redonda V

Data/horário: 5ª feira, 21 de setembro de 2006, de 8 às 10 horas

Local: Auditório do Centro de Tecnologia

Campus do PICI, Bloco 710.

Palestrantes:

Dra Elizabeth Lopes (Arquiteta da Universidade de São Paulo/ USP. Programa USP Legal).

Regina Lúcia Lopes da Souza da Cunha (Arquiteta da UFC. Coordenadora de Projetos e Obras da Superintendência de Planejamento Físico e Operações – CPO/PLANOP).

Clemilda dos Santos Souza (Aluna da Biblioteconomia na UFC, 7º período).

Mediadora:

Profª Zilsa Maria Pinto Santiago, Ms (Coordenação do Projeto UFC Inclui).

METODOLOGIA DE ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Marcelo de Sá

Uma metodologia de análise sempre se mostra necessária para avaliar a acessibilidade de projetos de acessibilidade, bem como para avaliar a própria acessibilidade. Sobre esse assunto, há uma literatura profissional de diferentes áreas de conhecimento. A metodologia aqui descrita tem sua origem na Avaliação Pós-Graduação (APG) e está relacionada com o trabalho realizado no âmbito do projeto de inclusão promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas, bem como com a atuação do pesquisador em acessibilidade do Prof. Dr. SÉRGIO...

Nos últimos 20 anos, a economia e a tecnologia da informação vêm atraindo a atenção de pesquisadores e investidores, devido ao potencial de impacto econômico e social que essas áreas apresentam. A busca por soluções inovadoras e disruptivas para problemas complexos é uma das principais características desse período.

TEMAS

Além de aspectos econômicos, a inovação também envolve aspectos sociais e culturais. A busca por soluções inovadoras e disruptivas para problemas complexos é uma das principais características desse período. A busca por soluções inovadoras e disruptivas para problemas complexos é uma das principais características desse período.

Os avanços tecnológicos, no entanto, não são suficientes para garantir a inclusão digital e social. É necessário que haja políticas públicas que promovam a inclusão digital e social. A busca por soluções inovadoras e disruptivas para problemas complexos é uma das principais características desse período.

Princípios fundamentais de análise de acessibilidade em instituições de ensino superior são:

Artigo publicado em Acesso Aberto pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico da Universidade de São Paulo (FAPESP) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

METODOLOGIA DE ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Maria Elisabeth Lopes⁵⁰

Uma metodologia de análise sempre se mostrou necessária para facilitar a execução de projetos de acessibilidade, assim como para garantir sua eficácia. Sobre esse desafio, têm-se debruçado profissionais de diferentes áreas do conhecimento. A experiência aqui descrita tem na Avaliação Pós-Ocupação – APO, seu referencial teórico e vem sendo ininterruptamente testada em projetos da iniciativa privada, em laudos técnicos para o poder judiciário, assim como junto à comunidade acadêmica, na Universidade de São Paulo (USP).

Nos últimos 20 anos, é crescente a preocupação em promover a inclusão social e econômica das pessoas com deficiência. Uma forma de iniciar este processo é privilegiar medidas que garantam o acesso ao meio físico e o direito à educação.

Ambos os aspectos constituem-se em pontos fundamentais para que se cumpra uma das diretrizes básicas do Programa de Ação Mundial (1982): a equiparação de oportunidades, a partir de uma política de ação inclusiva.

Segundo Santos (2004), políticas inclusivas são aquelas que asseguram que a inclusão esteja no bojo do desenvolvimento da escola, permeando todas as políticas, de forma que estas aumentem a aprendizagem e a participação de todos os alunos com uma educação acessível e de qualidade, que contemple todas as pessoas em qualquer nível de ensino.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível,

⁵⁰ Arquiteta, Doutora em Acessibilidade pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Arquiteta do município de São Paulo, comissionada na Universidade de São Paulo - Programa USP Legal.

independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (*Declaração de Salamanca*, 1994).

Acessibilidade, em um sentido mais amplo pode significar o caminho para o desenvolvimento humano e acesso a oportunidades e experiências. Não é por acaso que é no cenário escolar que se inicia, além do aprendizado acadêmico, a formação de conceitos, a aplicação da democracia, as experiências de convívio e a noção de justiça e desigualdade. Nesse ambiente, ocorrem as relações sociais que se seguem à família, e o modo como se desenvolvem passa a ter papel essencial e decisivo na vida das pessoas.

Neste sentido, uma arquitetura democrática, aliada a posturas administrativas destituídas de preconceito em espaços destinados a ensino, coloca suas técnicas e conhecimento a serviço de demandas sociais.

Cabe aos profissionais de arquitetura e urbanismo criar espaços que possam ser utilizados por todas as pessoas, baseados em conceitos do Desenho Universal, linha filosófica que não pretende criar espaços e objetos exclusivos para uso de uma parcela da população – o que seria uma forma indireta de segregacionismo –, mas incentivar o aprimoramento da arte de projetar, incorporando novas técnicas e experiências, que tenham como objetivo atender as diferentes necessidades do homem que interage com o ambiente.

Cabe, portanto, às instituições de ensino fundamental, médio e superior instaurar políticas públicas, que garantam o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência em seus espaços. Segundo Amaral (2000), a presença de pessoas com deficiência na universidade é um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social.

Ao tentar colocar em prática essas diretrizes, nos últimos quatro anos, no âmbito da Universidade de São Paulo – USP, foi possível constatar que este é um processo que traz ganhos sociais, tecnológicos e até pedagógicos. Ao estabelecermos mecanismos e instrumentos legais e operacionais para garantir o pleno exercício dos direitos básicos para as pessoas com deficiência, nos *campi* da Universidade, foi gerado um benefício direto ao usuário com deficiência, mas também um aprendizado por parte de todos os agentes envolvidos nesse processo.

De fato, pensando na ação efetiva associada à produção do conhecimento do corpo docente, discente e de funcionários da Universidade é que foi criada, pela Portaria nº 3304, de 1º de outubro de 2001, a Comissão Permanente para Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência da Universidade de São Paulo – Programa USP Legal.

Metodologia de Análise e Implantação da Acessibilidade na Universidade

A peculiaridade arquitetônica e de implantação dos *campi* universitários, caracterizados pela interação de diferentes áreas do conhecimento e pelo agrupamento geográfico de várias unidades, reforça a necessidade de adequar as edificações e criar rotas acessíveis, intervindo de forma gradativa e continuada. A concretização dessas ações se torna possível através da elaboração de um plano de ações que garanta a sustentabilidade do programa.

São elementos fundamentais desse plano a formação, capacitação e treinamento da equipe de trabalho; elaboração de modelos de questionários e relatórios para o diagnóstico das áreas; discussões e cursos de atualização relativos ao tema; e a criação de Informativos Técnicos, baseados nas normas técnicas oficiais pertinentes, como NBR 9050, NBR 13944 e NBR 9077, legislação urbanística e edifícia específica do município, entre outras que contenham especificações e parâmetros de acessibilidade.

A sistematização de procedimentos e adoção de critérios transformam o plano de implantação de acessibilidade em uma ferramenta que proporciona benefícios múltiplos a diferentes públicos, tanto para os usuários com deficiência ou com mobilidade reduzida, quanto para o desenvolvimento profissional da equipe. Gera, ainda, um conjunto de informações capaz de direcionar corretamente futuros projetos e, ao mesmo tempo, constitui-se em espaço de pesquisa e aprendizado contínuo.

O diagnóstico sobre as condições de acessibilidade dos *campi* utiliza a metodologia de análise e implantação de adequação dos espaços e edificações, que tem sua estrutura básica composta por quatro elementos: Embasamento Legal e Indicadores Estatísticos; Parâmetros Antropométricos; Conceitos e Parâmetros de Acessibilidade; e Avaliação Pós-Ocupação (LOPES, 2005).

Esses elementos foram escolhidos por desempenharem papel central no atendimento às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e dificuldade de comunicação. Englobam aspectos legais, voltados à adequação dos espaços e edificações, estudo e definição dos parâmetros antropométricos do deficiente brasileiro e conceitos de acessibilidade, além da contribuição estrutural da avaliação pós-ocupação – APO, que permite diagnosticar aspectos positivos e negativos decorrentes de fatores técnicos, funcionais, econômicos e comportamentais de ambientes (ROMÉRO, ORNSTEIN, 2003).

Este modelo de análise, ao mesmo tempo em que diagnostica o espaço, oferecendo um relatório que possibilita sua adequação, permite criar novos paradigmas, aprendendo com os erros e ensejando um conhecimento técnico e legal, que contribui para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

Estrutura do Diagnóstico de Análise

A análise dos espaços tem como ponto de partida uma avaliação sistêmica de áreas e ambientes interligados, de modo que

possam oferecer condições mínimas para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida circulem e utilizem com segurança e autonomia.

Os roteiros de avaliação buscam oferecer indicadores técnicos e uma ordem de observação dos espaços. No entanto, é sempre recomendável que o roteiro seja ajustado às variáveis construtivas, aos diferentes arranjos espaciais e ao uso da edificação.

É importante salientar que essa análise não deve se restringir aos limites patrimoniais da área a ser avaliada, mas considerar a “acessibilidade integrada”, que busca criar um sistema interligado de acesso às áreas envoltórias ou adjacentes e elementos da estrutura urbana que colaboram na caracterização e interação do espaço aos meios de transporte e rotas acessíveis.

Os roteiros técnicos seguem uma estrutura básica, dividida em quatro áreas:

- **Estrutura de transporte e rotas acessíveis de interligação** - considerando os meios de transporte coletivo que alimentam o local e a interligação com a edificação;
- **Áreas de estacionamento** – considerando o acesso por meios de transporte individuais ou privados;
- **Circulação das áreas externas** – envolve a área envoltória ao edifício, bem como rotas de circulação entre blocos e unidades da edificação;
- **Diagnóstico e propostas das áreas internas dos edifícios** – tem como objetivo direcionar o observador para aspectos como acesso ao edifício, desníveis, dimensionamento e desobstrução da circulação horizontal, formas de circulação vertical, instalações sanitárias, mobiliário e equipamentos urbanos, áreas de alimentação e salas de aula.

A utilização da APO como base da metodologia – acrescida de elementos como embasamento legal, indicadores estatísticos, parâmetros e conceitos de acessibilidade –, garante que a avaliação

vá muito além de um simples roteiro técnico de averiguação dos espaços, indicando intervenções capazes de superar inadequações momentâneas e também fornecer insumos para novos projetos e para a manutenção daquele espaço acessível (Figura 1).

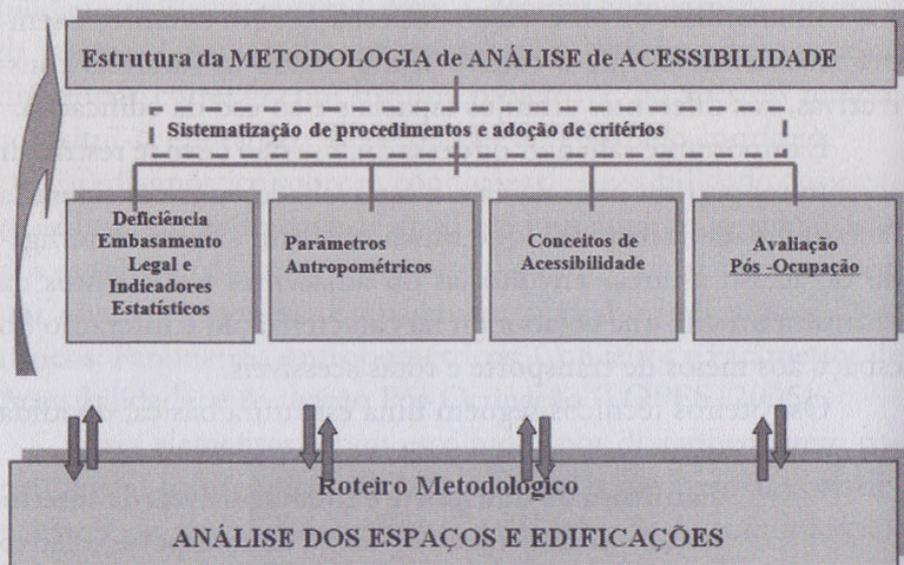


Figura 1- Elementos que Compõem a Metodologia de Análise de Acessibilidade

Fonte: (LOPES, 2005).

Referências Bibliográficas

AMARAL, Lígia Assumpção. *Em busca de uma política da USP referida à deficiência*. São Paulo, 2000. (Pesquisa. Instituto de Psicologia – USP).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos*. 2004. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/sedh/corde>>.

_____. NBR 13994. *Elevadores de passageiros. Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência*. Rio de Janeiro, 2000. 15p.

_____. *NBR 9077. Saída de emergência em edifícios*. Rio de Janeiro, 1985.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. In: CEDIPOD – Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência 1994. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/cedipod.htm>>. Acesso em: 20 set. 2006.

LOPES, Maria Elisabete. *Metodologia de análise implantação de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e dificuldade de comunicação*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 2005.

PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL. Resolução nº 37/52 de 3 de dezembro de 1982. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/dpdh/corde>>.

ROMÉRO, Marcelo de Andrade; ORNSTEIN, Sheila Walbe. *Avaliação pós-ocupação, métodos e técnicas aplicados à habitação social*. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://habitare.infohab.org.br/projetos/publicacoes.asp>>.

SANTOS, Mônica Pereira. A universidade e seu papel perante as políticas de inclusão. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE NO COTIDIANO, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 2004.

USP LEGAL; LOPES, Maria Elisabete (Colab.). *Informativos técnicos*. São Paulo: CECAE /USP, 2003. Disponível em: <<http://www.cecae.usp.br/usplegal>>.

UMA VISÃO PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Regina Lúcia Lopes de Sousa da Cunha⁵¹

Introdução

A Universidade Federal do Ceará (UFC), autarquia educacional de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Fortaleza, capital do Ceará, foi criada através da Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, com cerimônia de instalação realizada no Theatro José de Alencar, em Fortaleza, em 25 de junho de 1955.

Assim como a maioria das universidades públicas fundadas neste período, a UFC (originalmente Universidade do Ceará) constituiu-se agregando quatro instituições de ensino superior já existentes em Fortaleza: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, e Escola de Agronomia.

Destas unidades, as três primeiras localizavam-se no centro da cidade, próximas, portanto, ao Benfica, bairro que, ao final do século XIX, abrigava em seus bangalôs a elite de Fortaleza. Segundo Oliveira (2005), a partir da metade do século XX, esta burguesia iniciou sua migração para o bairro da Aldeota, deixando assim suas chácaras desocupadas e expostas à venda. Uma destas, o “Solar do Gentil”, foi estrategicamente escolhida pelo fundador da UFC, reitor Antônio Martins Filho, para, em 1956, ser a sede da Reitoria.

⁵¹ Arquiteta, Especialista em Administração Universitária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul (PUC-RS), Coordenadora de Projetos e Obras da Superintendência de Planejamento Físico e Operações da Universidade Federal do Ceará (CPO/PLANOP-UFC).

A partir daí, e ao longo de aproximadamente dez anos, muitos sobrados do Benfica, situados ao longo da Avenida da Universidade (então denominada Avenida Visconde de Cauípe), foram adquiridos e ocupados por unidades administrativas, acadêmicas e de serviço da UFC, sem que tenha havido intervenções para atender as pessoas com deficiência. São exemplos disso os prédios onde atualmente funcionam as Casas de Cultura Germânica, Britânica e Francesa, o Museu de Arte e a Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, entre outros, conforme se observa nas fotos mostradas a seguir:



Foto 1 - Casa de Cultura Germânica

Fonte: NUDOC/UFC.



Foto 2 - Museu de Arte

Fonte: NUDOC/UFC.

Levando-se em consideração que as mudanças comportamentais com relação à pessoa com deficiência só começaram a surgir na Europa na década de 1960, conclui-se que, neste período de aquisição de imóveis pela UFC, não havia a preocupação com eliminação das “barreiras arquitetônicas”. No Brasil desta época, as pessoas com deficiência ainda eram vistas como inválidas e excluídas da sociedade.

De acordo com Santiago (2005), os primeiros movimentos no sentido da discussão dos problemas de acessibilidade, ocorreram em 1963, quando arquitetos e urbanistas, convocados por uma federação de mutilados, reuniram-se pela primeira vez na Suíça, para tratar do conjunto de obstáculos que impedem o homem de andar pela cidade, surgindo daí o termo “barreiras

arquitetônicas”. Em 1967, num Congresso em Copenhague, foi publicado um manual com informações sobre barreiras arquitetônicas, com proposta de adoção de normas de orientação nas áreas de arquitetura e urbanismo. Em 1973, os Estados Unidos estabelecem parâmetros para suas construções em função da implementação da *Ada – Americans with Disabilities Act*. No Brasil, as primeiras mudanças ocorreram em 1981, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, mas somente após a Constituição de 1988 foram implementadas as normas e legislação sobre o assunto, com ações sendo efetivadas a partir da década de 1990.

Na atualidade, há um movimento crescente de conscientização sobre a importância da acessibilidade física em espaços e edificações, permitindo o livre trânsito por todos. Hoje, a UFC conta com 265.628,00 m² de área construída em Fortaleza, distribuída em três áreas: Pici, com 118.776,00 m², Benfica, com 73.600,00 m², e Porangabuçu, com 66.197,00 m², algumas unidades dispersas que somam 7.055,00 m², sem dimensionar os novos *campi* avançados no interior, que estão em fase inicial de implantação. Além disso, conta, nos três terrenos, com área urbanizada de 218.410,00 m². Tem, portanto, o grande desafio de dar continuidade ao processo de universalização da acessibilidade, adequando seus edifícios e implementando nos novos o conceito do Desenho Universal, obedecendo à legislação vigente, eliminando as barreiras arquitetônicas e proporcionando a todos os usuários – sejam alunos, servidores, professores ou visitantes –, a equiparação de oportunidades de acesso e livre circulação, independentemente de sua condição física.

Participação da Planop nos Projetos de Acessibilidade

Como órgão técnico responsável pelo planejamento da área física da UFC, a Superintendência de Planejamento Físico e Operações – PLANOP – tem buscado responder, seja por inicia-

tiva própria ou provocada por situações específicas, às demandas solicitadas por pessoas com deficiência, através de dois níveis de atuação: na elaboração de projetos, segundo as normas vigentes, e na execução das obras de adaptação, sempre que autorizadas pelas unidades gestoras da Instituição.

As primeiras ações, neste sentido, aconteceram no início da década de 1990, atendendo a uma reivindicação originária do Centro de Ciências / *Campus* do Pici. Entre os anos de 1996 e 1999, novas solicitações, também motivadas por portadores de deficiência, levaram a intervenções no *Campus* do Benfica. Datam desta época a construção de rampa no prédio da Reitoria, adequação de acesso às salas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Centro de Humanidades (CH), além da instalação de elevador no Departamento de Comunicação Social e adaptação de banheiros, ambos na área 2 do CH.

Em 2001, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/CT) elaborou um Projeto de Extensão, sob a coordenação da professora Zilsa Santiago, com foco na acessibilidade em Escolas de Ensino Fundamental e Médio das Redes Públicas Estadual e Municipal de Fortaleza, mediante solicitação do movimento VIDA (Vida, Independência, Direito, Dignidade e Ação), contando com a participação de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo como bolsistas deste projeto.

A partir da divulgação deste trabalho, e por solicitação da Reitoria e de alunos e professores com deficiência, a PLANOP elaborou, em 2002, o Projeto Acesso UFC, com a intenção de incluir, dentro das atividades da Coordenadoria de Projetos e Obras (CPO), estudos de acessibilidade para os edifícios da UFC. Esse projeto contou com o envolvimento de alunos e servidores portadores de deficiência, técnicos da CPO/PLANOP e bolsistas indicados pelo DAU.

O Projeto Acesso UFC tinha como objetivos principais a execução de levantamento do número de pessoas com deficiência na UFC, seus respectivos locais e condições de trabalho

e a elaboração de estudos para atendimento prioritário a este público-alvo. Num segundo momento, foi realizado um levantamento da necessidade de intervenção em toda a área construída da UFC, constando de adequação de banheiros, construção de rampas e instalação de plataformas, com o objetivo de mensurar os custos necessários para eliminação de barreiras arquitetônicas na Instituição. Dados de 2005 mostram que, somente para a adequação das bibliotecas, o custo estimado era de R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais).

Entre os anos de 2002 e 2003, foram executados e orçados pela CPO/PLANOP vinte e quatro projetos de acessibilidade, em função da demanda levantada, com ênfase na instalação de rampas e adequação de banheiros em prédios existentes. Do total, 62% das intervenções propostas situavam-se no Benfica, área com maior número de pessoas com deficiência, 34% no Pici e 4% no Porangabuçu. Como a disponibilidade orçamentária do período não contemplou todos os projetos, algumas obras ficaram pendentes. No entanto, graças a recursos de convênio conseguidos através do Projeto UFC Inlui, está sendo lançado neste mês, novembro, edital para execução de nove destes projetos. Além disso, por iniciativa de Diretores dos Centros e Faculdades, várias adaptações têm sido executadas em passarelas de ligação entre prédios, rampas de acesso ao edifício, bem como intervenções em banheiros.

As fotos seguintes registram algumas ações desenvolvidas na esfera da UFC, na busca de, paulatinamente, eliminar barreiras arquitetônicas de seus edifícios através da construção de rampas e demarcação de vagas para deficientes em seus estacionamentos. Processo movido pelo Núcleo de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado do Ceará em 2005, cobrando da UFC adoção de medidas de condições mínimas e básicas para o acesso e permanência de estudantes com deficiência em suas dependências, demonstra que intervenções foram feitas em todos os Centros e Faculdades, mas, em face do tamanho da Instituição e da histórica limitação orçamentária, ainda existe um longo caminho

a ser percorrido a fim de que as áreas construídas e urbanizadas da UFC se adaptem plenamente aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme imperativo legal vigente.



Foto 3 - Departamento Arquitetura e Urbanismo



Foto 4 - Unidade Didática Centro de Humanidades - Área 2

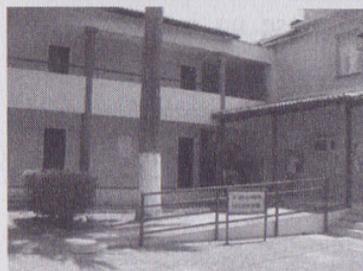


Foto 5 - Casa de Cultura Britânica Centro de Humanidades - Área 1



Foto 6 - Faculdade de Educação

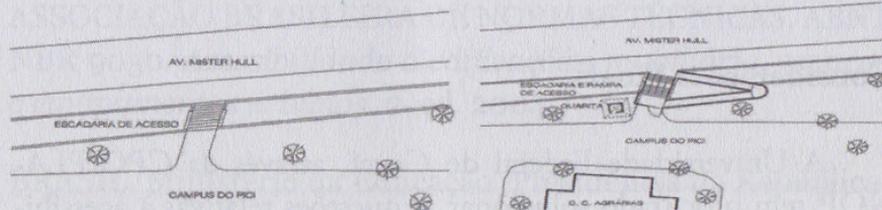
Novos Projetos

Não só a obrigação do cumprimento da Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, como também a conscientização da necessidade de se projetar para todos, tem levado a PLANOP a executar seus projetos em observância à NBR 9050.

Esta postura passou a ser adotada quando da elaboração de projetos para novas edificações, tornando-se mais evidente no atendimento ao Projeto CT Infra, iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), criado para viabilizar a modernização e ampliação da infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior. Como os recursos orçamentários da Instituição têm sido insuficientes para se promover a ampliação de sua base física, o Projeto CT

Infra veio dar um aporte financeiro a esta ação, tornando possível a execução de projetos de reforma e ampliação de prédios existentes e construção de novos edifícios, atendendo-se ao disposto na NBR 9050. Apesar da aprovação dos projetos pela FINEP, as metas físicas sofreram cortes, provocando, como consequência, a redução nos orçamentos inicialmente elaborados. Com isso, mesmo com a execução de itens de acessibilidade como rampas de acesso e banheiros, as plataformas para deficientes constantes nos projetos executivos ainda não foram instaladas nos prédios com dois pavimentos. Como exemplo, citamos o prédio do Núcleo de Pesquisa e Pesquisa e Estudos Regionais (NUPER), situado no Benfica, e Bloco 713/CT, situado no *Campus* do Pici.

As obras executadas com recursos do orçamento da União, em menor número, também estão obedecendo às normas de acessibilidade, como o recém-construído prédio da Coordenação de Concursos – CCV, situado no *Campus* do Pici. No entanto, projetos de urbanização recentemente elaborados, como o acesso ao *Campus* do Pici a partir da Av. Mister Hull, e eliminação de barreiras na área o Porangabuçu, ainda aguardam recursos para sua execução.



Figuras 1 - Situação Atual (Esq.) Figura 2 - Proposta para Acesso ao *Campus* do Pici pela Mister Hull, com Construção de Rampa e Redefinição da Escadaria (Dir.)

Com orçamento específico para este fim, a UFC está implantando novos *campi* no Estado, situados em Sobral, Quixadá e Cariri. Nas novas áreas, os projetos já elaborados atendem à NBR 9050/2004, e a preocupação com a acessibilidade se

estendeu para além do edifício, buscando eliminar as barreiras físicas, propondo passarelas dotadas de rampas para interligação e projetados.

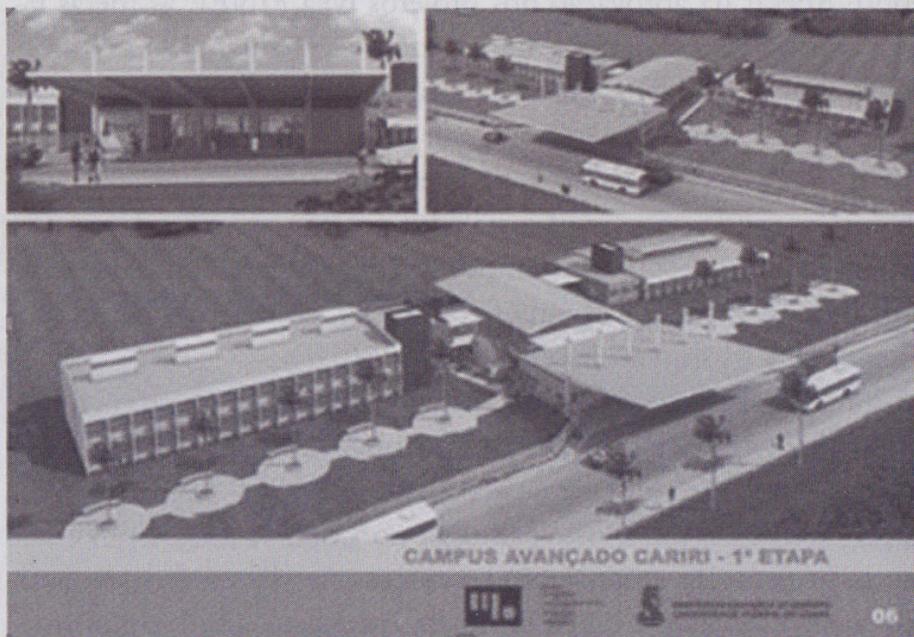


Foto 7 - Perspectiva Eletrônica da 1ª Etapa de Construção do Campus Avançado do Cariri

Fonte: CPO/PLANOP.

Considerações Finais

A Universidade Federal do Ceará, através da CPO/PLANOP, tem procurado solucionar as questões relativas à acessibilidade, através da elaboração de projetos que atendam as normas vigentes e da execução de obras para adequação do espaço construído e urbanizado da Instituição, baseada nos princípios do Desenho Universal.

No entanto, em virtude do tamanho da Instituição, de seu modelo polinucleado e disperso e de suas limitações financeiras, ainda há um longo caminho a percorrer, até que seu espaço físico esteja adaptado às pessoas com deficiência.

Dois são os maiores desafios a se vencer na questão da acessibilidade na UFC: a eliminação das barreiras ao longo dos 218.000,00 m² de área urbanizada da Instituição e a disponibilidade de recursos para garantir a circulação vertical de seus prédios. Hoje, a UFC conta com 328 prédios, sendo 92 em mais de um pavimento. No entanto, somente em 9% destes edifícios foram instalados elevadores.

Ainda embrionário, o esforço da CPO/PLANOP para a superação das questões relativas à acessibilidade na UFC já tem um grande percurso e vem se desenvolvendo de forma consciente ao longo do tempo. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito, até se atingir uma situação satisfatória, pois à medida que se vai avançando, percebe-se o quanto ainda se tem a aprender com as pessoas com deficiência, sobre suas reais necessidades.

Concluimos constatando que o principal obstáculo para o sucesso deste processo é a superação do preconceito, da insensibilidade e da indiferença das pessoas ditas “normais”.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2. ed. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Casa Civil. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

_____. *Números da educação especial no Brasil*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 28 jun. 2006.

OLIVEIRA, Joaquim Aristides. *A Universidade e seu território: um estudo sobre as concepções de campus e suas con-*

figurações no processo de formação do território da Universidade Federal do Ceará. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAUUSP, 2005.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria da habitação e desenvolvimento urbano. Comissão Permanente de Acessibilidade. *Guia de acessibilidade em edificações*. São Paulo: [s. n.], 2002.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. *Acessibilidade física no ambiente construído: o caso das escolas municipais de ensino fundamental de Fortaleza, CE*. Dissertação (Mestrado), São Paulo: FAUUSP, 2005.

Sites:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa USP Legal. Disponível em: <<http://www.cecae.usp.br/usplegal>>. Acesso em: 11 ago. 2006.

US DEPARTMENT OF JUSTICE. Americans with Disabilities Act – ADA Home page. Disponível em: <<http://www.usdoj.gov/crt/ada/adahom1.htm>>. Acesso em: 14 set. 2006.

ACESSIBILIDADE RIMA COM LIBERDADE

*Clemilda dos Santos Souza*⁵²

Resumo

A acessibilidade física é fator decisivo para que as pessoas portadoras de deficiência física possam participar das atividades acadêmicas na Universidade Federal do Ceará. As barreiras arquitetônicas existentes dificultam e até inviabilizam o trânsito de pessoas com necessidades especiais a muitos espaços, como a biblioteca, salas de aulas, auditórios e outros. É necessário um novo olhar sobre esta questão para que a universidade seja um ambiente plural, não só de conhecimento, mas de participação e respeito às diferenças.

Pedaços de uma História

Meu nome é Clemilda dos Santos Sousa. Concluí há poucos dias o curso de Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Com quatro anos de idade fui vítima da poliomielite, mais conhecida como paralisia infantil. Desde então, vivo uma verdadeira batalha para conquistar meu espaço na sociedade.

Na minha realidade, as dificuldades se iniciam ao tentar sair de casa, é uma decisão difícil de ser tomada. A justificativa é muito simples, terminei agora meu curso de Biblioteconomia, estou formada, mas esta conquista teve um preço alto, tudo por causa das barreiras arquitetônicas. Logo quando fiquei doente, aos quatro anos de idade, a primeira consequência foi sair da escola porque não conseguia andar. Depois foi a fisioterapia: precisava ir de ônibus para a clínica, o que era outro problema, visto

⁵² Recém-graduada em Biblioteconomia pela UFC.

que não tinha carro próprio e necessitava do transporte coletivo. Hoje este problema continua existindo, apesar de ter outra feição. Há alguns anos em Fortaleza o transporte público era bem pior do que é hoje, o deficiente não tinha direito a subir pela porta da frente, tinha que subir por trás e quase todo dia era uma discussão no ponto de ônibus entre minha mãe e os motoristas para que eu pudesse entrar no coletivo. Outro detalhe era que não tinham aquelas cadeiras reservadas, era preciso pedir que alguém cedesse um lugar.

Foi um tempo muito difícil. Eu usava aparelhos ortopédicos nas duas pernas e minha locomoção era muito lenta. Minha mãe tinha que me levar nos braços para que eu subisse no coletivo. Eu cansava mais pelo desgaste emocional decorrente das discussões entre minha mãe e os motoristas do que pelo esforço feito com exercícios na fisioterapia. Era uma rotina na qual se “matava um leão por dia”. E tudo isso para que eu pudesse voltar a andar.

Nesse exemplo, as barreiras arquitetônicas me impediam de recuperar a saúde e conseqüentemente tiravam meu direito de estudar, brincar e ter acesso a atendimento médico adequado.

Em meio a esta batalha tentei estudar. Tinha um sonho: chegar à universidade. Comecei a estudar bem tarde devido à paralisia. Terminei o primeiro grau com muita dificuldade na Escola Menino Jesus de Praga no bairro onde moro. Conte sempre com o apoio de meus professores, estes eram atenciosos e procuravam me incluir nas atividades escolares como teatro, apresentações culturais e outras. Mas para concluir o Segundo Grau as coisas ficaram mais difíceis. A escola ficava a cerca de uns dez quarteirões da minha casa. No caso, seriam vinte quarteirões para ir e voltar da escola, e eu não suportava caminhar tanto. Sem contar de novo com as barreiras arquitetônicas: eram calçadas irregulares e ocupadas por mesas, buracos, avenidas movimentadas e com pouca sinalização, uma verdadeira corrida de obstáculos, porém sem direito a premiação.

Só foi possível concluir o Segundo Grau graças ao auxílio de amigos, familiares e professores, inclusive minha professora do jardim de infância, tia Fransquinha. Além desta, outros professores, já no ensino médio, tiveram importância significativa, como o professor Jonas e sua esposa Lurdes, que ensinavam na mesma escola na qual eu estudava. Eles tinham carro e todos os dias passavam na minha casa para me dar carona. Quando não era o professor, eram dois grandes amigos, Eliazibi e senhor Gonzaga que, de bicicleta, me conduziam até à escola. E dessa maneira eu consegui terminar o Segundo Grau, graças à solidariedade e ao carinho das pessoas, e não por respeito aos meus direitos de acessibilidade, garantidos por lei, mas descumpridos na prática.

Acessibilidade Rima com Liberdade

Falar de acessibilidade implica discutir sobre igualdade de direitos, liberdade de escolha e protagonismo. Acessibilidade consiste em acesso ao meio social: é o livre trânsito pelas vias e rodovias da vida, com a autonomia de escolher seus próprios caminhos.

Segundo Mazzoni e Alves (2002 *apud* SOUZA 2004, p.41), “acessibilidade representa um processo dinâmico que não está ligado somente ao desenvolvimento tecnológico e sim ao foco ao desenvolvimento da sociedade”. Seus estágios distintos divergem de uma sociedade para outra manifestando-se conforme a atenção dispensada à diversidade humana, por essa sociedade e seu período temporal.

Um ponto crucial nessa discussão é a diversidade humana, esta é responsável por um mosaico de habilidades que fazem da vida uma odisseia. A diversidade é, portanto, um valor e não um fator de exclusão ou discriminação. É crucial somar as diversidades e não utilizá-las para inibir ou subtrair direitos e a liberdade das pessoas. É nessa perspectiva que a discussão sobre acessibilidade se insere na Universidade Federal do Ceará (UFC) como

fator de inclusão no espaço acadêmico. Mas, o que significa inclusão afinal?

Inclusão não quer dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo [...] assim a inclusão pode ser um processo profundamente perturbador, pois ele desafia nossas ações nunca refletidas do que realmente significa 'normal' e comum. (FERREIRA, 1998, p. 37 *apud* SOUZA 2004, p. 50).

Isto é, a inclusão celebra o respeito às diferenças, é o contínuo desafio àquilo que conceituamos como normal. É um movimento dinâmico de convivência interativa e construtiva, e é esta convivência interativa e construtiva que se reclama na UFC, sendo a acessibilidade física entendida como fator de inclusão no espaço acadêmico. Diante do exposto, muitos desafios se levantam e, além da pessoa portadora de deficiência física precisar enfrentar os obstáculos para ter acesso ao ensino fundamental e médio, ao chegar à universidade os problemas continuam. Como o termo já sugere, universidade é o lugar do plural, mas a realidade cotidiana no que se refere às barreiras arquitetônicas diz outra coisa.

Portanto, ter acesso à educação não se resume em dizer que ali tem uma escola e você pode frequentá-la, mas oferecer a pessoa meios para chegar até essa escola e, quando lá estiver, poder desfrutar da convivência com os outros alunos. Realidade muito semelhante existia na universidade. Quando tinha aula em um departamento que não era o meu, se o prédio não tinha elevador eu era "O Problema".

No segundo semestre eu não tinha possibilidade de frequentar a disciplina de Introdução à Sociologia, pois as aulas aconteciam no segundo piso de um prédio que não possuía elevador. Logo no primeiro dia de aula fiquei nas escadas, a turma subiu e eu disse: *olha eu não vou subir*, então me sugeriram: *mas a gente leva você nos braços*. Minha resposta foi: *é uma solução para*

vocês, mas não para mim, isso vai resolver o problema e o desconforto da classe, do professor e da universidade, não o meu! Então eu não vou subir, vou ficar aqui, coloquem ou não a presença, tanto faz. Para solucionar o problema mudaram a sala para o térreo de um outro departamento. A pergunta que faço é: resolveu o problema? Penso que somente em parte, pois eu não podia assistir às aulas senão nos espaços destinados no térreo dos departamentos. Fui privada de participar e conhecer outros espaços da universidade por falta de acesso.

Acredito que, quando na escola ou na universidade, como é o meu caso, o aluno não tem acesso aos pisos superiores, permanecendo ali no térreo resolve o problema de quem? Mas o meu direito de ter acesso à universidade como um todo onde fica?

Acessibilidade física possibilita o convívio com as pessoas, a interação, a descoberta de realidades outras que só a partilha de vivências oferece. Retirar a pessoa com deficiência deste convívio é o mesmo que extrair desta o seu direito de participar da vida e que a vida participe dela por meio dos amigos. Mas não é somente na universidade que os problemas ocorrem, infelizmente em toda a cidade de Fortaleza a locomoção é muito complicada.

Portanto, acessibilidade rima com liberdade. Liberdade de ir e vir, de escolher os espaços que se deseja conhecer, sem que para isto tenha que contar apenas com a boa vontade das pessoas, mas com a garantia e o cumprimento de seus direitos podendo, assim, participar da vida dentro de sua singularidade.

Desafios do Cotidiano

Os desafios do cotidiano são múltiplos. Primeiro, a questão da família, porque ser uma pessoa com deficiência, seja ela física ou outra qualquer, o primeiro impacto é na família. Uma questão é como tratar a pessoa com deficiência? Muitas vezes acontece de colocarem você dentro da redoma, “superproteção”,

ou o isolamento social. Foi o caso de uma amiga. Ela adorava ir para a clínica de fisioterapia e eu detestava. Não gostava porque era uma atividade dolorosa e todo tempo sentia muitas dores. O que eu queria era brincar, mas tinha que ir a clínica de fisioterapia, fazer o quê?

E eu me perguntava: por que ela gostava tanto de ir à clínica? Certa vez ela me disse que gostava de ir a clínica porque era a única vez que saía de casa e via as pessoas, podia conversar. Eu era uma criança quando ouvi isso, mas nunca esqueci. Neste exemplo é visível a situação de algumas pessoas com deficiência, trancadas dentro de casa, enterradas vivas na verdade.

Por que isso acontece? O primeiro problema é o acesso. Você não tem como chegar à escola. Se conseguir estudar precisa se qualificar para conquistar espaço no mercado, o que exige sair de casa no mínimo. Mas se já é um profissional qualificado como chegar ao local de trabalho? Você tem que pegar um ônibus tipo Conjunto Ceará – Papicu, Paranjana ou Grande Circular. Quem conhece sabe muito bem o desafio que é depender destes ônibus. Para quem usa cadeira de rodas ou muleta é praticamente impossível, principalmente no horário em que começam as atividades ao período da manhã, das sete às oito horas. É realmente muito difícil!

Preconceito: Espaços Sociais Excludentes

Um assunto relevante é o preconceito cultural. Este recebe singular destaque, visto que gera espaços de exclusão onde é comum encontrar:

- Rampas mal planejadas;
- Escadas sem corrimão;
- Prédios sem elevador ou rampas;
- Auditórios sem acesso para cadeiras de rodas.

O preconceito cultural acerca das pessoas com deficiência é, na verdade, o que produz esses espaços de exclusão. É a forma como penso o mundo, como penso as pessoas. Quando chego a um local e não há rampas, apenas escadas, esse espaço me diz: “olha, você não é bem-vinda aqui, este espaço não é para você”. Um exemplo foi na Bienal do Livro deste ano. Quando cheguei ao referido local havia me inscrito para uma oficina, como todo mundo. No entanto, que surpresa! O elevador não estava funcionando, logo não poderia participar da oficina. Somente depois de algum tempo de espera foi que o elevador foi consertado e pude ter acesso ao local da oficina.

A conclusão a qual cheguei foi que aquele espaço só podia ser frequentado por pessoas “normais”, as demais que possuíssem alguma dificuldade de locomoção não poderiam ir a Bienal.

É como se as pessoas portadoras de deficiência física não existissem, fossem sujeitos invisíveis, desprovidos de desejos, talentos, capacidade de produzir e contribuir com a sociedade. É o que se pode deduzir pelas barreiras arquitetônicas existentes.

Alguns exemplos de pouca acessibilidade na UFC: a Biblioteca do Centro de Humanidades, na qual o elevador quase sempre está quebrado. Além disso, a porta é tão pesada que impossibilita o acesso autônomo das pessoas com necessidades especiais. A rampa existente é lisa, com corrimão de um lado só. Outro exemplo é o percurso altamente desnivelado entre o bosque da Letras e a biblioteca, cheio de pedras soltas. Finalmente cito o prédio das Ciências Sociais, no qual não há elevador nem rampas, e onde, inclusive, situa-se a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

É bem verdade que existem alguns arranjos e tentativas de contornar a situação, como salas de aula no térreo para as turmas que tiverem alunos portadores de deficiência física, por exemplo. O que não resolve o problema, somente o maquia, pois a pessoa continua sem o acesso pleno às dependências da universidade. Nesta proposta não existe inclusão e sim arranjos

Acessibilidade Física, Inclusão Educacional?

Sempre desejei chegar à universidade, achava que as coisas seriam diferentes. Mas na verdade não foi como eu pensava. Vou falar sobre a minha experiência vivenciada na universidade. Desculpem-me se for um pouco dura ou verdadeira demais, porém é a realidade que eu vivi e não posso me negar nesse momento de dizer aquilo que eu experimentei.

No decorrer desse último ano com o apoio de alguns amigos, fiz um abaixo-assinado, uma campanha na universidade, que foi realizada em todos os *campi*, através do DCE e dos Centros Acadêmicos, com o propósito de sensibilizar, chamar atenção da classe estudantil sobre essa questão das pessoas que têm alguma dificuldade de locomoção dentro da academia. O abaixo-assinado tinha como objetivo, dentre outras coisas, reclamar a questão dos elevadores, como já mencionei.

Eu era bolsista de pesquisa e precisava ter acesso ao laboratório que ficava no primeiro andar do Departamento de Ciências da Informação. Os trabalhos na pesquisa ficaram acumulados, sem que eu nada pudesse fazer, visto que não conseguia subir as escadas.

Quando estava fazendo o abaixo-assinado, um depoimento me chamou atenção embora não o tenha presenciado, fui informada dele através de amigos. Uma pessoa se recusou a assinar usando a seguinte justificativa: “eu não preciso de elevador”. Uma colocação como esta me choca, vinda de um(a) colega da universidade alguém que amanhã será um profissional. Que visão tem essa pessoa a respeito do ser humano? Ao final dessa campanha encaminhei ao Departamento de Ciências da Informação e a Diretoria do Centro de Humanidades cópias do abaixo-assinado.

Observo que a própria universidade em relação a sua estrutura física diz ao aluno portador de deficiência: “não é aqui o seu lugar”, porque a partir do momento em que ela não adaptou suas instalações, ignorou a existência destas pessoas, dos desejos

de estudar e se profissionalizar. É como se a arquitetura fosse um texto, mas um texto cultural no qual você pode ler, através de seus tijolos, uma forte mensagem de exclusão.

Esta situação gera uma morte social dentro da universidade. Você fica privado de participar de algumas atividades, como aconteceu comigo. Eu era bolsista de pesquisa como já disse. No encontro de iniciação científica, no qual apresentei um projeto que estava desenvolvendo sobre gestão da informação, tive problemas porque no CETREDE, onde os trabalhos são apresentados, não havia elevadores nem rampas. Resultado: nem sempre podia me apresentar com o grupo de pesquisa do meu curso, tinha que ficar deslocada em algum lugar. Não estou dizendo que a universidade não se preocupe com a questão da acessibilidade, claro que sempre era arranjada uma solução. Mas não era o ideal. Eu queria apresentar o meu trabalho com meus colegas, poder assistir a apresentação de trabalho de outros estudantes, inclusive de outras áreas que me interessavam também, e isto eu nunca fiz. Eu só podia ficar naquela sala determinada, era tudo o que tinha.

Essas situações privam você, como já mencionei. É uma morte social, uma morte muito severa porque é uma prisão sem muros, sem grades, mas uma prisão! Você sabe que pode produzir, tem a contribuir com a sociedade, porém esta não permite, pois adota uma postura preconceituosa que torna a pessoa com deficiência uma pessoa inválida, sem que esta o seja.

Visto que existem mil maneiras de enxergar, existem mil formas de falar de tocar e de andar, se eu compreender que andar é mais que estar me locomovendo no espaço. Andar é eu poder ir ao encontro do outro, de mim mesma. Há muitas pessoas ditas “normais” que não conseguem ir até o outro nem enxergar além das aparências, não conseguem escutar, escutar sentimentos.

Todas essas barreiras aqui mencionadas vão aos poucos debilitando você. E o mais interessante de tudo é como se não bastassem todos esses percalços, ainda surgem os “senhores da verdade” com frases do tipo: “você reclama demais menina, passa

por cima disso, a vida é assim mesmo”. Gostaria de colocar essas pessoas uma semana em uma cadeira de rodas, tenho certeza que no final da semana este conceito ia mudar.

O que mais incomoda é que eu preciso brigar, falar, protestar constantemente porque se eu não fizer isso, ninguém vai fazer. Sou eu quem está sentindo a dor, necessito falar porque o outro não vai adivinhar. Se eu não verbalizar, não tocar o outro, como é que ele vai perceber? Quando se reclama acessibilidade não é porque se deseja fazer zoada, reclamar à toa da vida, encher a paciência de alguém, é uma questão de sobrevivência do tipo *não me enterrem vivo, ainda respiro*.

Quando se reclama uma livre e melhor acessibilidade física, implica dizer que ela vai possibilitar o acesso à informação, ao conhecimento e a educação. Ou seja, a pessoa com deficiência poderá se deslocar a qualquer lugar que desejar ir, sem constrangimentos. Esse acesso é importante para que as pessoas com necessidades especiais possam desfrutar do conhecimento que a universidade produz. Outro benefício decorrente da acessibilidade física é a possibilidade de uma interação maior entre os alunos, professores e funcionários. Entretanto, para que isto ocorra, é preciso que a universidade permita. É necessário algo concreto, como rampas, elevadores, espaços apropriados. Sem isso, qualquer discurso sobre acessibilidade é mera falácia.

A deficiência, na verdade, é apenas uma limitação, e não seria um problema tão grande se os ambientes da universidade fossem adequados. “O problema” na verdade, é que os espaços, sejam eles na universidade ou em toda a cidade de Fortaleza, ficam inacessíveis aos portadores de deficiência. Um outro desafio que tive que enfrentar foi quando soube que seria no Pici esta palestra. Pensei: “Pici é sinônimo de sofrimento”, porque aqui é muito difícil de caminhar.

Muitas atividades na universidade eu deixo de ir, pela dificuldade de acesso. Algumas palestras e eventos que eu queria participar eram em departamentos de difícil acesso, como o

CAEN. Além disso, às vezes, ocorrem situações nas quais acabo gerando certo desconforto às pessoas, que, envergonhadas, argumentam: “ai, meu Deus, e agora? Nunca pensamos nisso, não sabíamos que você queria participar.” Resultado: você se sente como um ET. Todos estão inseridos naquele padrão, e você chega desarrumando tudo. É uma situação tão constrangedora, difícil para mim e para as pessoas que estão presentes!

Então, quando penso em participar de um evento, fico imaginando se tenho que avisar que vou, caso contrário serei um problema. Porém, na verdade, sei que não sou o problema, o problema é outro: insensibilidade, acessibilidade, respeito aos direitos de ir e vir como todo e qualquer cidadão.

Acessibilidade Física: Acesso a Vida

Poder partilhar a vida: o acesso físico viabiliza isto. Momentos da vida considerados comuns para quem não possui nenhuma limitação são significantes para quem a possui, pois acerca dessas etapas existem preconceitos de diversa ordem: nas relações entre homem e mulher, afinal há um padrão instituído pela sociedade de beleza feminina, na própria questão da gravidez e nas políticas públicas ineficientes de um atendimento diferenciado.

E por falar em atos comuns do dia a dia, recordo que quando terminei o Segundo Grau, passei muito tempo sem estudar por causa dos ônibus. Eu não conseguia mais subir e descer os degraus. Fazia um curso de inglês no IMPARH e precisei trancar o curso porque comecei a cair frequentemente. Passei muito tempo sem sair de casa, e caí numa depressão terrível. Eu me sentia enterrada viva, era como se estivesse em um trem vendo a vida passar por mim sem que pudesse dela desfrutar. E o que me separava da vida social? Por mais ridículo que pareça: os degraus de ônibus! Pode parecer loucura, mas é uma realidade.

Lembro de um dia especial, o primeiro dia em que saí de casa sozinha. Eu estava tão feliz, caminhava rindo pelas ruas da

cidade, e as pessoas me olhavam como se dissessem “do que está rindo?” Se eu contasse ninguém acreditaria o motivo de tanta felicidade, estava feliz pelo simples fato de conseguir, pela primeira vez, pegar um ônibus sozinha e chegar ao meu cursinho. Para mim foi uma experiência inesquecível porque foi a primeira vez, depois de mais de vinte anos de vida. Pode parecer banal para muitos, mas para quem tem uma limitação física não é. Pelo contrário, é a possibilidade de poder partilhar a vida. As barreiras arquitetônicas são antes de tudo barreiras de falta de atitude e sensibilidade.

Parcerias: Soluções Possíveis

Acredito em parceria para começarmos a mudar o cenário atual. Passos como respeito aos direitos conquistados; participação em projetos, eventos e ações inovadoras; e diálogo com a comunidade acadêmica, são por demais importantes. No que se refere ao diálogo entre a universidade e os alunos que têm alguma limitação física, é importante saber como os espaços podem ser adaptados, e quais necessidades são prioridade. Lembro-me de um fato interessante no lançamento do projeto UFC Inclui: perguntaram à professora Ana Karina quantos alunos existiam com necessidades especiais na universidade. Contudo, a questão não consiste em número: não interessa se são dez, quinze ou se é apenas um, ou nenhum. A questão consiste no exercício da cidadania e no uso dos direitos conquistados.

Quando olho para minha vida acadêmica vejo que consegui realizar meu sonho, entretanto, não tenho ilusões. Só fiz essa conquista porque, em primeiro lugar eu não uso cadeira de rodas, uso muletas, ficando mais fácil, entre outras, minha locomoção. Se eu fosse cadeirante não tinha nem saído de casa. Segundo: não foi uma questão de boa vontade minha, foi uma questão de esforço e sacrifício, apoio familiar e de amigos. Sem a ajuda deles não teria sido possível ter feito muita coisa.

A participação em eventos e projetos é de grande importância. Conversando com uma professora, comentava como seria bom se este auditório estivesse cheio. Há uma dificuldade muito grande em atingir a comunidade acadêmica, professores, alunos e funcionários de maneira mais forte. O diálogo com a comunidade acadêmica é um trabalho de formiguinha, mas que o projeto UFC Inclui já começou. O importante é começar esse trabalho, tentar realmente tocar as pessoas, pois eu acho necessário que as pessoas reflitam sobre as barreiras culturais. Isto porque geralmente quem se importa com a questão da deficiência física é deficiente ou tem parentes que são deficientes, ou são pessoas muito sensíveis, capazes de enxergar além das aparências, e que, infelizmente, são poucos. Acredito que, dentro da universidade, isso é importante para que os futuros profissionais percebam a diversidade humana que existe ou ao mesmo desconfiem de sua existência.

Para terminar minha fala, cito um pensamento de Gandhi que diz “o futuro dependerá daquilo que fizermos no presente”. Assim, que as nossas ações hoje sejam frutos, para que amanhã possamos ter uma comunidade mais consciente e sensível à realidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, respeitando a multiplicidade na forma de ser.

Grata pela atenção.

Referências Bibliográficas

SOUZA, Salete Cecília de. *Acessibilidade*: uma proposta de metodologia para estruturação de serviços informacionais para usuários com cegueira e visão subnormal em bibliotecas universitárias. 2004. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MINHA TRAJETÓRIA NA UFC

*Nadja Soares de Pinho Pessoa*⁵³

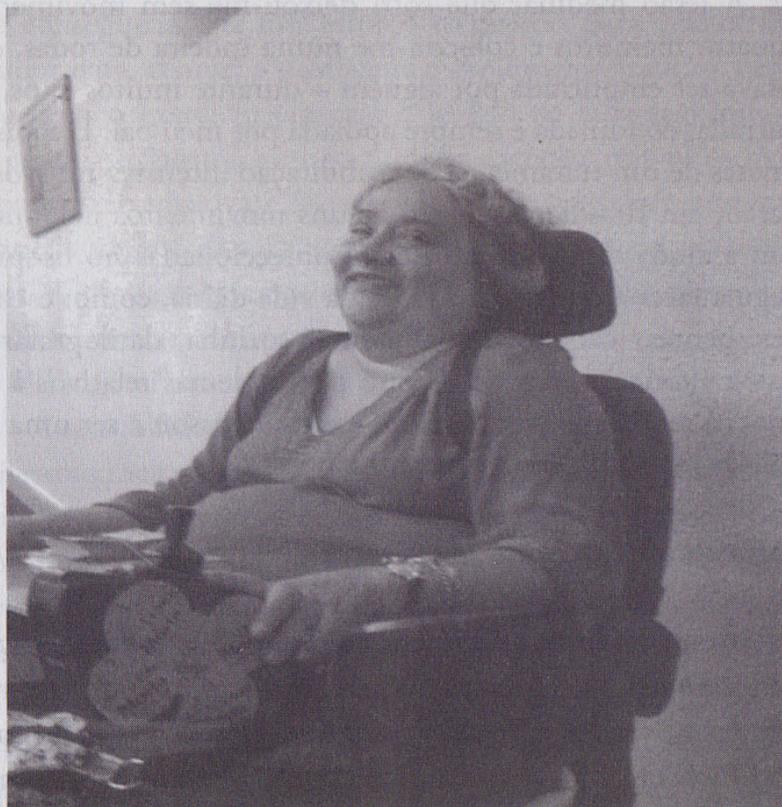


Foto 1 - Professora Nadja Pinho

O Projeto UFC Inclui, realizado em parceria com o Movimento VIDA, dentre outros, deu-me a oportunidade de relembrar e reviver algumas práticas e momentos de minha época de estudante universitária dessa universidade.

Ingressei na Universidade Federal do Ceará – UFC, em 1979, quando fui aprovada no vestibular para o curso de Arqui-

⁵³ Especialista em Informática na Educação e em Tradução de Alemão, Fundadora e Presidente do Movimento VIDA, Conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

tetura, que cheguei a cursar um semestre. Após sofrer um acidente de carro, em 1980, que me deixou tetraplégica, tentei retomar o curso de minha vida em 1981, matriculando-me na faculdade que sempre sonhara fazer e para a qual tinha inúmeras habilidades. A lesão medular que sofri deixou-me sem movimentos nos quatro membros e colocou-me numa cadeira de rodas, que precisava ser empurrada por alguém – durante muitos anos, fui empurrada, conduzida e sempre apoiada por meu pai. Depois de seis meses de um tratamento de reabilitação intensiva no Hospital Sarah, em Brasília, readquiri alguns movimentos nos braços e, com a ajuda de algumas órteses confeccionadas no hospital, conseguia fazer algumas atividades da vida diária, como: escovar dentes, pentear cabelos, me alimentar sozinha, datilografar na máquina elétrica e escrever. Como os problemas relativos à coordenação motora fina persistiam, escrever passou a ser uma das atividades mais difíceis e frustrantes.

O Retorno ao Curso de Arquitetura

Ao retornar à faculdade, em março de 1981, para cursar o segundo semestre do básico do curso de Arquitetura, surgiram logo as primeiras e maiores dificuldades. As aulas eram no campus do Pici, em blocos distintos. Mas não desanimamos, meu pai e eu. Mesmo enfrentando um terreno acidentado, cheio de obstáculos, com um calçamento de pedra tosca, ora na areia, ora capim, conseguimos encontrar e chegar ao prédio onde eu teria a minha primeira aula daquele semestre: Estatística. Para chegar até a sala, enfrentamos um piso irregular no interior do prédio e tivemos que pedir ajuda para vencer os cinco ou seis degraus na entrada do prédio. (UFA!). Ao chegar à sala de aula, já estavam todos lá. Sentados, meus colegas faziam uma avaliação. A professora veio até mim e me entregou a folha com exercícios, dizendo tratar-se de uma avaliação de sondagem para ver o nível

da turma, e que nós teríamos 30 minutos. Fiquei olhando para a folha e pensando na minha dificuldade para escrever. Sabia resolver todas as questões, mas não ia conseguir fazê-las em 30 minutos. Olhei para meu pai, que sentara ao meu lado, e disse que não conseguiria. Fiz um esforço tremendo para vencer minha timidez nata, chamei a professora e expliquei a situação, pedindo para fazer o exercício em casa e levá-lo na aula seguinte. Meu pai ainda perguntou se não poderia escrever por mim. Mas, a resposta veio taxativa: *“Se você não consegue escrever nem fazer os exercícios na sala de aula, não vai poder fazer minha cadeira/disciplina”*. Com lágrimas nos olhos, meu pai e eu nos entreolhamos e, sem contestar, saímos da sala.

“E agora?” Indagamo-nos. Estávamos tão animados!

A sensibilidade – ou melhor, a falta dela – com que aquela professora me tratou fez ruir a reconstrução de meus sonhos. Um balde de água gelada na fervura, aquela postura inflexível diante da minha fragilidade. Que linha pedagógica ela seguia? Não sei. Se a metodologia era eficiente? Eu diria, desalentadora. Se era uma educadora? Certamente não.

Passamos o ano de 1981 em busca de uma solução para eu continuar meus estudos. Como não conseguia a destreza motora necessária para fazer cálculos com o tempo estipulado, também não podia me submeter a um novo vestibular. Precisava ser transferida para algum curso que exigisse mais de meu intelecto e menos de minha coordenação motora fina.

Depois de muitos apelos, consegui minha transferência para o curso de Licenciatura em Letras (Português e Alemão). Imaginamos que as dificuldades já não seriam tantas, pois o curso ficava no campus do Benfica e, assim, mais perto de nossa casa e do trabalho de meu pai: doutor Ernesto de Pinho Pessoa, médico sanitarista, à época Diretor do Centro de Ciências da Saúde da UFC.

As Barreiras

Estruturamo-nos de forma que eu pudesse ter alguém para me acompanhar e empurrar minha cadeira. No Benfica, no entanto, as dificuldades persistiam e pareciam ser maiores. As aulas eram em blocos distintos e distantes. Eu tinha que sair do bloco onde ficam os Correios (em frente à Igreja de N. S. dos Remédios) para o bosque das Casas de Cultura e do curso de Letras. No curso de Letras fazia diariamente a seguinte trajetória: assistia à primeira aula num prédio. Saía de lá, atravessava uma rua de calçamento de pedra tosca, seguia pela calçada da Reitoria, atravessava a Av. 13 de Maio, sem rebaixamento de meio-fio nem corte de canteiro central até hoje, seguia pela calçada até a Casa de Cultura Alemã, onde tinha que subir degraus na entrada e descer degraus para poder chegar ao bosque, que atravessava ora na areia ora em pedra tosca, até chegar aos prédios do curso de Letras, com dois degraus a serem vencidos em cada entrada.

Não gostaria que este fosse um texto enfadonho, mas precisava fazer essa descrição cansativa para tentar aproximar a realidade do leitor. Lamento não ter fotos daquela época fazendo esse trajeto. Mas, infelizmente, muita coisa ainda não mudou.

Da máquina fotográfica com filme chegamos à máquina digital com câmera de filmar. Da máquina elétrica ao *notebook*. O desenvolvimento tecnológico parece obedecer a uma progressão geométrica. As tecnologias evoluem rapidamente, dia após dia. A evolução cultural do homem e da mulher, no entanto, não tem dados passos muito largos no que tange ao respeito e reconhecimento das peculiaridades próprias da diversidade humana, no nosso caso, ainda são muitas as barreiras a serem vencidas: físicas e atitudinais.

Professores

Fiz o curso de Letras em cinco anos. No início, minha acompanhante me ajudava a escrever, fazendo as anotações de

aula e algumas provas, conforme eu ia ditando. Ela não tinha o primeiro grau completo, o que me obrigava a soletrar muitas vezes. Não lembro de nenhum professor tentando buscar alternativas metodológicas ou se interessando em saber quais as dificuldades que eu tinha, para poder sugerir algumas possibilidades. Dentre tantos professores, destacaram-se a professora Dulce Sá Silveira, Terezinha Maciel e Antonio Pessoa Pereira. Apenas esses professores não ignoraram ou fingiram não ver a minha deficiência e as dificuldades advindas dela. Era esse o comportamento de quase todos. Portanto, as alternativas metodológicas sempre foram dadas por mim. Dependendo da disciplina ou do professor, ora fazia provas oralmente, ora ditava para minha cuidadora, ora ditava para a professora de alemão. Essa usava o seguinte método: escrevia o que eu ditava com alguns erros e depois mandava eu corrigir a minha própria prova. Assim, tornei-me uma excelente aluna em alemão. Quando mudei de professora, mudou também a metodologia nas provas. A professora de Literatura Alemã me entregava a prova, ligava o gravador e saía da sala, deixando-me sozinha. O gravador parecia uma arma a minha frente e me intimidava de forma tal, que eu mal conseguia falar. Não preciso dizer que por pouco não fui reprovada.

O Relacionamento com os Colegas

O fato de eu estar sempre acompanhada de minha cuidadora, mantinha-me um pouco afastada dos colegas, com os quais eu também interagia pouco. Sentia-me como o “patinho feio”. Por isso, eles não tinham maiores oportunidades para se familiarizar com as minhas necessidades específicas. Ainda assim, ajudavam-me sempre que era preciso, a atravessar a rua, subir degraus, e carregavam, de um prédio para outro, a rampa de madeira removível que meu pai mandara fazer para minimizar os esforços de minha cuidadora e daqueles que a ajudavam.

Postura dos Gestores da UFC

Oficialmente, fizemos algumas solicitações de adequação dos espaços à direção, à coordenação e à Reitoria. Preciso reconhecer nosso fracasso. Mesmo diante de tantos obstáculos e adversidades, nossas palavras ecoavam no vazio e nosso sofrimento era motivo de admiração para muitos. No entanto, queríamos respeito. Nunca quisemos ser heróis, apenas queremos continuar vivendo. Contudo, nunca veio nenhuma determinação ou atitude respeitosa de quem detinha o poder.

A Especialização com Tecnologias de Ponta

Na UFC também fiz minha primeira pós-graduação, em Tradução de Alemão, em 1997-1999. Nesta época, já contava com o auxílio de uma tecnologia de ponta: o computador. O professor, Tito Lívio era conhecido da época da graduação e quase um amigo. Além de ser uma pessoa sensível, o professor vivera cinco anos na Alemanha, país que tem muitos mutilados de guerra e, portanto, trata com respeito e de forma bem diferente as pessoas com deficiência.

Nesta época, a minha militância no movimento das pessoas com deficiência já era mais efetiva. Depois de algumas explicações e solicitações, consegui que a direção do curso mandasse fazer uma pequena rampa de acesso a uma parte da Cultura Britânica, onde ficava minha sala de aula. Aí, já não era mais empurrada. Ganhei de minha família uma cadeira de rodas motorizada e podia circular livremente pela universidade. Isto é, até onde os obstáculos permitiam.

O computador e a cadeira de rodas motorizada me deram uma autonomia que eu acreditava que nunca conseguiria ter. O uso diário do computador me possibilitou ter um certo domínio

dessa tecnologia, de maneira que fiz minha segunda pós-graduação a distância pela Internet, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Informática na Educação.

Minha Atuação Profissional

Trabalhando hoje com a capacitação de professores para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs - como recurso pedagógico, priorizo e saliento sempre a importante contribuição que as TICs trouxeram para minha vida. Desta forma, acredito estar fazendo o professor enxergar não apenas a deficiência do seu aluno, mas, sobretudo, o potencial que existe nele e que o professor pode e deve ajudar a desenvolver e fazer brotar.

Participação no Projeto UFC Inlui

No campus do Pici, participando de um momento de sensibilização no Restaurante Universitário - RU, me senti pela primeira vez fazendo realmente parte daquele universo, ainda que, para chegar ao refeitório, eu tenha tido que percorrer locais com calçamento e piso em péssimas condições e tenha esbarrado nos degraus da porta de entrada do RU.



Foto 2 - Sensibilização de Alunos feita no RU do Pici

Não me importei em colocar na cabeça uma touca higiênica para poder passar por dentro da cozinha, único acesso que permite a um cadeirante chegar ao refeitório. Mas, consegui chegar. E, assim como nos filmes, almocei num bandejão. O feijão estava delicioso. Da carne e do suco, não gostei muito. No entanto, fiquei feliz. As fotos comprovam.

Nesse momento, pessoas surdas apresentaram um número de canto, pessoas cegas deram depoimentos, uma ex-aluna com

deficiência motora falou sobre o objetivo daquela e de outras sensibilizações. Na verdade, foram poucos os estudantes, ali presentes, que pararam para ouvir o que tínhamos para dizer. Estavam todos ocupados, matando a fome com seus bandejões à frente. Os que se detiveram para nos ouvir, com certeza apresentam uma postura mais respeitosa diante da diversidade humana.

Para uma das palestras do ciclo de debates, o Projeto trouxe, de São Paulo, a arquiteta Elisabeth Lopes, da USP, para abordar o tema Acessibilidade Física. Nessa ocasião, pudemos constatar que, embora algumas rampas e adequações de piso, por exemplo, tenham sido feitas, os auditórios continuam com palcos inacessíveis e sem local para uma pessoa em cadeira de rodas se colocar, de forma a não atrapalhar a passagem nem prejudicar a visibilidade dos demais; e sem ser incomodada também.

Para esse debate, além da comunidade acadêmica, mobilizamos também técnicos da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF, dada a relevância do tema e o desconhecimento do mesmo e da legislação que garante os direitos das pessoas com deficiência nesta área por parte de alguns dos gestores de nosso estado e cidade. Poucos aceitaram o convite e compareceram à palestra. Enquanto perdemos de um lado, ganhamos de outro.

Num outro momento de sensibilização do Projeto, realizado com alunos dos cursos de História, Psicologia e Comunicação Social, coordenado por integrantes do Movimento VIDA com a participação do Grupo Ponto de Vista⁵⁴, pudemos constatar a seriedade com que a comunidade acadêmica se envolveu neste processo. A vivência consistiu em simulações de deficiências. Com vendas nos olhos, apoiados em bengalas e muletas, sentados e sendo empurrados em cadeiras de rodas, alguns universitários fizeram um percurso semelhante ao que descrevi no início, com o agravante de terem que atravessar a Avenida da Universidade numa hora de muito trânsito. Atravessaram o bosque da Letras

⁵⁴ Grupo de teatro no qual seus integrantes são pessoas portadoras de deficiência visual

e chegaram à biblioteca onde, exaustos, relataram com emoção suas impressões e sentimentos. Esse foi um momento riquíssimo!

Conclusão

Acompanhar a programação e participar do Projeto UFC Inlui, com seus ciclos de debates, momentos de sensibilização com vivências, grupos de estudos, dentre outras atividades, trouxe-me de volta à UFC. Constatei que alguns esforços têm sido empreendidos, principalmente pelo grupo que coordena esse Projeto. No entanto, a Universidade ainda não é um espaço acessível e está longe de ser um local acolhedor para aquelas pessoas que têm alguma deficiência. Discussões sobre a diversidade humana e a inclusão social precisam ser frequentes na formação de todo profissional. Os currículos precisam ter disciplinas que abordem essas questões, bem como as relações interpessoais, para que num futuro – que espero não muito longínquo – possamos oportunizar a todos e formando, em nossas universidades, profissionais mais humanos, conscientes e cientes de seu compromisso com as causas sociais.

ANEXO - PROGRAMAÇÃO DO CICLO DE DEBATES UFC INCLUI

Ciclo de Debates - Inclusão de Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Ceará

Este ciclo, organizado pelo *Projeto UFC Inclui*, objetiva informar e discutir temáticas sobre a inclusão de alunos (as) com deficiência na UFC, além de divulgar as experiências inclusivas que vêm sendo desenvolvidas nessa Universidade. O ciclo é direcionado à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, e focaliza temas que envolvem as deficiências visual, auditiva, motora e mental.

Programação

Abertura

Data: 4ª feira, 19 de abril

Local: Auditório do Centro de Tecnologia, Campus do PICI –
Bloco 710

(1) Apresentação de espetáculo teatral (8:00 às 8:30h)

Peça teatral: *Os cegos nossos de cada dia*

Grupo: Companhia de Teatro Ponto de Vista

(2) Mesa-Redonda (9:00 às 11:00)

Tema: *A importância do DOSVOX para a educação de pessoas com
deficiência visual*

Palestrante:

- Prof. Dr. José Antônio dos Santos Borges (autor do DOSVOX,
UFRJ -Núcleo de Computação Eletrônica – NCE)

Debatedores:

- Prof^a. Naila Maria de Oliveira (Pedagogia – UFC / Instituto dos Cegos do Estado do Ceará e Centro de Apoio Pedagógico – CAP)
- André Luis Gomes (Instrutor de DOSVOX, aluno da Pedagogia / UFC – 3º período, bolsista do Projeto UFC Incluir).
- Prof. Paulo Roberto Cândido de Oliveira (Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza- SAC)

Mediadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Karina Morais de Lira (Faculdade de Educação/ UFC, Coordenação do Projeto UFC Incluir)

Data: 4ª feira, 03 de maio (8:00 – 10:00h)

Local: Auditório da ADUFC

Av da Universidade, 2346, Benfica

Tema Central: *Diferentes olhares sobre a deficiência visual;*

Tema I: *Níveis de deficiência visual: diferentes necessidades?*

Palestrante:

Dr. Fernando Monte (Médico Oftalmologista, Membro da Comissão de Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira da Secretaria de Saúde do Estado)

Tema II: *Significações das perdas visuais para a constituição da subjetividade.*

Palestrante:

Dr. Valton Miranda (Médico formado pela UFC, Psicanalista, Articulista do Jornal *O Povo* e escritor)

Mediadora: Prof^a. Dra. Ana Maria Monte Coelho Frota (Comissão Organizadora do Projeto UFC Incluir).

Data: 4ª feira, 24 de maio (14:00 – 16:00h)

Local: Sala C – Anexo da Biblioteca da Medicina, 1º andar – Campus do Porangabuçu – Rua Alexandre Baraúna, 949, Rodolfo Teófilo (Entrada pelo Hospital das Clínicas)

Tema: *Inclusão na UFC: alunos com deficiência visual na sala de aula*

Palestrantes:

- Prof^a. Luciana Lobo (Coordenadora do Curso de Psicologia/UFC)
 - Ana Kristia da Silva Martins (aluna da Psicologia/UFC, 2º período)
 - Prof. Dr. Cláudio Marques (Doutor em Educação Superior, área de Avaliação Educacional, Professor de Metodologia Científica - Faculdade de Educação/UFC)
 - Donaldo Bezerra de Lima (aluno da Pedagogia/UFC, 4º período)
- Mediadora:
- Prof^a. Dr^a. Vanda Magalhães Leitão (Faculdade de Educação/UFC, Coordenação do Projeto UFC Inlui)

Data: 4ª feira, 14 de junho (8:00 – 10:00h)

Local: Auditório da Pró-Reitoria de Graduação

Campus do PICI, Térreo da Biblioteca Universitária

Tema: *Conheça as Ações Inclusivas da UFC: trabalhos com deficiência visual*

1) Projeto Saúde Ocular (Enfermagem)

Palestrantes:

Prof^a. Dr^a. Lorita Pagliuca (Faculdade de Enfermagem/UFC) e usuário do Projeto

2) Projeto Acessibilidade e Inclusão (Faculdade de Educação/UFC)

Palestrantes:

Prof^a. Dr^a. Ana Karina Morais de Lira (Faculdade de Educação / UFC, Coordenação do Projeto UFC Inlui) e Rozelane Almeida Pessoa (usuária do Projeto)

3) Programa Todos os Sentidos – Rádio Universitária (Línguas Estrangeiras/UFC)

Palestrante:

Prof. Henrique Beltrão, Mestre (Apresentador)

Mediadora: Prof^a. Zilsa Maria Pinto Santiago, Mestra (Coordenação do Projeto UFC Inlui)

Data: 5ª feira, 06 de julho (8:00-10:00)

Local: Auditório da Biblioteca do Centro de Humanidades
Bosque das Letras, Campus do Benfica

Tema: A inclusão de surdos no ensino superior: desafios

Palestrantes:

Profa. Dra. Vanda Magalhães Leitão (FACED/UFC. Pesquisadora na área de Educação de Surdos)

Profa. Ana Célia Clementino Moura (Departamento de Línguas Vernáculas. Membro da Comissão de Concursos Vestibulares – CCV/UFC)

Maria Máisa Farias Jordão (Associação de Surdos do Ceará – ASCE – Instrutora de Libras)

Mediadora:

Ana Cristina Silva Soares, Mestre (Comissão Organizadora do Projeto UFC Inclui)

Data: 4ª feira, 26 de julho (14:00 -16:00h)

Local: Sala C – Anexo da Biblioteca da Medicina, 1º andar –
Campus do Porangabuçu – Rua Alexandre Baraúna, 949, Rodolfo Teófilo (Entrada pelo Hospital das Clínicas)

Tema: *Conheça as Ações Inclusivas da UFC: trabalhos com deficiência auditiva*

1) Curso Pré-Universitário Ludwig Van Beethoven (FACED/ Centro de Apoio aos Surdos - CAS)

Palestrantes:

Tereza Liduína Gregório Fernandes e Glória Bernardino (Coordenadoras - CAS) e usuário do Projeto

2) Licenciatura em Libras (Convênio UFC e UFSC)

Palestrante:

Profa. Drª. Vanda Magalhães Leitão (Coordenadora)

3) Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce – NUTEP (Medicina)

Palestrantes:

Soraia Eli Lyra Pinto, Mestra (Coordenadora)

Mediadora: Profa. Dra. Ana Karina Morais de Lira (Coordenação Projeto UFC Inlui).

Data: 5ª feira, 21 de setembro (8:00 -10:00h)

Local: Auditório do Centro de Tecnologia

Campus do PICI, Bloco 710

Tema: *Acessibilidade física como fator de inclusão na universidade*

Palestrantes:

Dra Elizabeth Lopes (Arquiteta da Universidade de São Paulo/ USP. Programa USP Legal)

Regina Lúcia Lopes da Souza da Cunha (Arquiteta da UFC. Coordenadora de Projetos e Obras da Superintendência de Planejamento Físico e Operações – CPO/PLANOP).

Clemilda dos Santos Souza (Aluna da Biblioteconomia na UFC, 7º Semestre)

Mediadora:

Profª Zilsa Maria Pinto Santiago, Mestra (Coordenação do Projeto UFC Inlui)

Data: 4ª feira, 11 de outubro (14:00 -16:00h)

Local: Auditório da Biblioteca do Centro de Humanidades

Campus do Benfica, Bosque das Letras

Tema: *Conheça as Ações Inclusivas da UFC – Foco: deficiência motora*

1) Projeto Acessibilidade nas Escolas Públicas (Arquitetura e Urbanismo)

Palestrante:

Profa. Zilsa Maria Pinto Santiago, Mestra (Coordenadora)

2) Programa de Educação Permanente e Capacitação Profissional de Cirurgiões –

Palestrante:

Profa. Maria Eneide Leitão de Almeida e usuários do Programa

3) Projeto de Apoio à inclusão escolar de crianças com necessidades especiais – NUTEP (Medicina)

Palestrante:

Dr. José Lucivan Miranda Nunes e Dr. Francisco Sulivan Bastos Mota (coordenadores)

Mediadora:

Prof^a Dr^a. Vanda Magalhães Leitão (Coordenação do Projeto UFC Inlui)

Data: 4^a feira, 01 de novembro (8:00-10:00)

Local: Sala C – Anexo da Biblioteca da Medicina, 1^o andar – Campus do Porangabuçu – Rua Alexandre Baraúna, 949, Rodolfo Teófilo (Entrada pelo Hospital das Clínicas)

Tema: *Conheça as Ações Inclusivas da UFC – Foco: deficiência mental*

1) Curso de Especialização *Lato Sensu* sobre Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental e Pesquisa Gestão da Aprendizagem na Diversidade

Palestrante:

Prof^a. Dra. Rita Vieira de Figueiredo (Coordenadora)

2) Núcleo de Atendimento e Estudos em Pacientes Especiais – NEPE

Palestrante:

Prof. Dr. Fabrício Bitu Souza (Coordenador) e usuários do Programa

Mediadora:

Prof^a Dr^a Ana Maria Monte Coelho Frota (Comissão Organizadora do Projeto UFC Inlui)

Data: 5^a feira, 23 de novembro (14:00 -16:00h)

Local: Auditório da Pró-Reitoria de Graduação

Campus do PICI, Térreo da Biblioteca Universitária

Tema: *Políticas Públicas e Legislação sobre Direitos de Pessoas com Deficiências*

Palestrantes:

Deputado Federal João Alfredo Melo (Advogado, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados)

Prof. Idevaldo Barbosa (Mestre em Direito Professor do Departamento de Direito Público. Coordenador do Curso de Direito da UFC)

Prof. Luis Eduardo dos Santos (Promotor da Justiça)

Mediadora:

Ana Cristina Silva Soares, Mestra (Comissão Organizadora do Projeto UFC Includi)

Encerramento do Ciclo de Debates

Data: 4ª feira, 13 de dezembro (8:00-12:00) (pode ser em dois dias)

Local: Auditório da Biblioteca do Centro de Humanidades
Campus do Benfica, Bosque das Letras

Tema: *Projeto UFC Includi: metas atingidas*

Palestrantes: Coordenação do Projeto UFC Includi

Comissão Organizadora:

Profa. Dra. Ana Karina Morais de Lira (karina@ufc.br)

Profa. Dra. Ana Maria Monte Coelho Frota (anafrota@ufc.br)

Ana Cristina Silva Soares (anacssoares@uol.com.br)

Lucas Guimarães Bloc (lucasbloc@yahoo.com.br)

Maria das Graças Holanda (mgsholanda@yahoo.com.br)

SOBRE OS AUTORES

Ana Célia Clementino Moura

É graduada em Letras, com mestrado (1997) e doutorado em educação (2002) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e é professora do Departamento de Letras Vernáculas da UFC. Tem experiência na área de linguística, com ênfase em linguística aplicada, interessando-se, principalmente, pelos seguintes temas: alfabetização, aprendizagem da língua escrita, produção de texto, avaliação, especialmente, de redação e de língua portuguesa no vestibular. Atualmente integra a Comissão Permanente de Seleção da UFC, com a função de coordenar a elaboração de itens que constarão do Banco Nacional de Itens (INEP-MEC), para a prova do ENEM na área de Linguagens, códigos e suas tecnologias. E-mail: acmoura27@gmail.com

Ana Karina Morais de Lira

É graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 1985), especialista em avaliação educacional pela Universidade de Brasília (UnB, 1994), mestra em Psicologia clínica Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio, 1988) e PhD em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pelo Institute of Education, University of London (2000). Foi professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) de 1992 a 2014 e, atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais, Centro de Educação (DPOE/CE/UFPE). Na UFC atuou como coordenadora do Projeto Acessibilidade e Inclusão, Projeto UFC Inclui e Programa Educação Inclusiva e Acessibilidade; membro da Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn); e membro do Grupo Permanente de Trabalho da Secretaria de Acessibilidade UFC

Inclui (2010-2014). Na UFPE atua na coordenação do Projeto Acessibilidade e da Comissão Permanente de Acessibilidade do Centro de Educação. É consultora *ad hoc* da CAPES.

E-mail: karina@ufc.br

Ana Kristia da Silva Martins

É graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2010) e atualmente cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Ana Kristia ficou cega durante o período em que cursava a graduação na UFC, em função de um quadro de glaucoma. Faz parte da equipe do Laboratório de Inclusão da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS/CE) e é também membro efetivo do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus/UFC).

E-mail: anakristia88@yahoo.com.br

Ana Maria Monte Coelho Frota

É psicóloga (UFC, 1982), mestra em Educação (PPGE/UFC, 1989) e doutora em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (USP, 2000). É professora associada da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada ao Departamento de Economia Doméstica desde 1991. Sua atuação acadêmica centra-se nas áreas do Desenvolvimento Humano, Educação Infantil e Psicologia Humanista-Fenomenológica e Existencial. Atuou no Projeto UFC Inclui coordenando grupos operativos de estudantes e ciclo de debates. Tem experiência como coordenadora de trabalhos de extensão voltados à criança e ao lúdico. Pesquisa temas relacionados à infância, adolescência e fenomenologia. É professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, cadastrada no CNPq e é consultora *ad hoc* de periódicos acadêmicos.

E-mail: anafrota@ufc.br

André Luiz Gomes

É graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e foi fundador do Projeto Acessibilidade e Inclusão: abrindo janelas para a educação de pessoas com deficiência visual através do Sistema Dosvox, atividade de extensão universitária que tem sido desenvolvida na UFC desde 2004. Atualmente é aluno do curso de Filosofia da UFC e bolsista do Projeto Acessibilidade e Inclusão, vinculado ao Programa de Educação Inclusiva e Acessibilidade desde 2012. André ficou cego por volta dos 15 anos, em função de um quadro de retinose pigmentar. Quando conheceu o Dosvox, em 1994, tornou-se usuário e instrutor desse sistema, sendo, inclusive, conhecido como André Vox.

E-mail: projetoacessibilidadeufc@gmail.com

Cláudio de Albuquerque Marques

É bacharel em Ciências da Computação pela Universidade Estadual do Ceará (1989), especialista em administração universitária pelo Instituto de Gestão e Liderança Universitária (1997, Brasil/Canadá) e PhD em educação superior pela Universidade do Arizona (2003, USA). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenador geral de programas acadêmicos da Pró-Reitoria de Graduação da UFC. Atua ainda como coordenador técnico do projeto de implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Seguro-Desemprego (UFC-MTE) e coordenador de avaliação do Programa Um Computador por Aluno (UCA).

E-mail: marquesclaudio@yahoo.com

Clemilda dos Santos Souza

É bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em metodologia científica pela Uni-

versidade Estadual do Ceará (UECE) e mestranda em políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela UFC. É bibliotecária do Sistema de Bibliotecas da UFC, no âmbito do qual atua na coordenação do Laboratório de Edição de Materiais Bibliográficos para pessoas com deficiência visual. Cleo (como costuma ser chamada) tem deficiência física e faz uso de muleta, sendo membro do Grupo Permanente de Trabalho da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

E-mail: cleo@ufc.br

Donaldo Bezerra de Lima

É graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor da educação básica no município de Horizonte/CE. Donaldo ficou totalmente cego aos 35 anos, em função de um quadro de retinose pigmentar e atualmente dá aulas de Braille para crianças e jovens com deficiência visual no Centro de Atendimento Clínico e Educacional de Horizonte (CACE).

E-mail: donaldoceguinho@gmail.com

Fernando Queiroz Monte

É médico oftalmologista e membro da Comissão de Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Realizou estudos na França com bolsa do governo francês em 1964/1965 e 1973/1974. Escreveu mais de três dezenas de trabalhos, entre 1965 e 1988. Coordenou a Residência de Medicina Preventiva e Social (1989/1996) e as Residências em Oftalmologia do Hospital Geral de Fortaleza (1982-2006) e da Sociedade de Assistência aos Cegos (1995-2007) e foi presidente da Comissão de Saúde Ocular da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (1992-2010). Foi vencedor do Prêmio Nacional da ESSILOR (empresa francesa que produz lentes ópticas) de incentivo à pesquisa em oftalmologia

em 1978, 2008 e 2012. É membro do Conselho Regional de Medicina desde 1988, havendo exercido o cargo de Corregedor de 2000 a 2013 sendo, atualmente, primeiro secretário.

E-mail: fqmonte@yahoo.com.br

Luciana Lobo Miranda

É graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 1992), com mestrado (1996) e doutorado (2002) em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Atualmente é professora associada do Departamento de Psicologia da UFC e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Tem experiência na área de psicologia, com ênfase em psicologia social e psicologia educacional/ escolar, atuando principalmente no seguinte tema de pesquisa: subjetividade, educação e mídia. Coordena o programa de extensão *Tvez: educação para o uso crítico da mídia*.

E-mail: lobo.lu@uol.com.br

Maria Elisabete Lopes

Arquiteta formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Farias Brito, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAUUSP), com pesquisa em metodologia de análise e implantação de acessibilidade. Membro de grupos de trabalho de acessibilidade para normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Atua como consultora de acessibilidade em empreendimentos corporativos. Coautora das publicações *Acessibilidade nos Municípios: Como Aplicar o Decreto 5.296/04 (2009/10 e edição atualizada em 2012)* e *Desenho Universal: Caminhos da Acessibilidade no Brasil (2010)*, além de diversos artigos editados no Brasil.

E-mail: melopes@usp.br

Nadja Soares de Pinho Pessoa

É professora, licenciada em Letras (português e alemão) e especialista em tradução de alemão pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em informática na educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Aprovada em concursos públicos para professor, é servidora do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, havendo atuado como Multiplicadora do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO. Trabalha com formação de professores na área de informática educativa, no Núcleo de Tecnologia Educacional, do Centro de Referência do Professor, da Prefeitura Municipal de Fortaleza (NTE/CRP/PMF), no qual criou e coordenou o Núcleo de Tecnologias Inclusivas. Em 2007, assumiu a coordenação da Comissão de Políticas Públicas Municipais para atenção às Pessoas com Deficiência e, de 2009 a 2011 foi titular da Coordenadoria de Pessoas com Deficiência (Copedef), que integra a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza, presidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Fortaleza (Comdefor). Autora do livro autobiográfico *Mosaico – um hino de amor à vida*, publicado em outubro de 2010.

E-mail: nadjapinho@gmail.com

Naila Maria de Oliveira

É graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora do Centro de Apoio Pedagógico (CAP), do Instituto dos Cegos do Estado do Ceará, vinculado ao Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Estado do Ceará (CREAECE). Naila é cega de nascimento, alfabetizou-se em Braille e tem atuado há muitos anos na alfabetização de alunos com deficiência visual.

E-mail: naila.oliveira@terra.com.br

Paulo Roberto Cândido de Oliveira

É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR, 1984) e professor de informática na Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), em Fortaleza. Paulo tem baixa visão e há muitos anos tem realizado um trabalho junto ao Projeto Dosvox/Rádio Dosvox.

E-mail: prcandido@oi.com.br

Regina Lúcia Lopes da Sousa da Cunha

Arquiteta e especialista em administração universitária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul (PUC-RS). Atua como arquiteta e urbanista na Universidade Federal do Ceará (UFC), havendo sido titular da Superintendência de Planejamento Físico e Operações (Planop – atualmente denominada Superintendência de Infraestrutura – UFC Infra) e da Coordenadoria de Projetos e Obras (CPO/Planop/UFC).

E-mail: rllcunha@gmail.com

Vanda Magalhães Leitão

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2003) e professora associada da UFC. Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação de surdos, atuando principalmente nos seguintes temas: educação especial, surdez, bilinguismo, língua de sinais e educação inclusiva. Foi coordenadora do curso de Licenciatura em Letras Libras nas modalidades presencial e semipresencial, polo UFC e, desde 2010, exerce a função de diretora da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir.

E-mail: vandamleitao@gmail.com

Valton de Miranda Leitão

Médico psiquiatra e especialista em psicoterapia psicanalítica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É psicanalista vinculado à Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e diretor do Instituto de Formação em Psicanálise do Grupo Psicanalítico de Fortaleza (Gepfor). É coordenador da Escola de Psicoterapia Psicanalítica de Fortaleza. Escritor e ensaísta político. Valton é cego.

E-mail: valtonmiranda@gmail.com

Desde a primeira edição do *Projeto UFC Inclui*, as ações referentes à acessibilidade na UFC têm sido organizadas em dimensões ou eixos, a saber: pedagógico, físico-arquitetônico e atitudinal. Além de numericamente expressivas, as ações realizadas nesta edição do Projeto se caracterizam pela intensidade. Esta característica é bem evidente em eventos tais como o lançamento do Projeto e o Ciclo de Debates, os quais se destacam como iniciativas de grande porte, com grande diversidade de atividades e/ou temas abordados, ampla divulgação, significativa participação e notável repercussão tanto na Universidade quanto na sociedade local. Estes eventos, cujo vigor e energia são evidentes, geraram entusiasmo e expectativas sobre o Projeto em momentos distintos do seu desenvolvimento. Enquanto o lançamento do Projeto cumpriu a missão de trazê-lo a público no seu início, em janeiro de 2006, o ciclo de debates alimentou o Projeto durante todo o período da sua realização, no ano de 2006, em conjunto com as demais ações realizadas no período. Por um lado, o lançamento assumiu a feição de uma grande festa, realizada em espaços fechados e abertos, com café da manhã e atividades acadêmicas e artísticas, tais como apresentação formal do *Projeto UFC Inclui*, exibição de pôsteres, shows e oficinas de sensibilização. Por outro lado, de caráter eminentemente acadêmico, o Ciclo de Debates colocou temas e experiências inclusivas em discussão durante o período de abril a dezembro de 2006. A partir da atenção a demandas específicas de cursos de graduação ou grupos de profissionais, suas onze mesas iniciais foram transformadas em dezesseis, o que ampliou a frequência dos debates promovidos, antes já significativa. Esta característica, aliada a longa duração do ciclo, conferiu tenacidade e continuidade ao *Projeto UFC Inclui*, garantindo sua visibilidade e consolidação junto à comunidade acadêmica da UFC e sociedade em geral.

Profa. Ana Karina Morais de Lira

Como uma coletânea, este livro reúne artigos referentes ao *Projeto UFC Inclui* e a temas abordados em mesas-redondas de ciclo de debates realizado durante o período de abril a dezembro de 2006, nos *campi* do Benfica, Pici e Porangabussu, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Direcionado à comunidade acadêmica e a sociedade em geral, esse ciclo de debates abordou questões associadas ao tema da inclusão de alunos com deficiência na UFC, focalizando também experiências inclusivas que vêm sendo desenvolvidas nessa Universidade.

A realização do *Projeto UFC Inclui* em 2005 e 2006 envolveu o desenvolvimento de ações nos diversos *campi* da Universidade Federal do Ceará (UFC) com o objetivo de promover a inclusão de alunos com deficiência nessa Instituição de Ensino Superior (IES) e preparar alunos de diversos cursos para um mercado de trabalho que inclui pessoas com deficiência.

O ciclo se destaca pelas seguintes características: grande número de debates distribuídos por longo período; investimento contínuo na divulgação dos debates; diversidade e pertinência de temas propostos; grande número de palestrantes, com diferentes formações e experiências junto a pessoas com deficiência; e significativo número de pessoas com deficiência (34,2%) atuando como palestrantes. Isso cria oportunidade para a discussão contínua do assunto, com envolvimento de muitos; e permite a formação de plateia, atraída pela possibilidade de qualidade e riqueza na discussão dos temas propostos. Uma vez que a realização de debates é prática comum nas universidades, normalmente percebidas como instituições do saber, as expectativas criadas em torno dessa prática parecem ser muito positivas.

ISBN 978-85-7282-631-0



9 788572 826310

